




RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE '09

A white plastic jug with a smaller jug attached to its neck, set against a blue background. The smaller jug is inverted and attached to the neck of the larger jug. The background is a solid, textured blue color.

*Há algo de estático
e constante na mudança.
Depende de cada eu, da
união de abordagens e está
sempre em movimento.*

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

ENQUADRAMENTO**1**

04 Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

06 Enquadramento

LIPOR**2**

08 A Lipor

10 2.1 O Sistema Integrado de Gestão de Resíduos da Lipor

17 2.2 O governo da organização

22 2.3 A Visão, a Missão e os Valores da Lipor - Os Princípios da Sustentabilidade

23 2.4 As Partes Interessadas - Stakeholders

42 2.5 Análise de Materialidade

49 2.6 Riscos e Oportunidades

54 Objectivos Organizacionais

O DESEMPENHO DA ORGANIZAÇÃO**3**

55 O Desempenho da Organização

57 3.1. O Desempenho Económico

65 Objectivos Económico-financeiros

66 3.2. O Desempenho Ambiental

90 Objectivos Ambientais

91 3.3. O Desempenho Social

123 Objectivos sociais

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR**4**

124 Informação Complementar

125 Relatório de Verificação

127 Sumário dos Conteúdos das Directrizes da Global Reporting Initiative

144 Glossário

149 Notas metodológicas

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Compromisso com a Sustentabilidade

O Compromisso com a Sustentabilidade é o lema que nos tem acompanhado, fortalecendo a estratégia da LIPOR, no cumprimento da nossa Missão.

Perante uma crise profunda, de contornos diversificados, que atinge a conjuntura económico-financeira, o ambiente laboral, a confiança nas Instituições, os valores, e que, consequentemente, influencia o bem-estar das pessoas, é necessário que os Países, as Organizações e até as Famílias tenham um objectivo que ajude a ultrapassar as dificuldades que todos temos vindo a sentir.

A Sustentabilidade é o nosso grande objectivo, só através dela, percebida e sedimentada em todos os níveis da Organização, podemos detectar todas as nossas debilidades, mas compreender, também, os nossos pontos fortes e, assim, desenharmos o nosso próprio caminho para um Futuro melhor.

A Sustentabilidade impõe-nos reflexões permanentes, diálogos constantes, promovendo as mudanças necessárias na busca da Excelência.

O "Compromisso com a Sustentabilidade" é vivido na LIPOR no dia-a-dia, quer através das nossas decisões, quer no nosso trabalho quotidiano. De facto, em 2009, como aliás desde 2004, a LIPOR continuou, e continuará, seguramente, no Futuro, a fortalecer este seu fundamental Compromisso!

O ano de 2009 permitiu-nos completar os Investimentos previstos na Candidatura ao Fundo de Coesão da União Europeia, continuámos a ajustar os níveis de produção nas diferentes Unidades, desenvolvemos e implementámos medidas com vista, por um lado, a atingir níveis de qualidade superiores nos nossos Produtos e Serviços e, por outro, a criar novos recursos financeiros.

Mais uma vez, em 2009, tivemos o reconhecimento da excelência, no âmbito do Desenvolvimento Sustentável, da nossa Organização. Deste facto são

exemplos, de que nós muito nos orgulhamos, o 12º Lugar nas Melhores Empresas para Trabalhar (8º nas PME), da Revista Exame e o Prémio Desenvolvimento Sustentável, categoria PME, promovido pelo Diário Económico e a Heidrick & Struggles.

Visão Estratégica a médio/longo prazo

Os anos de 2009/ 2010 são os anos dos principais ajustamentos e revisão, do designado PERSU II, Plano Estratégico de Portugal, para a área dos Resíduos Sólidos.

A LIPOR, cumprindo um dos princípios básicos que definem as Organizações que visam a Excelência, sempre teve como prioridade o cumprimento da Legislação Nacional e Comunitária, bem como os Instrumentos Regulamentares e de Gestão, dimanados das Autoridades de tutela.

Em questões de Política Nacional e Comunitária de Resíduos, vamos continuar a cumprir os requisitos para uma Gestão Sustentável dos Resíduos, que tem como prioridade a Prevenção e a Reciclagem, em detrimento, por exemplo, do Confinamento Técnico.

Mantivemos, no Projecto Estratégico, a aposta na modernização da nossa Organização, quer através da qualificação dos nossos Colaboradores, quer através da melhoria dos meios físicos, por exemplo através do apetrechamento em termos de Tecnologias de Informação, assim como procedemos a uma reestruturação hierárquica organizacional.

Relativamente ao nosso Plano Estratégico para a Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos do Grande Porto, o nosso verdadeiro Plano de Negócios, continuámos a ajustar o Plano de Investimentos ao contexto actual, e no qual ainda dependemos de algumas decisões governamentais.

Quanto à operação e cumprimento das nossas metas e objectivos de produção, de prestação de serviços, bem como das vendas, as tendências são muito animadoras e os resultados positivos são demais evidentes.

Os desafios dos próximos anos

Se por um lado a crise mundial que vivemos pode abalar a saúde financeira das Organizações, na qual a LIPOR está obrigatoriamente incluída, sabemos que podemos combater as dificuldades com ganhos de eficiência, com conquista de novos Mercados, com desenvolvimento de novos Produtos e Serviços, com Inovação, criando, dessa forma, novas oportunidades de negócio, e potenciando a criação de valor.

Sabemos que o Futuro é imprevisível, mas continuaremos sempre a trabalhar, empenhada e responsabilmente, para responder aos desafios que se nos apresentam.

É isso mesmo que na LIPOR, o Conselho de Administração, os demais Órgãos e os 233 Colaboradores têm vindo a fazer, preparando o Futuro e garantindo a Sustentabilidade da LIPOR, uma organização que é já uma referência ao nível da Gestão de Resíduos Sólidos.

O Presidente do Conselho de Administração



Dr. Macedo Vieira

ENQUADRAMENTO

Este é o sexto Relatório de Sustentabilidade editado pela Lipor. É, para nós, motivo de grande satisfação podermos continuar ao fim de seis anos a divulgação dos resultados da nossa actividade e do nosso desempenho, em linha com os três pilares do Desenvolvimento Sustentável.

Apesar de ser um volume independente, este Relatório é editado em conjunto com o Relatório e Contas, permitindo complementar a informação financeira apresentada neste documento com informação mais específica.

Apesar de serem dois documentos complementares, continuamos a optar por colocar informação relevante nos dois documentos, permitindo, desta forma a sua consulta como documentos independentes. Deste modo, a informação económico-financeira apresentada neste Relatório pode ser complementada com a consulta do próprio Relatório e Contas.

O Relatório de Sustentabilidade da Lipor continua a ser publicado com uma periodicidade anual, resultado também do período de análise e reporte corresponder ao ano civil, sendo o presente relatório referente ao ano de 2009.

Este Relatório, e seguindo o modelo de reporte dos anos anteriores abrange toda a organização da Lipor, designadamente as unidades operacionais e as estruturas de apoio. Na abordagem que fazemos à organização incluímos, também, o reporte do desempenho das três unidades concessionadas uma vez que consideramos que são também da nossa responsabilidade, apesar de indirecta. Assim, são reportados neste Relatório os seus resultados operacionais. Mais uma vez continuamos a seguir as directrizes da Global Report Initiative (GRI G3) na elaboração do Relatório de Sustentabilidade. Pela terceira vez iremos, em 2009, seguir as directrizes de modo a observar o nível A+.

Ao mesmo tempo continuamos a fazer a Verificação do Relatório por uma entidade externa, o que nos traz uma maior fiabilidade dos dados apresentados.

A Verificação foi realizada pela Deloitte & Associados, SROC, S.A.. Esta verificação do nosso Relatório, além de aumentar a fiabilidade dos dados a reportar, permite detectar e resolver falhas na recolha e tratamento da informação e a consequente melhoria do processo de compilação dos dados. Este facto assume especial importância, uma vez que uma boa base de informação, fiável e rapidamente disponível é importantíssima para a gestão da organização.

É óbvio, também, que o facto da informação apresentada estar verificada torna-a uma mais-valia ainda maior para os nossos *stakeholders*, aumentando a confiança nos dados apresentados e contribuindo para o sentimento de transparência pelo qual a Lipor se tem pautado.

Para nós é uma satisfação adicional ter o nosso Relatório, pela primeira vez, Verificado pela própria Global Reporting Initiative, o que valoriza, ainda mais, todo o processo de Reporte.

Está disponível, como complemento à informação presente no Relatório, a nossa página da internet – www.lipor.pt – onde, em conjunto com as páginas específicas dos projectos mais emblemáticos, se pode encontrar informação relevante sobre a Lipor.

Na nossa página da internet também estão disponíveis para consulta e download os Relatórios de Sustentabilidade dos anos anteriores, onde se pode encontrar informação sobre a evolução da organização.

Sempre que se justifique, ao longo do Relatório serão indicadas as ligações para as páginas dos vários projectos onde também poderão ser obtidas mais informações.

Na elaboração deste documento, e uma vez que foram seguidas as directrizes do GRI G3, aplicámos um conjunto de princípios que nos permitem manter a qualidade e a clareza do Relatório, nomeadamente os princípios da Materia-

lidade (ver página 42 - Materialidade), da Inclusão de Parceiros e Partes Interessadas (ver página 23 - Partes interessadas), a Abrangência (ver página 6 e página 42 - Materialidade) e o Contexto de Sustentabilidade (ver página 46 - Materialidade). Estes princípios são considerados como fundamentais pelo GRI para a elaboração de um Relatório que responda de forma inequívoca às expectativas dos stakeholders.

Em termos de organização da informação, mantivemos a mesma dos anos anteriores, ou seja, segundo as três vertentes da Sustentabilidade, a economia, o ambiente e a sociedade.

Com efeito, para nós, os diversos indicadores de desempenho apresentados encaixam-se numa destas áreas, sendo catalogados de acordo com a dominância do próprio indicador. Para cada uma destas áreas foram perfeitamente explicitados os aspectos materiais respectivos.

Alguns indicadores, apesar de não terem correspondência com a análise de materialidade realizada, correspondem mais directamente à exigência das directrizes do GRI G3, também integrados em cada uma das três vertentes.

Um Relatório de Sustentabilidade não é um documento estático, e deve ser encarado num processo de melhoria contínua, em que podemos e queremos fazer melhor.

Principalmente porque queremos, cada vez mais, ir ao encontro do que é mais relevante e fundamental para os nossos parceiros. Este é o propósito do Relatório de Sustentabilidade Lipor.




No entanto, isto só será possível com a colaboração de todos os nossos parceiros e leitores deste documento, pelo que os convidamos a enviar as suas opiniões e sugestões, permitindo-nos ir, no próximo ciclo de Reporte, ao encontro das suas expectativas.


Este *feed-back*, que agradecemos antecipadamente, pode ser enviado para o contacto disponibilizado abaixo.

Qualquer questão ou dúvida que possa surgir sobre os conteúdos apresentados, bem como a disponibilização de informações adicionais, também podem ser obtidas contactando-nos na nossa sede:

Nuno Barros
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto
Gabinete de Auditoria, Sustentabilidade e Qualidade Total
Apartado 1510
4435 996 BAGUIM DO MONTE
Telf. +351 229 770 100
Fax. + 351 229 770 137
e-mail: nuno.barros@lipor.pt

Conformidade com o GRI G3

		2002 (de acordo com)						
		C	C+	B	B+	A	A+	
OBRIGATORIO	Auto Declaração							
	Verificado por terceiros							
OPCIONAL	Verificado pela GRI							



*O pensamento é um puzzle de peças infinitas
com ínfimas formas de ser terminado.
Junte as peças e construa o seu.*



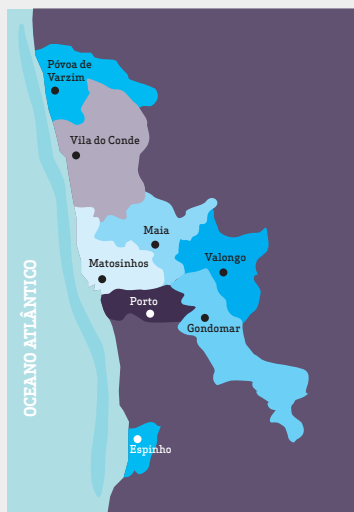
O SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DA LIPOR

2.1. O Sistema Integrado de Gestão de Resíduos da Lipor

A Lipor é uma Associação de Municípios constituída por oito municípios da Área Metropolitana do Porto – Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde.

Abrangendo uma área de aproximadamente 650 km², tem como principal objectivo a gestão e o tratamento dos resíduos sólidos urbanos (RSU) produzidos nos municípios seus associados.

Assim, tem a responsabilidade de gerir as cerca de 500.000 toneladas de RSU produzidas anualmente pelos cerca de um milhão de habitantes da sua área de influência.



Municípios Associados da Lipor

Área de influência - 648 km²
 População abrangida - 970.704 habitantes (INE, 2009)
 Produção de RSU (2009) - 539.912 ton

Resíduos Recepcionados (ton)	2009	2008	2007	Δ%08-09
Reciclagem Multimaterial	59.966	55.470	49.884	8,11
Valorização Orgânica	42.215	37.146	30.730	13,65
Valorização Energética	398.392	383.553	419.389	3,87
Confinamento Técnico	39.339	63.308	27.185	-37,86
Total	539.912	539.477	527.188	0,08

Resultados (euros)	2009	2008	2007	Δ%08-09
Volume de Negócios	36.201.254,77	34.786.557,76	34.358.088,06	4,07
Resultado Líquido	1.236.747,21	440.593,66	4.264.750,08	180,70
Fundos Próprios	38.230.989,76	36.994.242,55	36.553.648,89	3,34
Endividamento	137.824.478,20	139.582.910,66	128.026.666,83	-1,26

Recursos Humanos	2009	2008	2007	Δ%08-09
Número de Colaboradores	233	238	222	-2,10
Taxa de Absentismo	4,73%	4,55%	5,62%	3,96
Número de Horas de Formação	13.437	11.854	7.665	10,81

Principais Indicadores Operacionais

Tentando responder da melhor forma a esta elevada produção, a Lipor tem trabalhado num conjunto de infra-estruturas, apoiadas no desenvolvimento de diferentes projectos que as complementam, conseguindo, desta forma, dar a resposta mais adequada às quantidades de resíduos produzidas, evitando impactos negativos no Ambiente.

O Sistema Integrado de Gestão de Resíduos da Lipor tem a sua base em quatro áreas fundamentais, a Reciclagem Multimaterial, a Valorização Orgânica, a Valorização Energética e o Confinamento Técnico (Aterro Sanitário) que se complementam entre si permitindo o melhor tratamento para as diferentes tipologias de resíduos.

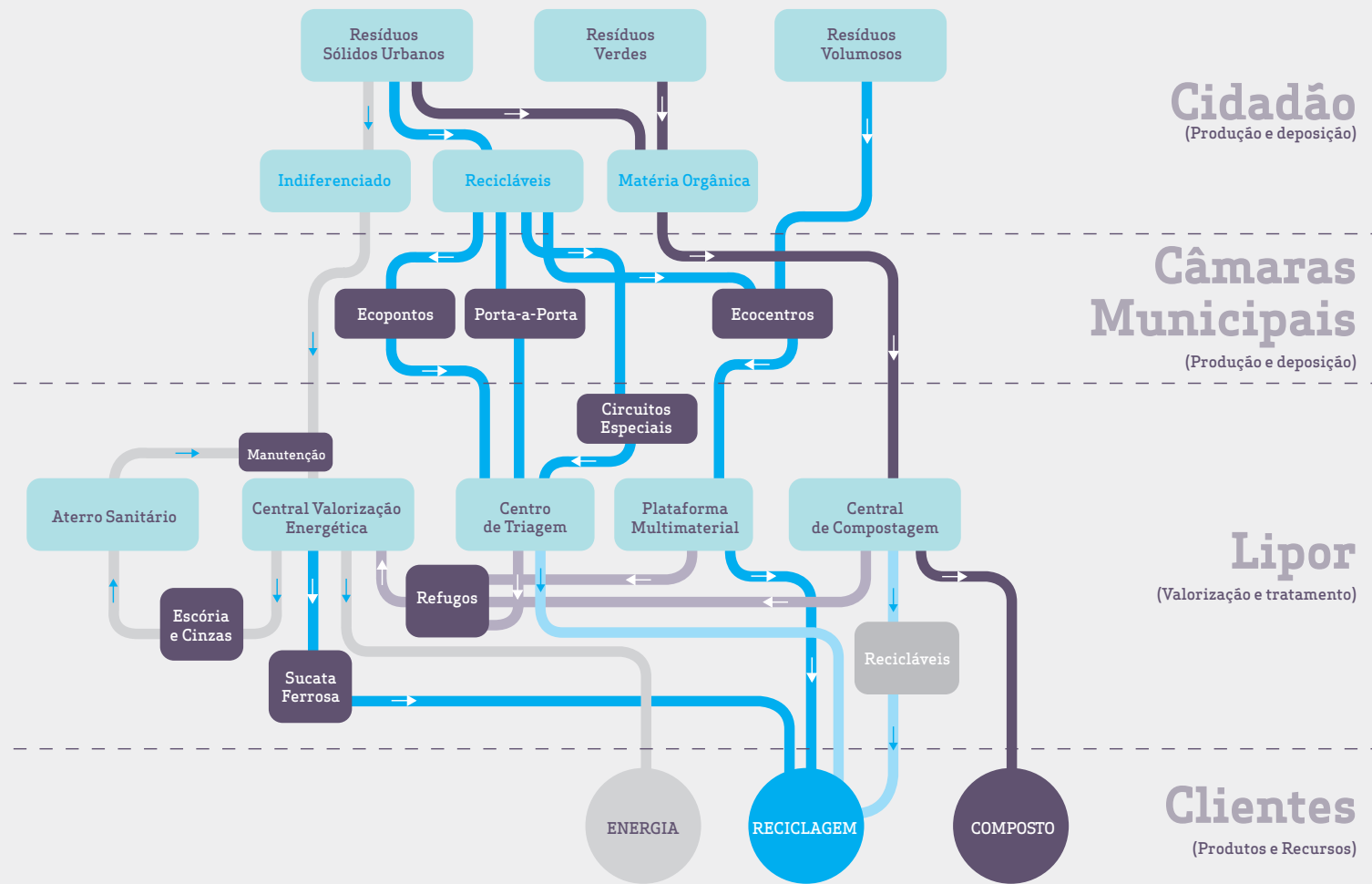
Toda a estratégia da Lipor segue as orientações do PERSU II e da comunidade internacional, adoptando uma hierarquia de opções para a Gestão de Resíduos em que a Prevenção é a base de todo o trabalho.

Uma vantagem significativa do Sistema implementado ser Integrado e complementar é a possibilidade de responder da forma mais adequada às diferentes especificidades dos resíduos produzidos e às diferentes necessidades dos municípios.

Esta flexibilidade torna o Sistema adaptável às diferentes condições que se encontram diariamente, permitindo seleccionar a melhor resposta, contribuindo para uma Gestão de Resíduos cada vez mais Sustentável.

A utilização das melhores tecnologias disponíveis e a manutenção cuidada das instalações e dos equipamentos ao longo dos anos tem permitido à Lipor o melhor desempenho das suas unidades, desde a triagem e encaminhamento dos resíduos para a reciclagem até à sua deposição em Aterro controlado. Ao mesmo tempo, este desenvolvimento permite uma maior segurança nestas actividades e consequentemente menores impactos.

Sistema Integrado de Gestão de Resíduos



Como referido anteriormente, a suportar todo este trabalho mais operacional está um conjunto significativo de actividades e projectos complementares dos quais podemos destacar, por exemplo, os projectos de Prevenção, as actividades de Educação Ambiental e a Promoção de Boas Práticas, entre muitos outros.

A Valorização Multimaterial

Uma questão fundamental quando falamos do projecto de reciclagem multimaterial é a elevada dependência que o sucesso deste projecto tem dos cidadãos e do seu empenho na separação dos resíduos.

É natural, por isso, que uma grande parte do nosso investimento esteja directamente relacionada com o reforço das quantidades e da qualidade das infra-estruturas de recolha à disposição dos cidadãos.

Actualmente, em termos de infra-estruturas disponíveis, contabilizamos 3564 ecopontos, 21 ecocentros e 3 zonas de recolha selectiva porta-a-porta abrangendo cerca de 48 000 habitantes. Estas estruturas são complementadas por um conjunto de projectos de recolha selectiva específicos, como por exemplo o Ecofone, disponível para a cidade do Porto.

Todo o material separado é encaminhado para o Centro de Triagem onde sofre uma separação adicional (triagem), é acondicionado e expedido para as indústrias recicladoras.

O Centro de Triagem Lipor tem uma capacidade de processamento de 35 000 toneladas/ano em duas linhas: uma linha de produtos planos, onde se procede à separação de cartão, papel de escritório e jornais e revistas e uma linha de produtos volumosos onde são separados os metais ferrosos e não-ferrosos, o cartão complexo e os plásticos que podem ser encaminhados para a reciclagem (PVC, PET, PEAD, filme e plásticos mistos).

Valorização Orgânica

A Central de Valorização Orgânica tem como objectivo a produção de um correctivo orgânico a partir dos resíduos biodegradáveis.

A Central da Lipor tem uma capacidade de tratamento de 60 000 toneladas por ano de matéria orgânica, que permite produzir cerca de 20 000 toneladas de correctivo orgânico de elevada qualidade.

Para se manter a elevada qualidade de correctivos orgânicos (Nutrimais) que temos vindo a obter, temos que ter um cuidado adicional nas recolhas, deixando apenas entrar na Central resíduos provenientes de circuitos de recolha selectiva (resíduos alimentares e resíduos verdes), diminuindo significativamente a entrada de contaminantes. Para este efeito, tem sido desenvolvido um conjunto de circuitos específicos de recolha de resíduos orgânicos em grandes produtores (restaurantes, cantinas, mercados, parques e jardins) que permitem a recolha de materiais separados e a produção de um composto de excelente qualidade.

O sistema de compostagem instalado é em túnel e a Central funciona em regime contínuo (24 horas), sendo o funcionamento da unidade totalmente automatizada permitindo uma melhor optimização de todos os parâmetros do processo.

A Central de Valorização Orgânica é totalmente fechada e está dotada de um processo de tratamento do ar, através de um sistema de exaustão e biofiltros, diminuindo significativamente o seu impacto no exterior, principalmente a nível dos odores.

Valorização Energética

Um conjunto de condicionantes técnicas, relacionadas muitas vezes com as recolhas e com a indústria da reciclagem, leva a que haja ainda um conjunto significativo de resíduos que não podem ser valorizados quer pela reciclagem, quer pela compostagem.

Neste caso, estes resíduos (indiferenciados) são encaminhados para a Central de Valorização Energética, onde são incinerados de forma controlada, produzindo vapor e permitindo a obtenção de energia eléctrica. Na Central são produzidos cerca de 25 MWh de energia eléctrica, o suficiente para abastecer uma população de cerca de 150 000 habitantes equivalente.

A Central de Valorização Energética está dotada de um complexo sistema de tratamento de gases, que permite que a quantidade de poluentes emitidos seja muito reduzida, estando abaixo dos limites impostos pela legislação em vigor.

O baixo impacto da Central na sua envolvente é, também, resultado de um rigoroso controlo de todo o processo operacional, desde a queima até à gestão dos subprodutos.

Do processo de combustão resultam dois tipos de subprodutos, as escórias e as cinzas, que, depois de devidamente inertizadas, são enviadas para o aterro sanitário de apoio, especialmente desenhado para este tipo de resíduos.

Este Aterro, tem também uma célula para acondicionamento de resíduos brutos (não tratados), para suprir as paragens programadas para manutenção ou em caso de alguma paragem de emergência.

Projectos Complementares

O principal objectivo que se pretende atingir com estas instalações e unidades operacionais é a correcta Gestão dos Resíduos e, conseqüentemente, a diminuição dos impactes que estes podem causar no ambiente que nos rodeia e na comunidade em que estamos inseridos.

Fruto desta preocupação da Lipor com a protecção Ambiental e a melhoria da qualidade de vida de todos, temos vindo a assumir, cada vez mais, um papel activo na implementação de acções e iniciativas com vista a um desenvolvimento mais sustentado da região. De modo a atingir estes objectivos, temos desenvolvido diversos projectos, que consideramos inovadores, na área da gestão de resíduos e que permitem um maior aproveitamento das suas potencialidades, designadamente na Reciclagem e na Compostagem.

Um extenso programa de actividades de Sensibilização e Educação Ambiental, desenvolvido pelo Gabinete de Informação Lipor e pela Horta da Formiga e a potenciação das nossas infra-estruturas para Visitas de Estudo, complementados por um investimento na formação de professores e educadores, têm permitido um melhor envolvimento e participação da comunidade em todas as nossas actividades.

Todo este trabalho é resultado directo da convicção que temos de que o sucesso do projecto Lipor está intimamente ligado à participação e ao envolvimento dos cidadãos que servimos.

Localização das diferentes infra-estruturas do Sistema Lipor



● Aterros Sanitários Encerrados

Alvo de projectos de Recuperação, Selagem e Requalificação Paisagística

● Pólo da Maia

Central de Valorização Energética

Capacidade: 400.000 ton/ano de resíduos indiferenciados.
Produção: 200.000 MWh/ano de energia eléctrica

Aterro Sanitário da Maia

Capacidade: 520.000 m³

● Pólo de Ermesinde / Baguim do Monte

Sede da Lipor

Centro de Triagem:

Capacidade: 35.000 ton/ano de materiais recicláveis

Central de Valorização Orgânica

Capacidade: 60.000 ton/ano de resíduos orgânicos
Produção: 20.000 ton/ano de composto orgânico

Gabinete de Informação

Lipor - Educação Ambiental
14 eco-conselheiros

Horta da Formiga - Centro de Compostagem Caseira

1,6 ha de terreno para actividades relacionadas com compostagem e agricultura biológica

Em relação às actividades da Lipor, todas elas estão directamente relacionadas com a Gestão de Resíduos, a nossa actividade principal, sendo no entanto diversas.

Quando falamos nos nossos clientes, normalmente dividimo-los em dois tipos distintos, os clientes de serviço e os clientes de produto, cada um com as suas características próprias.

Nos clientes de serviço (na Gestão de Resíduos) podemos destacar os Municípios e os Clientes Privados, todos localizados na nossa área de abrangência geográfica, como é natural, uma vez que em cada área há um Sistema de Gestão local.

Em relação aos clientes de produto estes são mais diversificados, passando pelo sector energético (venda de energia eléctrica), os agricultores e industriais agrícolas (venda de compostos orgânicos) e os recicladores (venda de materiais para a reciclagem). Nestes casos podemos considerar a área de abrangência nacional, podendo em alguns casos haver necessidade de recorrer a algum cliente estrangeiro.

Além destes clientes, para nós, a comunidade e os cidadãos ocupam uma posição de destaque. Efectivamente, apesar de não haver uma ligação comercial directa connosco, consideramo-los clientes indirectos uma vez que em sentido lato, é para eles e por eles que desenvolvemos o nosso trabalho e o tentamos fazer da melhor forma. Consideramos clientes indirectos uma vez que a sua ligação é com os municípios e não com a Lipor.

Das nossas quatro unidades operacionais principais apenas o Centro de Triagem é gerido directamente pela Lipor. As restantes três unidades estão concessionadas a entidades externas através de Contratos de Exploração. A Central de Valorização Energética está concessionada à Port' Ambiente, o Aterro

Sanitário à CITRUP e a Central de Valorização Orgânica à Hidurbe Mesquita, ACE.

No entanto, e apesar de serem unidades concessionadas, o seu funcionamento é acompanhado de muito perto pela equipa de Gestão da Lipor, havendo em cada uma delas um elemento da Lipor, responsável pela interligação com as entidades respectivas.

Para nós é muito importante manter a ligação e a proximidade com estas entidades, já que só assim podemos realizar um acompanhamento rigoroso dos processos e do seu desempenho, uma vez que a responsabilidade última pelo bom funcionamento destas unidades é assumida pela Lipor.

Explicações mais detalhadas sobre a Lipor, sobre o funcionamento das unidades operacionais e sobre os projectos desenvolvidos podem ser consultadas na nossa página da Internet, em www.lipor.pt.

2.2. O governo da organização

A Lipor - *Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto* - congrega oito municípios: Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde.

A Lipor está constituída como Associação de Municípios, tendo nos últimos anos sido diversa a legislação que foi regulamentando esta forma dos Municípios se associarem como forma de potenciar sinergias e promover economias de escala, no âmbito das competências que, por lei, lhes estão cometidas.

Assim, a Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, veio estabelecer o Regime Jurídico do Associativismo Municipal, revogando o anterior regime das Associações de Municípios (Lei n.º 11/2003, de 13 de Maio).

O novo regime jurídico é o sexto em vinte e oito anos de actividade (Decreto-Lei n.º 266/81, de 15 de Setembro; Decreto-Lei n.º 99/84, de 29 de Março; Decreto-Lei n.º 412/89, de 29 de Novembro; Lei n.º 172/99, de 21 de Setembro; Lei n.º 11/2003, de 13 de Maio e agora a Lei n.º 45/2008).

O novo diploma legal constituiu uma verdadeira mudança de paradigma face a todos os anteriores regimes jurídicos aplicáveis às Associações de Municípios. Isto porque, o Legislador, pela primeira vez, passou a considerar as Associações de Municípios de fins específicos como pessoas colectivas de direito privado.

No entanto e apesar desta alteração, verdadeiramente revolucionária e surpreendente, o Legislador manteve a obrigatoriedade das Associações de Municípios de fins específicos continuarem a estar sujeitas às seguintes disposições:

- a) Regime jurídico do Contrato Individual de trabalho na Administração Pública;
- b) Código dos Contratos Públicos;

- c) Lei de Organização e Processo de Tribunal de Contas;
- d) Regime Jurídico da Tutela Administrativa.

Apesar deste cenário, o Legislador concedeu, no Artigo 38.º, n.º 6 da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, que *“As associações de municípios de fins específicos constituídas até à entrada em vigor da presente lei podem manter em vigor a natureza de pessoa colectiva de direito público”*.

Nestes termos, e com base na norma legal supra referida, a Assembleia Intermunicipal da Lipor deliberou, na sua reunião do dia 17 de Dezembro de 2008, manter a Lipor com o Estatuto Jurídico de Pessoa Colectiva de Direito Público.

Sendo uma organização de cariz público, e nos termos da Legislação e dos seus Estatutos, a Lipor está sujeita aos ciclos políticos do poder local (Eleições Autárquicas).

Assim, são membros dos órgãos da Associação de Municípios os Municípios associados, sendo que estes são pessoalmente representados por membros da respectiva Câmara Municipal. Esta qualidade de representantes dos membros dos órgãos da Associação é indissociável da sua qualidade de membro da Câmara Municipal que cada um designou para o efeito, mantendo-se, suspendendo-se ou cessando o respectivo mandato, conforme se mantenha, se suspenda ou cesse o mandato autárquico.

Foi este o caso de 2009, em que a Assembleia Intermunicipal e o Conselho de Administração sofreram alterações, como consequência da já referida realização do acto eleitoral para as Autarquias Locais. Em relação ao Conselho de Administração entraram dois novos elementos, o representante do Município de Espinho e o representante do Município de Valongo.

Apesar do ciclo eleitoral, o Presidente do Conselho de Administração, por votação da Assembleia Intermunicipal, manteve-se para um terceiro mandato, sendo ocupado pelo Presidente da Câmara da Póvoa de Varzim.

A Lipor foi constituída, por escritura pública, a 12 de Novembro de 1982, publicada na 3.ª Série do Diário da República, de 10 de Dezembro.

De modo a acompanhar as alterações significativas ocorridas, nomeadamente a nível de instalações e projectos, sentiu-se a necessidade de alterar e adaptar os Estatutos da Associação a essa realidade, pelo que estes sofreram uma profunda alteração, concretizada em escritura pública, de 26 de Março de 2001, tendo sido publicados no Diário da República de 5 de Junho, desse mesmo ano (III Série).

A Assembleia Intermunicipal é o órgão deliberativo da Lipor e é composta pelo Presidente e por dois Vereadores de cada um dos Municípios associados num total de vinte e quatro elementos. Entre as suas atribuições podemos destacar a aprovação do Orçamento, dos Planos de Actividade e do Relatório, Balanço e Contas da Associação. A Assembleia Intermunicipal reúne ordinariamente duas vezes por ano.

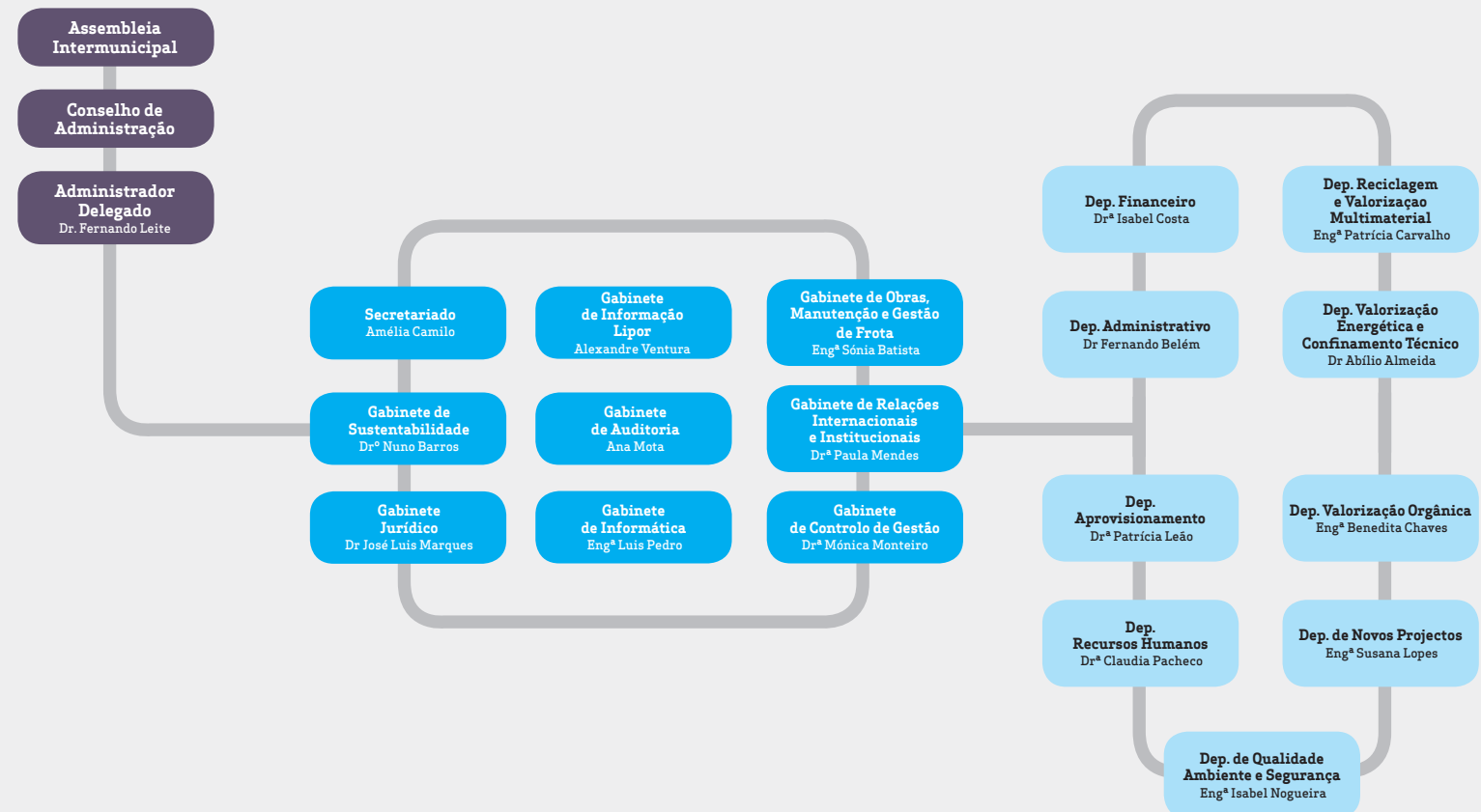
A constituição da Assembleia Intermunicipal pode ser consultada na nossa página da internet: www.lipor.pt
Lipor > Quem Somos > Assembleia

O Conselho de Administração é o órgão executivo, composto por cinco Administradores efectivos e três suplentes, representando os Municípios associados e eleitos pela Assembleia Intermunicipal entre os seus membros. O Conselho de Administração tem reuniões ordinárias semanais na Sede da Lipor. Apesar de serem apenas cinco elementos efectivos, desde sempre que os oito elementos participam regularmente nas reuniões e nas decisões da organização, sendo implícito que o Conselho de Administração é constituído pelos oito Administradores.

No que diz respeito à independência dos membros dos órgãos sociais (Assembleia Intermunicipal e Conselho de Administração) esta está garantida, uma vez que está dependente de um processo de escrutínio nas Eleições Autárquicas. De facto estes cargos são eminentemente políticos. Os Presidentes da Câmara eleitos são automaticamente designados para a Assembleia Intermunicipal da Lipor. No caso dos restantes elementos, os mesmos são designados pelo próprio Município, entre os Vereadores eleitos.

A Assembleia Intermunicipal, sob proposta do Conselho de Administração nomeia o Administrador-Delegado, que tem a seu cargo a gestão executiva profissional da Associação, contando com os responsáveis pelas diversas Unidades Orgânicas para o auxiliar, os quais fazem parte dos quadros da organização.

A Macroestrutura organizacional da Lipor, à data de 31 de Dezembro de 2009



O Decreto-Regulamentar n.º 18/2009, que entrou em vigor no dia 1 de Outubro, veio adaptar à Administração Local, em pleno, o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), aprovado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro.

Isto porque o referido Decreto-Regulamentar integra três subsistemas, que são de aplicação obrigatória, e que visam avaliar o desempenho das seguintes realidades:

- a) O subsistema de avaliação do desempenho das Unidades Orgânicas (SIADAP 1);
- b) O subsistema de avaliação do desempenho dos dirigentes (SIADAP 2);
- c) O subsistema de avaliação do desempenho dos trabalhadores (SIADAP 3).

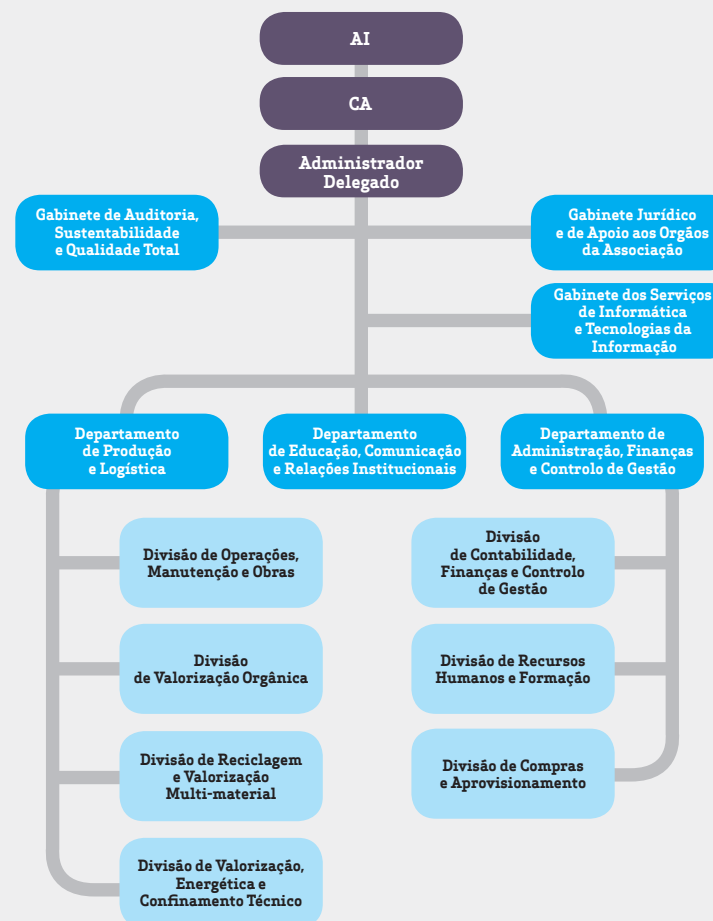
Este Modelo, como já se avançou, de execução obrigatória, tornou imperioso que a Lipor evoluísse para a implementação de uma nova Macroestrutura, que permitisse a avaliação do desempenho das Unidades Orgânicas, dos Dirigentes que as vão liderar, bem como dos trabalhadores.

Nestes termos, a Assembleia Intermunicipal, no uso das suas competências estatutárias, e por proposta do Conselho de Administração, aprovou em reunião ordinária, realizada a 20 de Janeiro de 2010, o Regulamento Interno que corporiza uma nova Macroestrutura organizacional da Associação.

Esse Regulamento Interno, bem como o correspondente Organograma, foram publicados na 2ª Série do Diário da República, de 27 de Janeiro de 2010, tendo a nova Macroestrutura entrado em funcionamento em Fevereiro do mesmo ano.

O Organograma correspondente à nova Macroestrutura aprovada pelos órgãos da Lipor, actualmente em vigor, é o seguinte:

Nova Macro-estrutura da Lipor



Avaliação do desempenho da Governação

O facto da Lipor ser uma Associação de Municípios resulta numa especificidade grande quanto aos modelos de Gestão e Governação, apresentando algumas diferenças em relação aos modelos de Governação mais comuns.

No nosso caso, os Administradores não são remunerados, pelo que não pode haver qualquer ligação directa entre o desempenho da organização e a sua remuneração. Isto acontece também com os membros da Assembleia Inter-municipal.

No caso do Administrador-Delegado a remuneração é definida pela diversa legislação, que disciplina as remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, nomeadamente a aplicável aos cargos dirigentes. Pelo que a mesma está devidamente explicitada na Lei.

A Lipor tem encarado a questão dos conflitos de interesse com pouca preocupação, uma vez que os Administradores são representantes dos diferentes Municípios no Conselho de Administração e portanto têm como função adicional defender os interesses do Município no âmbito das actividades da Lipor. Uma vez que o Conselho é constituído por oito Administradores, representando cada um dos oito Municípios, assume-se facilmente que é conseguido um equilíbrio nas decisões tomadas.

A questão da adequação dos Administradores à função, bem como a avaliação das suas qualificações, é da responsabilidade do Município, uma vez que é o próprio Município que indica quem são os seus representantes nos órgãos sociais da Lipor, não havendo nenhum processo adicional para a determinação das suas qualificações para o cargo.

Em relação à selecção do Administrador-Delegado, esta foi baseada na sua experiência no sector dos resíduos e na sua adequação à função. A sua re-

condução neste cargo pelos sucessivos Conselhos de Administração tem sido fruto dos resultados apresentados, bem demonstrativos das suas capacidades para o cargo.

Na gestão diária da organização, a Administração tem a acompanhá-la um conjunto de responsáveis pelas diversas Unidades Orgânicas que a assessoram, aumentando a sua capacidade de Governação, principalmente nas áreas técnicas, nomeadamente no domínio da sustentabilidade.

Continuamos a utilizar as ferramentas de *Balanced Scorecard* como forma de acompanhar o nosso desempenho através de indicadores bem definidos e que nos permitem reflectir e avaliar a nossa Visão Estratégica – a Sustentabilidade – nas suas diferentes vertentes. Por inerência este desempenho é reflexo do desempenho da Governação permitindo, indirectamente, a sua avaliação. Dada a natureza do nosso Conselho de Administração não estão instituídos processos formais para a auto-avaliação do seu desempenho em nenhuma área específica.

O Conselho de Administração, complementarmente, tem ao seu dispor um conjunto de ferramentas que lhe permitem analisar o desempenho da própria organização e assim acompanhar de perto os resultados nas diferentes áreas. Por um lado o processo de revisão pela gestão do desempenho nos sistemas de gestão implementados e certificados (ISO 9001, ISO 14001, OSHAS ISO 18001/ NP 4397 e SA 8000), abordando as vertentes da qualidade, ambiente, de higiene e segurança e inclusive da responsabilidade social. Por outro lado as ferramentas de análise económico-financeira e os Reportes do Controlo de Gestão na vertente económica. A utilização destas ferramentas pela Administração permite um acompanhamento muito rigoroso de todo o desempenho da organização.

2.3 A Visão, a Missão e os Valores da Lipor - Os princípios da Sustentabilidade

Declaração de Princípios para a Gestão

A promoção da Sustentabilidade continua a ser, para a Lipor, uma questão de compromisso e na qual colocamos todo o nosso empenho e dedicação.

Este compromisso da organização com o Desenvolvimento Sustentável é consequência directa da Estratégia que o Conselho de Administração e a Equipa de Gestão definiram, no sentido de trabalhar para que a Lipor seja uma organização de futuro, e que a Sustentabilidade seja uma forma de estar da organização.

Desta forma, a Administração está cada vez mais empenhada em implementar uma estratégia conducente a uma Gestão Sustentável dos Resíduos, tendo como base o próprio trabalho realizado internamente nas suas diversas vertentes.

O Conselho de Administração da Lipor reafirmou mais uma vez a vontade de continuar a trilhar este caminho, comprometendo-se com a Declaração de Princípios que serve, e servirá, de fio condutor para todo o trabalho de Gestão da nossa organização nestes próximos anos:

Declaração de Princípios para a Gestão

1. Assumir o desafio da sustentabilidade;
2. Apostar na Prevenção;
3. Estreitar relações com as partes interessadas;
4. Encarar os resíduos como recursos;
5. Definir e aplicar uma hierarquia para a Gestão de Resíduos;
6. Ser uma organização auto-suficiente;
7. Aplicar o princípio do Poluidor-Pagador e da Responsabilidade do Produtor

A Missão, a Visão e os Valores

Continuamos a querer ser, no âmbito do trabalho que desenvolvemos quotidianamente, uma organização de referência e que contribui, de facto para o futuro da comunidade em que nos inserimos.

A única forma de concretizarmos a nossa aspiração é continuar a trabalhar e a seguir no caminho da excelência, apostando em ser cada vez melhores e cada vez mais importantes no desenvolvimento da região, que se quer sustentável. Esta forma de estar da Lipor tem sido um importante factor de motivação para o trabalho de todos os colaboradores.

Este empenho e esta motivação estão bem patentes na nossa Missão, na nossa Visão de futuro e nos Valores em que acreditamos.

No âmbito do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social redefinimos a nossa Visão, integrando também esta questão que já há muito tempo era para nós fulcral - a Responsabilidade Social.

Saber o que nos inspira e ter a noção do caminho a seguir é fundamental para que, com confiança e com o empenho de todos consigamos atingir os objectivos a que nos propomos. Queremos fazê-lo com todo o respeito pelos valores em que acreditamos, não colocando nunca em causa as nossas convicções.

A Visão, a Missão e os Valores da Lipor podem ser consultados em <http://www.lipor.pt/>
Lipor > Missão, Visão e Valores e Política

Princípios da Sustentabilidade da Lipor

- Promover o **crescimento e desenvolvimento** da organização, criando valor intrínseco para os *stakeholders*.
- **Proteger o ambiente**, investindo em processos e tecnologias mais limpas, apostando em projectos de requalificação ambiental e sensibilizando as populações para a adopção de atitudes ambientalmente correctas.
- Proporcionar aos colaboradores as condições ideais para o seu **crescimento profissional e pessoal**, nomeadamente a nível das condições de higiene e segurança, da remuneração justa, da formação e do envolvimento da organização com cada um.
- Contribuir para o **desenvolvimento da comunidade** em que nos inserimos, fomentando actividades culturais e educativas e promovendo e apoiando iniciativas de cariz social.



De modo a dar corpo a este compromisso com os três pilares do Desenvolvimento Sustentável a Lipor definiu no âmbito do seu trabalho do dia-a-dia um conjunto de Princípios de Sustentabilidade que funcionam como linhas de orientação claras para o trabalho diário da organização. Apesar da definição destes princípios ter sido da responsabilidade da Gestão de Topo, eles refletem claramente a forma de pensar de toda a organização, espelhando um compromisso que pretende levar a Lipor a um novo patamar no caminho do Desenvolvimento Sustentável.

2.4 As Partes interessadas - stakeholders

Uma das nossas maiores preocupações continua a ser manter uma relação de abertura e, sobretudo, de confiança com os todos os nossos parceiros. Tem sido fundamental para nós e para o nosso trabalho o empenho e a participação, de todos, nos projectos por nós desenvolvidos. Só com esta abertura e envolvimento de todos, conseguimos prestar, cada vez mais, um serviço de excelência e promover e levar a cabo projectos de sucesso que correspondam às expectativas dos que trabalham connosco e daqueles que servimos no dia-a-dia. Assim, torna-se essencial auscultar as preocupações e os interesses de todos os nossos stakeholders, pois só assim podemos responder de forma adequada às suas necessidades.

O desenvolvimento e a implementação de um Sistema de Gestão da Responsabilidade Social, segundo a norma SA8000 foi um ponto de viragem importante na forma como se processa a abordagem aos nossos parceiros, permitindo formalizar e sistematizar todo o processo de envolvimento.

Apesar do trabalho realizado já ter sido apresentado no Relatório anterior, achamos oportuno apresentá-lo novamente neste Reporte, uma vez que, além de ser extremamente importante para nós, algum deste trabalho foi realizado já em 2009.

Um primeiro passo passou pela identificação e hierarquização dos principais grupos de stakeholders, de forma a permitir uma abordagem mais específica e orientada.

Este processo foi realizado tendo em atenção as seguintes fases:

- Listagem de todos os Parceiros;
- Classificação dos Parceiros segundo critérios específicos;
- Posicionamento de acordo com uma matriz influência/ dependência;
- Hierarquização dos mais relevantes.

Posteriormente foi realizado um trabalho de avaliação da eficácia da comunicação bidireccional que existia e definidas novas formas de abordagem:

- Listagem das metodologias de envolvimento já utilizadas;
- Sistematização de novas metodologias de abordagem aos diferentes Parceiros.

Apresenta-se a seguir a Matriz influência/ dependência, realizada de acordo com a sensibilidade e as especificidades do nosso negócio.

Pela análise da Matriz conseguimos facilmente verificar quais serão os nossos parceiros mais importantes, aqueles que representam uma ameaça ou oportunidade estratégica.

Matriz Influência/ Dependência

		Influência do Stakeholder na Organização (ou objecto, projecto ou linha de negócio)			
		Sem influência	Influência reduzida	Alguma Influência	Alta influência / Poder formal
Dependência do stakeholder da Organização	Dependência alta - os stakeholders não têm escolha			Municípios Clientes Serviço	Colaboradores População Exploradores
	Dependência baixa - os stakeholders têm um vasto leque de escolhas		Outros sistemas de gestão de resíduos Universidades Escolas	Fornecedores Clientes Produto Sindicatos Juntas de Freguesias	Ameaça ou oportunidade estratégica: investir no envolvimento dos stakeholders, de forma a compreender as suas necessidades e expectativas e desenvolver soluções Entidades reguladoras Instituições financeiras
			Seguradoras Outras associações	Comunicação social ONG's Ambientais	Conselho de Administração

Estes parceiros que consideramos estratégicos, são os que se posicionam no quadrante de Alta Dependência/ Influência, tendo sido seleccionados como os parceiros a envolver de forma mais formal numa primeira fase.

De modo a podermos ter um contacto mais próximo, mas acima de tudo mais sistematizado com estes parceiros estratégicos, em 2009 realizamos um Fórum Multistakeholder, já referido no Relatório de 2008.

Este Fórum além de permitir perceber as melhorias a realizar no processo de comunicação, permitiu perceber quais as questões mais relevantes e materiais no reporte de sustentabilidade da Lipor, reforçando a participação dos stakeholders na definição dos conteúdos do Relatório.

Ficou claro no desenvolvimento e na participação deste Fórum que o Relatório de Sustentabilidade ocupa um papel importante na organização e ao mesmo tempo pode ser uma ferramenta de trabalho e de comunicação para todos os stakeholders. Este sucesso continuará a depender, no futuro, do maior ou menor envolvimento que os stakeholders tiverem com a organização.

Apesar da realização do Fórum, todo o trabalho realizado anteriormente manteve-se, como é óbvio, uma vez que a nossa abordagem ao longo destes últimos anos tem dado bons resultados e muitas vezes, para a resolução de pequenos problemas e questões, a melhor solução passa por um contacto mais próximo e informal.

De facto, esta comunicação informal torna, na maioria das vezes, o relacionamento mais fácil e produtivo, facilitando a ligação com as diversas entidades.

Dada a diversidade de parceiros que a Lipor tem, é natural que os canais de comunicação utilizados sejam também diferentes e adaptados às especificidades de cada *stakeholder*, nomeadamente reuniões presenciais, envio de relatórios e inquéritos de satisfação. Esta forma de abordagem permite uma análise mais completa da percepção dos stakeholders sobre todas as áreas da organização que são âmbito do nosso trabalho do dia-a-dia e do Relatório de Sustentabilidade.

O diálogo frequente com todos os parceiros permite identificar um conjunto de questões e sugestões levantadas, o que nos permite actuar e responder às suas expectativas. Esses temas são sistematizados no quadro seguinte:

Stakeholder	Mecanismos de envolvimento e auscultação existentes	Periodicidade	Principais tópicos relevantes para estes stakeholders
Municípios Associados (Accionistas)	Relatórios de Progresso (Quantitativos, Qualidade das Descargas, Acompanhamento Técnico)	Mensal	Redução de custos da Gestão de Resíduos; Equilíbrio financeiro da organização; Tarifa de equilíbrio vs Tarifa praticada; Manutenção da qualidade dos projectos; Desenvolvimento de novos projectos; Projecção da Lipor (Marca) pela protecção ambiental.
	Reuniões do Conselho de Administração	Semanal	
	Plano e Orçamento, Relatório e Contas e Relatório de Sustentabilidade	Anual	
	Fórum Multistakeholder	Anual	
Municípios Associados (clientes de serviço)	Prospector/Consultor	Contínua	Gestão de infra-estruturas de recolha; Pareceres técnicos; Formação; Informação e Sensibilização; Tarifas.
	Relatórios de Progresso (Quantitativos, Reciclagem Multimaterial, Qualidade das Descargas, Acompanhamento Técnico)	Mensal/ Semestral/ Anual	
	Seminários/ Workshops (ex: Contratação Pública; Balanced Scorecard; Desenvolvimento Sustentável)	Ao longo do ano	
	Reuniões Periódicas com os Técnicos	Ao longo do ano	
	Formação específica para Técnicos Municipais	Ao longo do ano	
	Fórum Multistakeholder	Anual	
Clientes de Produto	Reuniões periódicas	Mensal	Qualidade dos produtos fornecidos; Cumprimento das especificações dos materiais.
	Inquérito de Satisfação aos Clientes	Anual	
	Reuniões para definição das especificações e valores de contrapartida para os materiais	Anual	
	Fórum Multistakeholder	Ocasional	

	Elemento de ligação definido	Contínuo	
Clientes Privados (clientes de serviço)	Acção Clientes (sessão para apresentação dos resultados operacionais)	Anual	Informação e sensibilização; Resposta às suas solicitações (tipos de materiais a entregar na Lipor).
	Desenvolvimento de Projectos de Parceria	Ao longo do ano	
	Visitas Técnicas	Ao longo do ano	
	Inquérito de Satisfação de Clientes	Anual	
Clientes Especiais (clientes de serviço)	Prospector/Consultor	Contínua	Gestão das Infraestruturas e Equipamentos; Capacidade de resposta; Qualidade do serviço.
	Relatórios de Qualidade das descargas	Mensal	
	Inquérito de Satisfação de Clientes	Anual	
Outros Sistemas de Gestão de Resíduos	Projectos de Parceria	Contínua	Cooperação; Melhores Tecnologias Disponíveis; Colaboração no desenvolvimento de projectos.
	Realização de Encontros Inter-sistemas	Anual	
	Participação em Associações do Sector (AVALER, ACR+)	Contínua	
Colaboradores	Estudo de Clima Social	Bienal	Melhoria das condições de trabalho; Melhor remuneração; Mais informação e sensibilização; Melhoria das competências; Progressão na Carreira.
	Grupos de Trabalho (Agentes da Mudança, Chefias Intermédias)	Contínua	
	Caixa de Sugestões	Contínua	
	Acções desenvolvidas no Âmbito do Projecto Estratégico (eventos/ seminários internos/ "Um tema ao almoço", etc);	Ao longo do ano	
	Comissão de Trabalhadores	Contínua	
	Boletim Interno	Mensal	
	Acções de Formação (internas e externas)	Ao longo do ano	
	Acção de Comunicação SA 8000	Anual	

Comunidade (cliente indirecto)	Barómetro de Opinião	Quadrimestral	Projectos de Educação e Sensibilização Ambiental; Melhor serviço de recolha; Mais ecopontos; Mais informação sobre como separar os resíduos; Pouco impacto no ambiente e na comunidade.
	Campanhas de Sensibilização Temáticas	Esporádico	
	Campanhas de Sensibilização de proximidade (acções GIL nas escolas)	Contínua	
	Páginas na Internet	Contínua	
	Newsletters	Semanal	
	Ecolinha (linha grátis)	Contínua	
	Seminários/Acções de Formação	Ao longo do ano	
	Comissões de Acompanhamento	Quando justificável	
Fórum Multistakeholder			Esporádico
Operadores das Centrais	Acção Clientes	Anual	Ligação estreita entre as entidades e fácil comunicação;
	Iniciativas de Parceria	Contínuo	
	Seminários e Workshops	Esporádico	
	Reuniões de exploração - LIPOR/Operadores	Mensal	
	Presença de Técnico Responsável pela ligação com os Operadores (Dr. Abílio Almeida, Eng.ª Susana Lopes)	Contínuo	
Fornecedores	Avaliação de fornecedores	Semestral	Cumprimento dos prazos de pagamento; Tempo de resposta na adjudicação; Transparência; Diminuição da burocracia na contratação.
	Fórum Multistakeholder	Esporádico	

Principais Parceiros, mecanismos de envolvimento e questões levantadas

Apesar das respostas às expectativas dos *stakeholders* serem muitas vezes difusas e fazerem parte do nosso alinhamento estratégico, em alguns casos podemos apontar respostas concretas a expectativas dos nossos parceiros. Em 2009 podemos destacar por exemplo, a realização de um Seminário com especialistas sobre “Balanced Scorecard” para os municípios, em resposta à necessidade de apoio técnico expressa pelos técnicos municipais. Isto passa-se também a nível interno, tendo o entusiasmo e a vontade de continuar a apostar na formação dos colaboradores levado a que continuássemos com o projecto de RVCC (Validação de Competências). Também a conclusão da requalificação e recuperação dos Aterros de Erme-sinde (Parque Aventura) e Matosinhos (Parque da Ciência) resultam de uma vontade expressa da comunidade onde nos inserimos de ver estes espaços degradados recuperados e de poder usufruí-los livremente.

2.4.1 Colaboradores

Como não podia deixar de ser, e reflectindo a nossa postura nestes últimos anos, continuamos a colocar os nossos colaboradores na base das nossas pre-ocupações. Estamos conscientes que todo o trabalho realizado e a posição em que a Lipor se encontra hoje no panorama nacional se deve ao seu empenho, à sua motivação e ao seu trabalho do dia-a-dia. De facto, são uma das mais importantes partes interessadas da organização, sendo praticamente impos-sível chegar a um nível de desempenho tão elevado sem a sua participação activa na Lipor.

Assim, é fundamental para garantir este sentido de “vestir a camisola” e poder dar uma resposta cabal às suas expectativas, manter uma comunicação cons-tante e eficaz, reforçando os laços que nos ligam. Esta comunicação deve, não

só ser nos dois sentidos, como envolver todos os níveis da organização, contri-buindo para um sentimento de pertença e uma organização mais coesa.

A maior parte dos mecanismos de comunicação que temos utilizado nos últi-mos anos, e dada a comprovada eficácia, tem continuado a servir como base de toda a estratégia de comunicação interna da Lipor.

É claro que estes meios não substituem a comunicação pessoal, pelo que a principal forma de comunicação que promovemos será sempre o contacto entre colegas.

A necessidade de uma plataforma rápida e acessível de troca de documenta-ção e informação fundamental para a organização esteve na base da criação da Intranet da Lipor, continuando actualmente a funcionar como forma pre-ferencial para a partilha eficaz de documentos, formulários e informações úteis sobre projectos e iniciativas.

Em 2009 foram disponibilizados postos de consulta nas salas de convívio, pelo que já é possível a qualquer colaborador consultar a Intranet Lipor.

Também o Boletim Interno “a LIPOR por dentro” continua a ser utilizado como veículo de informação que consideramos muito importante para a nossa or-ganização. Apesar de ser um meio de comunicação passivo, permite divulgar a todos os colaboradores as diversas iniciativas, projectos e eventos que vão acontecendo na nossa organização.

Com diversas rubricas e informações que tentam ir ao encontro das necessi-dades dos colegas, o Boletim tem um espaço à disposição dos colaboradores, onde estes podem expressar as suas ideias e a sua visão da organização.

No final de 2009, e seguindo o princípio da Prevenção, o Boletim Interno pas-sou a ser apenas disponibilizado electronicamente, havendo no entanto dis-poníveis nas salas de convívio alguns exemplares impressos para consulta.

A utilização da “Caixa de Preocupações” mantém-se como uma forma de comunicação preferencial para os colaboradores, sendo um meio rápido de fazer chegar as suas sugestões de melhoria à Gestão de Topo e à Administração. Continua a existir a possibilidade destas preocupações poderem ser colocadas de forma anónima, facilitando o reporte de situações mais delicadas, permitindo uma melhor auscultação dos sentimentos internos dos colaboradores. Como referido anteriormente, apesar de todos estes esforços, os colaboradores são motivados a manter um relacionamento próximo e cordial com os colegas, nomeadamente entre diferentes níveis hierárquicos, de modo a facilitar a comunicação e a passagem de conhecimento entre todos.

O Diagnóstico do Clima Organizacional

O Diagnóstico do Clima Organizacional continua a ser considerado uma ferramenta indispensável para auscultação dos nossos colaboradores. Este Diagnóstico é realizado de dois em dois anos e permite, não só verificar as preocupações dos colaboradores em relação às questões laborais e da organização, mas também perceber as suas expectativas em relação ao futuro da organização e desta forma tentar antecipá-las.

No ano de 2009 foi realizado um novo estudo, abrangendo toda a organização. Este estudo foi conduzido pela mesma empresa que realizou o estudo de 2007, o que facilita a comparação dos resultados obtidos.

Este estudo é sem dúvida a forma mais útil de *feedback* que disponibilizamos aos nossos colaboradores pois é uma auscultação directa através de uma entidade externa, e que acaba por reflectir o sentimento de toda a organização, filtrando interpretações subjectivas e melhorando a transparência nos processos comunicacionais.

Mais uma vez obtivemos um índice de participação muito elevado, cerca de 96%, o que para nós é também sinal de que há um grande envolvimento dos colaboradores nas questões internas da organização.

Apesar do esforço realizado no sentido de promover o trabalho de equipa, as relações de trabalho continuam a ser o tema mais negativo neste estudo. Em termos do trabalho na comunicação continuamos a investir na formação específica para as Chefias Intermédias, onde além da formação se promove a partilha e o espírito de ajuda entre todos.

Também em relação às questões de Segurança, focadas já no Estudo anterior, ainda não estão completamente resolvidas. O trabalho de intervenção nesta área já vinha de trás, e apesar de se notarem melhorias a vários níveis, estas melhorias ainda não estão reflectidas nas respostas obtidas no Clima Social. Claro que este é um trabalho contínuo e que, estamos certos, trará óptimos resultados no médio prazo.

2.4.2 Municípios

Em termos de relacionamento com a Lipor, os Municípios ocupam uma posição muito particular, apresentando algumas características que os diferenciam significativamente dos outros parceiros.

A principal característica é o duplo papel que desempenham no relacionamento com a Lipor e que os coloca numa posição de destaque na organização. Com efeito, apesar de por um lado serem nossos accionistas e terem assento nos órgãos superiores da Associação, ou seja no Conselho de Administração e na Assembleia Intermunicipal, são, ao mesmo tempo, nossos clientes de serviço mantendo connosco uma relação marcadamente fornecedor-cliente.

No entanto, este duplo posicionamento acaba por funcionar, muito devido ao estreito relacionamento que se conseguiu criar, como uma vantagem em termos de canais de comunicação, permitindo um contacto muito mais rápido e fluído, quer quando abordamos questões de Gestão, quer quando abordamos as questões mais técnicas.

Apesar disso, devemos estar sempre atentos à informação disponível e fazer um esforço adicional na transmissão da informação e na utilização de canais de comunicação de modo a evitarmos incompatibilidades nos projectos devido à falta de conhecimento de qualquer um dos lados.

Uma vez que os municípios com quem trabalhamos fazem parte do Conselho de Administração e estão presentes de forma regular na Lipor permite um grande controlo e acompanhamento das actividades desenvolvidas, permitindo uma Gestão mais próxima e consequentemente mais eficiente.

A presença do Conselho de Administração na Lipor todas as semanas, permite um contacto constante com a gestão de topo da organização, sendo imediata a comunicação dos resultados, bem como de todos os dados técnicos e operacionais da Lipor. Esta proximidade permanente permite um acompanhamento, pela administração, de todos os projectos em curso, melhorando a sua capacidade de intervenção e de gestão de toda a organização.

Ao mesmo tempo, temos um relacionamento com os municípios, ao nível do serviço, tendo neste caso que assumir uma abordagem diferente às questões. Aqui, procuramos identificar as suas necessidades e expectativas de modo a podermos melhorar de forma contínua o serviço prestado.

Neste caso, o envolvimento em processos mais activos e participativos tem sido a nossa forma preferencial de actuação, privilegiando os encontros informais e as reuniões com as Equipas Técnicas. Com esta abordagem conse-

guimos promover uma comunicação próxima e informal e ao mesmo tempo resolver problemas e questões de forma rápida e eficaz.

Em 2009 continuamos a apostar na promoção de acções e iniciativas especializadas destinadas aos colegas das câmaras, que permitam melhorar as competências técnicas destes parceiros e assim alinharmos as nossas visões estratégicas. Esta disponibilização de ferramentas e conhecimento base é uma forma de potenciar a nossa ligação e o nosso trabalho em equipa, permitindo uma maior disponibilidade e envolvimento de todos num objectivo comum – o sucesso dos projectos desenvolvidos.

Mais do que um stakeholder que temos que envolver e informar, continuamos a encarar as Câmaras nossas associadas como um parceiro estratégico e fundamental para o sucesso da Lipor, uma vez que são parceiros fundamentais em diversos projectos desenvolvidos. Continuamos, por isso, a trabalhar no dia-a-dia para estreitar as nossas relações, fundamentais para o sucesso destes projectos.

Uma figura incontornável continua a ser o Prospector/Consultor. Tendo surgido como resposta a algumas necessidades de desenvolvimento de projectos específicos nos municípios, o Prospector/Consultor acabou por ser uma aposta ganha e na qual continuaremos a trabalhar, conseguindo obter soluções à medida para problemas concretos dos municípios. Este trabalho tem aumentado a ligação a nível técnico e operacional entre as Câmaras Municipais e a Lipor, contribuindo para o sucesso dos projectos desenvolvidos.

2.4.3 Clientes

É natural que uma organização para sobreviver dependa dos seus clientes. Para a Lipor, o relacionamento com os nossos clientes sempre foi mais do que isso e temos tentado ao longo dos últimos anos criar uma ligação forte e continuada, considerando-os nossos parceiros.

Mesmo não sendo uma organização que visa o lucro, estamos conscientes que a criação de boas ligações com os nossos clientes e a resposta às suas expectativas quer em termos de produtos quer em termos de serviços prestados são importantíssimas para que possamos cumprir os nossos próprios objectivos. Só com uma relação de parceria e com clientes satisfeitos é que será possível atingir a excelência no nosso desempenho.

Assim torna-se prioritário um sistema de avaliação da sua satisfação que nos permita ir ao encontro das suas necessidades e expectativas.

Em 2009 modificámos radicalmente o sistema de Avaliação da Satisfação dos Clientes realizado nos anos anteriores, com o objectivo de melhorar esta análise e permitir um melhor *feed-back* dos clientes quanto ao nosso desempenho. Este ano realizámos a avaliação da sua satisfação através de uma entidade externa e independente, tornando os resultados mais objectivos e mais completos. Esta alteração permitiu, logo à partida, aumentar o esforço do processo, conseguindo uma amostra de 525 clientes, o que nos permite a obtenção de resultados mais significativos. Neste estudo foram abordados todos os clientes da Lipor, segmentados nas seguintes categorias: Clientes de Serviço e Clientes de Produto – indústria, comércio e serviços; e Clientes Comunidade – domésticos, empresas, escolas e instituições.

O processo de avaliação decorreu em dois segmentos, um com uma análise quantitativa, que abrangeu 517 clientes e outro, com uma análise qualitativa

que abrangeu 9 clientes, seleccionados pela sua importância.

De facto, para nós, e como já foi referido anteriormente, as Câmaras Municipais e a Sociedade Ponto Verde, ocupam uma posição de destaque, pelo que optámos por realizar entrevistas pessoais e presenciais com este grupo de clientes, permitindo esta abordagem um retorno muito maior e um conjunto de informação muito mais completo.

Neste segmento foram realizadas entrevistas em profundidade, pela empresa que realizou o estudo, com um ou mais responsáveis da respectiva Câmara Municipal.

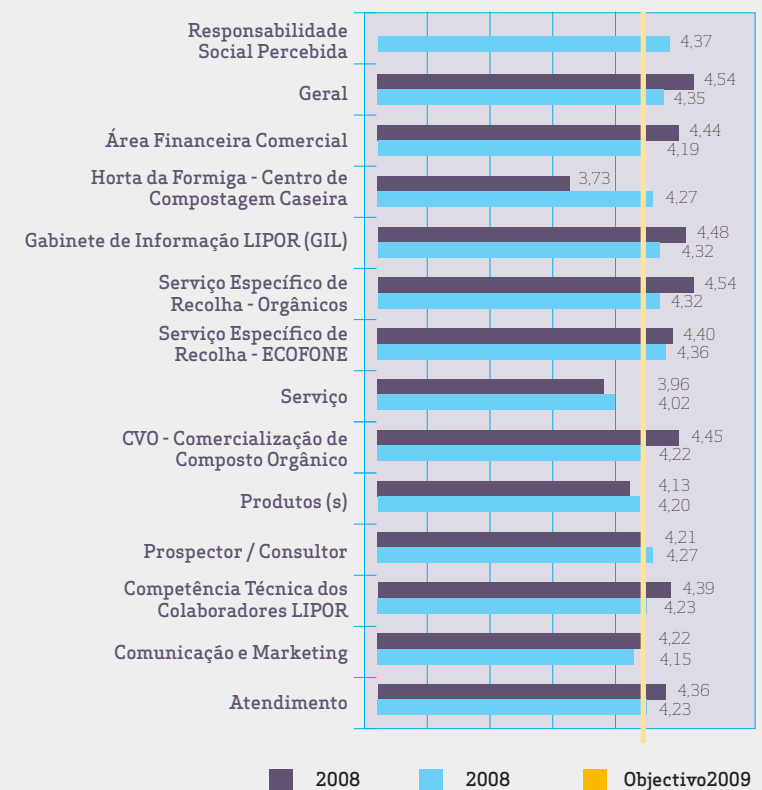
Em relação à avaliação quantitativa foram realizadas entrevistas telefónicas apoiadas em questionários estruturados adaptados ao sistema CATI (Computer-Assisted Telephone Interviewing).

O gráfico seguinte mostra os resultados da Avaliação de Clientes em 2009, segundo esta metodologia. Apresentam-se também os resultados obtidos em 2009 (referentes a 2008) apesar de ter que haver algum cuidado na sua comparação, uma vez que foi utilizada outra metodologia. Além dos vectores analisados, o gráfico apresenta o objectivo da Avaliação da Satisfação dos Clientes, que como se pode observar foi atingido na grande maioria dos campos avaliados.

Pela análise do gráfico e dos valores obtidos, percebe-se que, apesar de algumas subidas, de uma maneira geral os valores desceram. No entanto, esta descida não é significativa, sendo ainda consequência da mudança radical na metodologia de avaliação. Continuaremos, com toda a certeza, a trabalhar para que consigamos responder de forma eficaz e adequada às solicitações dos nossos clientes.

Podemos ainda verificar que os resultados obtidos para o item "Responsabilidade Social Percebida", pela primeira vez avaliado, foram bastante bons. Continuando a aposta num envolvimento constante e numa comunicação bidireccional com os nossos clientes, organizamos mais uma vez a iniciativa "Acção Clientes".

Vectores analisados no inquérito Satisfação de Clientes e resultados obtidos



Este espaço pretende ser, acima de tudo, um local de reflexão e troca de experiências, onde se promove a discussão de assuntos de relevância para ambas as partes, com ganhos claros para todos.

Em 2009 foram realizadas duas Acções, uma em Maio e outra em Dezembro. Além da partilha de experiências, nestas acções são apresentados os resultados operacionais e de qualidade da Lipor.

Nestas duas acções contabilizamos um total de 98 representantes de nossos clientes, entre os quais podemos destacar os Municípios, os operadores privados de gestão de resíduos, os recicladores, entre outros.

Um dos pontos altos da Acções Clientes é a entrega do Prémio “Cliente do Ano” que pretende distinguir o cliente que mais colaborou para a qualidade do serviço da Lipor e ao mesmo tempo potenciar o desempenho dos nossos clientes quer em termos de quantidades valorizadas quer em termos da qualidade dos materiais entregues. O prémio referente ao ano de 2009 foi entregue já em 2010, tendo sido vencedor o Município de Matosinhos.

2.4.4 Fornecedores

Como Associação de Municípios, a Lipor está logo à partida limitada, quando falamos de selecção de fornecedores, pela legislação em vigor. Com efeito, e à semelhança das outras entidades públicas, a selecção de fornecedores na Lipor rege-se pelo Código de Contratos Públicos, que define claramente as regras para a selecção e contratação de fornecedores, não permitindo a sua livre selecção.

Esta legislação tem subjacente o objectivo de manter a imparcialidade na selecção de Fornecedores e na aquisição de bens e serviços.

Apesar disso, é para nós muito importante que estes fornecedores prestem um bom serviço, e portanto fundamental, que o seu desempenho seja submetido a uma avaliação rigorosa.

Esta avaliação tem, inclusive, tendência a ser cada vez mais abrangente, uma vez que estando certificados pela norma SA 8000 temos a obrigação de, não só zelar pelo nosso desempenho, mas ter em atenção toda a cadeia de valor da organização, nomeadamente o desempenho dos nossos fornecedores.

Continuamos em 2009 a utilizar o Sistema de Avaliação de Desempenho de Fornecedores já implementado anteriormente e que nos permite analisar a qualidade dos produtos e dos serviços prestados pelos nossos fornecedores.

A avaliação realizada baseia-se num conjunto de parâmetros pré-definidos, divididos em três áreas distintas, a Qualidade do Produto e do Serviço; as questões Comerciais e a parte Administrativa que é realizada numa plataforma online, pelos colegas responsáveis pela aquisição ou realização do serviço.

De modo a facilitar a avaliação e o *feedback* os fornecedores são organizados por Categoria de Serviço prestado. Na tabela seguinte podemos ver o número de fornecedores avaliado em cada categoria bem como os resultados obtidos, que consideramos bastante bons nas diversas áreas de actuação.

Categoria	Fornecedores	Avaliação
Explorador	3	97,5
Formação	2	95
Manutenção	14	91,05
Obras	7	88,21
Produto	32	91,83
Retomador/Reciclador	3	89,08
Serviço	59	89,65
Total	120	91,76

O objectivo principal de qualquer exercício de avaliação é poder melhorar o que não correu tão bem. No entanto, isto só é possível se houver um feedback contínuo e sério, que permita trabalhar para a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados.

No nosso caso enviamos a todos os fornecedores relatórios de *feedback* com a respectiva Avaliação e com algumas sugestões de melhoria que poderão ajudar a solucionar os problemas que possam ter existido.

Ao longo do ano de 2009 podemos indicar, como exemplo de situações detectadas e reportadas aos respectivos fornecedores, questões relacionadas com a não comunicação de alterações às especificações dos produtos, o cumprimento dos prazos e a disponibilização de informação em tempo útil.

2.4.5 Os Cidadãos e a Comunidade

Como já tivemos oportunidade de referir algumas vezes, o cidadão ocupa uma posição bastante especial. De facto, apesar de não termos nenhuma ligação

directa com os cidadãos em termos de relacionamento ao nível do negócio, temos uma influência indirecta na comunidade onde estamos inseridos. Apesar desta relação directa ser com as Câmaras Municipais o nosso trabalho e o nosso impacto na comunidade pode fazer-se sentir de forma significativa.

Além disso, e se calhar, ainda mais significativo está a dependência do nosso trabalho dos gestos dos próprios cidadãos. Em último caso é o cidadão que escolhe o que quer fazer aos resíduos.

Não é por isso de estranhar que tenhamos, ao longo destes últimos anos, trabalhado com a comunidade de modo a promover o seu envolvimento e participação nos nossos projectos. A aposta numa política de transparência e abertura junto da comunidade tem permitido criar uma forte relação de confiança entre a Lipor e a comunidade de que fazemos parte.

A internet continua a assumir-se como uma ferramenta de divulgação primordial e com uma abrangência enorme, pelo que não deve ser descurada. Assim, uma parte muito importante da informação a disponibilizar aos nossos parceiros está nas nossas páginas na internet. Um conjunto de páginas, divulgadas também ao longo deste Relatório, permite a qualquer visitante ficar com uma perspectiva muito completa da Lipor e dos diferentes projectos desenvolvidos. De forma a aumentar ainda mais a abrangência desta ferramenta comunicacional, traduzimos a página institucional para Inglês, abrindo caminho a um maior número de visitantes.

Também a disponibilização, na internet, dos endereços de correio electrónico por áreas permite um fácil acesso aos colaboradores responsáveis pelos diferentes projectos, facilitando de forma clara o acesso a informação específica. Muitas vezes o *feed-back* que recebemos nestes endereços, é uma forma privilegiada de melhorarmos o nosso desempenho.

A complementar esta ferramenta de recolha de informação, continuamos a disponibilizar a Ecolinha - linha gratuita - que promove a comunicação bidireccional com os cidadãos e permite uma intervenção mais personalizada e imediata.

A grande parte das questões colocadas através da Ecolinha continuam a ser relacionadas com os diversos projectos da Lipor, com a localização dos equipamentos de deposição e com os materiais a enviar para a reciclagem (o que separar).

Ao mesmo tempo continuamos a privilegiar o contacto pessoal com os cidadãos, normalmente através de Visitas de Estudo às nossas instalações, ao longo de todo o ano, permitindo um contacto directo da comunidade com as nossas unidades operacionais.

Apesar do público-alvo preferencial ser a comunidade escolar, tentamos organizar acções específicas destinadas aos cidadãos em geral, como é o caso da iniciativa "Sábados Verdes". Nesta iniciativa, estamos de portas abertas durante os fins-de-semana para receber os cidadãos nas nossas instalações, permitindo a realização de visitas guiadas, devidamente acompanhadas por um técnico, sem ser necessária marcação. Esta continua a ser uma iniciativa de sucesso e que continuará no futuro.

Serviço de Eco-mensagens

Na Lipor continuamos a procurar formas mais eficazes de passar a mensagem aos nossos parceiros. A utilização do telemóvel demonstrou ser uma forma privilegiada e muito próxima de contacto com os cidadãos e com a comunidade, pelo que continuamos a utilizá-la na disseminação de mensagens importantes.

Quem subscrever este serviço recebe, de forma totalmente gratuita, um conjunto de mensagens escritas com informações importantes e conselhos práticos sobre temas relacionados com a protecção ambiental e a sustentabilidade. Durante este ano continuamos com o serviço Eco-mensagens, tendo sido enviadas 24 mensagens escritas temáticas, como por exemplo as Alterações Climáticas e os Resíduos, para a nossa base de dados.

Foram ainda enviadas 6 mensagens especiais na Semana Europeia da Prevenção, de modo a marcar a semana, subordinadas ao tema da Prevenção.

Neste momento estão inscritos neste serviço aproximadamente 2000 cidadãos.

Barómetro de Opinião

O "Barómetro de Opinião" tem funcionado para a Lipor como uma ferramenta de grande importância na avaliação do nosso desempenho e, mais importante ainda, na percepção que os cidadãos e a comunidade têm do nosso trabalho. Apesar de empiricamente podermos afirmar que o nosso trabalho tem melhorado de ano para ano, é importante podermos confirmar esta evolução, ao mesmo tempo que percebemos melhor quais as expectativas dos cidadãos em relação ao nosso posicionamento. Esta análise permite ainda perceber qual o caminho a seguir para aumentar a confiança dos cidadãos no nosso trabalho e o seu envolvimento nos nossos projectos.

Em 2009 foi realizada apenas uma campanha deste Barómetro, durante o 1.º Semestre, apesar dos objectivos deste trabalho se manterem:

- Avaliação da notoriedade e imagem da LIPOR;
- Avaliação da qualidade dos serviços prestados;
- Avaliação da Responsabilidade Social da Lipor;

- Construção de um termómetro de afectividade em relação à LIPOR;
- Avaliação dos níveis de familiaridade da população com a LIPOR;
- Avaliação da eficácia das acções de comunicação e sensibilização ambiental;
- Conhecimento, por município, do reconhecimento das acções de comunicação da LIPOR.

De notar que os serviços avaliados no “Barómetro de Opinião” (percepção dos cidadãos) são substancialmente diferentes dos que são avaliados na Satisfação de Clientes (serviços operacionais), levando a que os resultados possam ser significativamente diferentes.

O “Barómetro de Opinião” foi realizado por uma empresa especializada e independente de modo a conseguirmos a maior isenção possível nos resultados.

Em termos da Representação Social da Lipor a identificação continua a ser com os resíduos, seguida da reciclagem, à semelhança do que tem acontecido nas campanhas anteriores.

Deste estudo, podemos destacar alguns resultados, como:

- Observa-se um aumento ligeiro dos valores, quer de notoriedade espontânea (89,3%), quer de notoriedade efectiva (81,7%) em relação aos estudos anteriores.
- A LIPOR obteve na Satisfação com os Serviços 5,32 (numa escala de 0 a 7);
- Em termos globais, a LIPOR mantém a sua imagem muito positiva (M = 5,80 na escala de imagem), mantendo o mesmo valor que em Julho de 2008.
- Os inquiridos atribuem valores favoráveis quanto à Responsabilidade Social percebida da LIPOR (5,76; numa escala de 7 pontos).

Consideramos que estes resultados são bastante bons, principalmente se comparados com o que é normal obter-se em estudos deste tipo.

Campanha - “Comunicação e Sensibilização para a Reciclagem Multimaterial”

Como forma de reforçar o esforço que tem sido colocado no alargamento da rede de infra-estruturas de separação e de modo a promover a separação multimaterial junto do cidadão, a Lipor desenvolveu uma grande campanha, que teve início no final de 2009. Esta campanha representa um elevado esforço de investimento e uma aposta que a LIPOR e os Municípios associados assumem, com vista a maximizar e incrementar a quantidade e a qualidade de materiais a enviar para reciclagem.

Pretendeu-se com esta Campanha incentivar a adesão das populações à utilização dos ecopontos e reforçar as regras da correcta utilização, ao mesmo tempo que se tentou reforçar as convicções e mudar comportamentos. Assim, não é de estranhar que a mensagem-chave fosse “Utilizar o ECOPONTO”.

Uma novidade nesta campanha foi a realização de um Road-Show, que se centrou num camião exposição que percorreu os 8 Municípios. No interior do camião os visitantes tiveram a oportunidade de participar numa visita interactiva e reforçar os seus conhecimentos sobre a reciclagem e outros projectos. É de salientar que este Road-Show foi um “Veículo CarbonoZero”. Visitaram esta exposição mais de 12.000 pessoas. Esta campanha continuará a ser desenvolvida em 2010.

Participação em Conselhos Escolares

Como elementos activos e interventores da comunidade em que nos inserimos, tivemos o privilégio de ser convidados para integrar o Conselho Escolar de alguns Agrupamentos da nossa área de influência.

Assim, a Lipor está representada no Conselho Escolar do Agrupamento Vertical de Escolas Rio Tinto nº2 e do Agrupamento Vertical das Escolas de Baguim do Monte, em Gondomar; e também do Agrupamento Vertical de Escolas Dr. Vieira de Carvalho, na Maia.

Esta é também uma forma de darmos o nosso contributo para o crescimento destas comunidades e estarmos mais próximos da população que servimos.

2.4.6 Universidades

É fundamental, para nós, a profunda ligação entre o tecido empresarial, a sociedade civil e as Instituições Universitárias. Este relacionamento permite de forma inequívoca ganhos acrescidos, e conseqüentemente um avanço no caminho da Sustentabilidade.

Por outro lado, acreditamos que cabe às Universidades um papel fundamental no desenvolvimento de novas valências, na partilha de conhecimento e na inovação. As Universidades podem, e devem, funcionar como um motor de desenvolvimento de novas soluções tecnológicas, de tecnologias mais limpas e melhores soluções para os problemas que se apresentam actualmente à sociedade.

No entanto, não deve haver um distanciamento tão grande que não permita, no final, a aplicação das soluções encontradas à realidade. A promoção de protocolos entre as diversas entidades permite, por um lado a possibilidade das Universidades poderem aplicar os seus conhecimentos em situações con-

cretas bem como as organizações poderem estar na linha da frente da inovação.

Actualmente temos protocolos com as seguintes instituições:

- Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto - protocolos para o desenvolvimento de soluções técnicas para a Gestão Sustentável de Resíduos e para a implementação de projectos inovadores na mesma área.
- Instituto do Ambiente e Desenvolvimento da Universidade de Aveiro - protocolo para a realização de um Plano de Monitorização Externa da Lipor II, de forma a avaliar o impacto da implementação desta estrutura.
- Escola Superior Agrária de Ponte de Lima – este protocolo preconiza o desenvolvimento de acções em parceria, tais como: cedência das instalações para seminários; disponibilização de Técnicos da Lipor para a realização de Seminários, suporte de despesas de transporte de estudantes e disponibilização de composto orgânico para práticas pedagógicas, entre outras.

Estes protocolos têm permitido à Lipor criar condições para, em conjunto com as instituições suas parceiras, desenvolverem projectos inovadores, designadamente, na área da Gestão de Resíduos e da Sustentabilidade.

Além destes protocolos institucionais, temos um conjunto de actividades realizadas com outras Universidades e que permitem que a nossa experiência

possa ser partilhada com os seus alunos, como por exemplo visitas às nossas instalações, Seminários organizados nos Cursos de Engenharia, Ambiente e Gestão, entre outras.

2.4.7 Associações Sectoriais

O conceito de rede no tecido empresarial moderno é cada vez mais uma realidade. A possibilidade de contacto com outras realidades e com outras organizações, numa perspectiva de *benchmarking*, é uma mais-valia que nenhuma organização deve descurar. A LIPOR, na prossecução dos seus objectivos, tem vindo a integrar diversas Associações, nacionais e internacionais, sem fins lucrativos, normalmente associadas ao seu "core-business", a Gestão de Resíduos.

Esta participação, como membro associado, se por um lado nos tem granjeado reconhecimento, por outro lado tem-nos permitido estar no centro dos debates sobre os problemas mais prementes na área da gestão dos resíduos, bem como estar a par das melhores práticas a nível internacional, possibilitando, desta forma, uma maior eficácia e eficiência no nosso trabalho e consequentemente prestar um melhor serviço às populações dos nossos Municípios associados. Actualmente estamos associados a diversas associações, das quais podemos destacar a nível nacional:

- BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, que tem como objectivo principal contribuir para que a liderança empresarial seja catalizadora de uma mudança rumo ao Desenvolvimento Sustentável, promovendo nas empresas a eco-eficiência, a inovação e a responsabilidade social.

- APESB – Associação Portuguesa para Estudos de Saneamento Básico é uma entidade não governamental, que se dedica ao estudo, desenvolvimento e divulgação de conhecimentos nos sectores das águas e resíduos sólidos urbanos. Tem como objectivo principal estimular o intercâmbio técnico-científico, incluindo a transferência tecnológica e a formação, a nível nacional e nos países de língua oficial portuguesa.

- COGEN - Associação Portuguesa de Cogeração é uma associação que tem por fim promover a utilização eficiente de energia através de processos de produção combinada de calor e electricidade, vulgarmente conhecidos por co-geração ou através da produção e distribuição descentralizada de energia.

- AVALER – Associação de Valorização Energética de Resíduos Sólidos Urbanos é uma associação que tem por objecto representar e defender os interesses de entidades e organismos responsáveis pelo tratamento energético de Resíduos Sólidos Urbanos, designadamente assegurando a representação das entidades e organismos associados junto das entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

- EGSRA – Associação de Empresas Gestoras de Sistemas de Resíduos é uma associação que pretende reflectir e trabalhar sobre as questões relacionadas com o Sector dos Resíduos, contribuindo para a melhoria da Gestão de Resíduos em Portugal.

- APQ – Associação Portuguesa da Qualidade, tem como objectivo principal, através da criação e divulgação de conhecimentos e da promoção de práticas inovadoras, promover a Qualidade e a Excelência das organizações.

- APVGN – Associação Portuguesa de Veículos a Gás Natural tem por objecto a promoção e desenvolvimento da utilização de veículos a gás natural a nível dos transportes.

Em relação a estas associações de abrangência nacional, temos, actualmente os seguintes cargos directivos: Presidentes da Assembleia Geral da ESGRA; e Presidentes da Direcção da AVALER.

A nível internacional podemos referir:

- ACR+ - Associação das Cidades e Regiões para a Reciclagem, uma Rede Europeia de autoridades locais e regionais com sede em Bruxelas. Através da sua actividade, a ACR+ promove o intercâmbio de informações e experiências sobre a gestão de resíduos sólidos, dando particular ênfase à divulgação de Boas Práticas no domínio da prevenção, reciclagem e recuperação.

A ACR+ permite aos seus membros actualizarem-se sobre os eventos e debates que decorrem ao nível europeu, participando em vários fóruns e plataformas de discussão com vários parceiros, nomeadamente a Comissão Europeia;

- ISR – Instituto para a Sustentabilidade dos Recursos, de pendor essencialmente ibérico, este Instituto estabelece um fórum de reflexão, de cooperação e de troca de experiências entre os seus membros, na área do ambiente e em especial, na área dos resíduos. Um dos seus objectivos fundamentais é a promoção e o desenvolvimento de novas políticas, boas práticas e linhas de acção na área da gestão de resíduos, dando especial enfoque ao desenvolvimento de estratégias de prevenção e recuperação.

- ISWA – Associação Internacional de Resíduos Sólidos, com sede em Copenhaga é uma associação internacional, independente e sem fins lucrativos que trabalha no interesse público para promover e desenvolver a gestão sustentável dos resíduos. O ISWA está aberto a membros individuais, à comunidade científica e instituições públicas e privadas que desenvolvam a sua actividade na área da gestão de resíduos.

- RRF – Resource Recovery Forum é uma rede de trabalho internacional que desenvolve a sua actividade na área da gestão sustentável de resíduos. A sua principal actividade é a elaboração de dossiers técnicos e a divulgação de boas práticas no domínio da gestão de resíduos. O RRF tem actualmente membros de todo o mundo desde o Canadá e Estados Unidos, à Europa e Ásia.

- PREWIN – um grupo de trabalho que se debruça, essencialmente, sobre a incineração de resíduos. É uma associação europeia e reúne operadores e exploradores de centrais, vários especialistas sobre o assunto e fornecedores de equipamento. Esta associação integra também um conjunto de Institutos de Investigação e Universidades.
- Composting Association - organização que se dedica à realização e desenvolvimento de estudos técnicos na área dos resíduos orgânicos.

Neste caso, podemos referir que mantemos a posição de vice-presidentes do Conselho de Direcção da ACR+.

Além destas associações, e adicionalmente aos protocolos já assinado anteriormente com outras Associações, podemos referir a assinatura em 2009 do protocolo com a Resulima e a Câmara Municipal de Viana do Castelo, a assinatura do protocolo com a CCDR-Norte e o protocolo com a LUSOINFO, que nos permitem evoluir em áreas distintas e continuar a melhorar o nosso trabalho do dia-a-dia.

2.4.8 Outras Instituições

Uma das estratégias que tem impulsionado o crescimento da Lipor de forma decisiva tem sido o desenvolvimento de parcerias. De facto, acreditamos que só através de uma relação de confiança entre todos os parceiros da comunidade é que se pode desenvolver projectos de sucesso e evoluir em direcção à sustentabilidade.

A promoção de parcerias *win-win* é para a Lipor uma forma muito eficaz de

abordar os problemas que se apresentam, permitindo soluções mais claras e com um maior envolvimento de todos.

Estas parcerias são, normalmente, formalizadas pela assinatura de Protocolos de Colaboração que têm como objectivos principais a criação de condições para o sucesso dos projectos e o envolvimento de todos os parceiros.

Dos protocolos que temos actualmente podemos destacar as seguintes:

- ERP PORTUGAL – realização de uma campanha de Natal para a reutilização de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (REEE), associada a uma componente de solidariedade social, através da acção “Neste Natal dê um Presente ao Ambiente”, reutilizando um número significativo de equipamentos que no final da acção foram entregues à Delegação do Porto da Cruz Vermelha Portuguesa.
- DECO (Associação Nacional de Defesa do Consumidor) - Protocolo para a promoção de comportamentos e atitudes, conducentes a um consumo mais sustentável. Estas acções são realizadas quer a nível das escolas quer a nível da população em geral, nomeadamente com a publicação de brochuras e sessões temáticas.
- APAEJIL (Associação de Pais e Amigos das Escolas e Jardins de Infância de Laúndos) - este Protocolo tem como objectivo principal a colaboração entre a Lipor e a APAEJIL no âmbito das actividades desenvolvidas por esta Associação no apoio às crianças e jovens da Freguesia de Laúndos.

- Freguesias dos Municípios Associados – protocolo assinado com as 18 Freguesias que fazem parte do projecto da implementação de um processo de Agenda 21 Local (A21L). Para o sucesso deste projecto o envolvimento das Juntas de Freguesia é essencial.
- VALORMED - protocolo de colaboração para a promoção de práticas adequadas ao tratamento e gestão de resíduos de medicamentos, nomeadamente a promoção de campanhas de sensibilização dos cidadãos.

2.5 Análise de Materialidade

Para a Lipor, falar em Desenvolvimento Sustentável acaba por ser, basicamente, falar em estratégia, uma vez que já há alguns anos que a nossa política e a nossa estratégia apontam claramente os caminhos da sustentabilidade.

No entanto, pelo facto de trabalhar no sector dos resíduos apresenta algumas questões específicas. Logo à partida é uma organização que tem como objectivo a protecção ambiental, o que à primeira vista pode levar a pensar que tudo o que se faz é em prol do ambiente. No entanto, como qualquer organização, uma má gestão dos processos operacionais pode levar a impactos ambientais sérios e por isso o nosso desempenho ambiental deve ser avaliado com muita atenção.

Todas estas especificidades, não só as ambientais, mas também as sociais e as económicas são analisadas pela equipa de Gestão, de modo a identificar as que poderão ser mais importantes no nosso dia-a-dia para sermos, cada vez mais, uma organização Sustentável. Do mesmo modo, são avaliados pela equipa de Gestão, os riscos operacionais que poderão levar a impactos nega-

tivos nos diferentes pilares do Desenvolvimento Sustentável, permitindo tomar medidas e diminuir o risco associado às diferentes actividades.

2.5.1 Mecanismo de Análise das questões Materiais para a Lipor

A Lipor tem trabalhado bastante para ser uma organização transparente e aberta para o exterior, privilegiando sempre o trabalho em parceria. Esta forma de estar, em conjunto com uma grande sensibilidade em matéria de resíduos, uma estreita ligação com os nossos parceiros mais importantes e uma assídua participação em entidades do sector a nível internacional, permitem-nos estar a par das grandes questões e dos principais impactos desta área. No entanto, continuamos a servir-nos de diferentes fontes de informação e *feed-back* para complementarmos a definição das questões que consideramos prioritárias para a organização, quer internas e externas.

No Relatório de Sustentabilidade de 2008 foram considerados os resultados da realização do Fórum Multistakeholder ocorrido no início de 2009. Este constituiu o primeiro exercício de auscultação directa dos stakeholders com foco nos aspectos materiais e no reporte da sustentabilidade. Desde então e até à data, no que respeita à análise de aspectos materiais, limitámo-nos a reflectir sobre os resultados obtidos através dos mecanismos usuais de envolvimento e auscultação de *stakeholders* (mecanismos não específicos para este fim) e os resultados da nossa experiência informal de auscultação contínua ao longo do ano. De igual modo também foi considerado o efeito de alterações noutros factores ponderados na metodologia que seguimos, sendo que, por ausência de alterações significativas (nomeadamente ao nível da estratégia e da legislação), com impacte nesta matéria, não se sentiu necessidade de rever os aspectos materiais, que assim se mantêm face aos identificados no relatório de 2008.

Por exemplo, no âmbito da nova metodologia de Avaliação da Satisfação dos Clientes (ver *Stakeholders* – Clientes, página 33), foram integradas, no inquérito, questões relacionadas directamente com o Relatório e com a materialidade dos temas abordados, nomeadamente no Relatório de 2008. Pela análise dos resultados que obtivemos neste Estudo, pudemos observar que estes confirmam as questões materiais já levantadas pelos outros mecanismos utilizados.

Pela sua importância voltamos neste relatório a caracterizar o último processo de análise de materialidade exaustivo efectuado. Este Fórum foi realizado no âmbito da implementação da SA 8000, com o objectivo de verificar quais as questões materiais para os principais parceiros da Lipor. Neste sentido foram convidados representantes dos cinco *stakeholders* considerados mais importantes (ver processo de selecção dos *Stakeholders*, página. 24) e foi-lhes dada a possibilidade de se pronunciarem quer sobre as questões materiais da organização, quer sobre as questões a serem comunicadas no Relatório de Sustentabilidade.

Pela análise dos resultados do Fórum, e como já tinha sido referido no Relatório de Sustentabilidade de 2008, foi possível verificar que os aspectos considerados importantes por nós no processo de análise de materialidade interno foram confirmados pelos parceiros como os mais relevantes a ter em conta no dia-a-dia da organização bem como no Reporte da Sustentabilidade – em termos de resultados não foram acrescentados novos aspectos, tendo sido apenas dada prioridade a alguns dos apresentados.

Uma vez que este foi o primeiro exercício de auscultação directa, com foco nos aspectos materiais, que realizamos, optámos por continuar a gerir a globalidade dos aspectos materiais já identificados por outros canais de comuni-

cação existentes, dando resposta a outros aspectos que saíram reforçados na metodologia informal já utilizada noutros anos.

Ao mesmo tempo, continuamos a considerar, paralelamente aos mecanismos de auscultação de stakeholders, como aspectos materiais aqueles que resultam de outras esferas de abordagem, nomeadamente a legislação, as questões de âmbito global e a experiência e conhecimentos da equipa de gestão.

Com efeito, este conhecimento interno da equipa de Gestão não deve ser ignorado, uma vez que a sua sensibilidade para as questões relacionadas com a Gestão de Resíduos, em conjunto com a definição das políticas e a estratégia delineada pela Lipor têm sido fundamentais para o sucesso da organização. Também a implementação de sistemas de gestão, nomeadamente os resultados das avaliações de relevância inerentes aos próprios sistemas, permite definir um conjunto muito aproximado de preocupações que poderão ser consideradas questões materiais na nossa actividade.

Além disso, a movimentação do próprio sector, principalmente a nível internacional, ajuda-nos também a ter uma ideia clara de quais os grandes desafios do futuro na nossa área de negócio e permite antever as dificuldades que poderemos sentir.

A legislação será sempre uma base sólida com orientações claras do caminho que se deve seguir nesta área, principalmente a legislação específica para a Gestão de Resíduos.

Pela análise cuidada da legislação, podemos antever e perceber que caminhos seguir nesta área e antecipar potenciais situações de constrangimento no futuro, nomeadamente as limitações na deposição em aterro e o aumento das quantidades de materiais encaminhados para a reciclagem.

No momento actual, é importante também estar atento às questões que dominam o panorama global em algumas áreas estratégicas como a energia, a economia e as questões ambientais. De facto, cada vez mais as influências e as decisões que nos poderão afectar são globais, permitindo esta análise uma melhor ideia dos temas que poderão afectar o equilíbrio global num futuro próximo, e ao mesmo tempo antecipar e prevenir estes riscos e problemas.

Destacamos ainda dois grupos de stakeholders muito próximos, nomeadamente os accionistas (municípios) e os colaboradores, aos quais damos especial importância, uma vez que têm interesses directos estreitamente ligados ao bom funcionamento da organização, pelo que as suas expectativas são muito importantes para nós.

Assim, estas preocupações são também alvo de reflexão da nossa parte, levando a que algumas das questões que são apontadas como importantes sejam encaradas por nós como prioritárias.

O nosso envolvimento com os diversos parceiros é na sua maioria informal, tendo, no entanto, a vantagem de permitir um contacto mais próximo e constante permitindo-nos ter uma noção muito clara das suas expectativas e preocupações.

Apesar de todas estas acções de envolvimento e auscultação de stakeholders que se têm realizado em anos anteriores não terem sido realizadas com o intuito de dar respostas e outputs específicos para o levantamento e definição de aspectos relevantes, nem para aferir a informação que é necessário veicular nos relatórios de sustentabilidade, o facto de existirem vários canais de comunicação com os nossos parceiros foi aproveitado para a determinação dos diferentes aspectos materiais, na sua perspectiva, baseada na seguinte metodologia, já utilizada em anos anteriores:

- Identificação dos *stakeholders*;
- Identificação dos mecanismos de comunicação com cada *stakeholder*;
- Análise dos principais contributos dos *stakeholders* de acordo com o canal de comunicação utilizado.


Os resultados obtidos por esta análise estão sistematizados na tabela da página 26. Ponderando as diversas contribuições dos *stakeholders*, obtidas por esta metodologia, seguiu-se:


- A síntese dos aspectos apontados pelos *stakeholders* em aspectos materiais principais, nomeadamente os apresentados na tabela seguinte.
- O complemento destes aspectos por aspectos verificados noutros âmbitos, nomeadamente tendo em atenção os Processos de Gestão, a Legislação e as Questões de âmbito Global (internacional).

No seguimento destas reflexões, apresentamos a seguir as questões que consideramos materiais em cada uma das áreas do Desenvolvimento Sustentável, as quais se encontram reflectidas ao longo do Relatório através de indicadores de desempenho ou iniciativas desenvolvidas no decorrer do ano.

Identificação das Questões Materiais da Lipor e a sua origem

		Origem das preocupações							Processo de Gestão	Legislação	Questões Globais
		Stakeholders									
		Municípios Associados	Clientes de Produto	Clientes de Serviço	Colaboradores	Comunidade (cliente indirecto)	Fornecedores e Exploradores				
Aspectos materiais	Equilíbrio financeiro da organização	X	X	X	X		X				
	A Tarifa de Equilíbrio	X									
	Dividas a receber e prazos de recebimento							X			
	Encerramento e gestão dos Aterros e novo Aterro (objectivo longo prazo)	X							X		
	Observar a "hierarquia da gestão de resíduos" - prevenção, reciclagem (multimaterial e orgânica), valorização energética, incineração e finalmente Aterro Sanitário	X						X			
	Educação e sensibilização ambiental	X	X	X		X					
	Melhorar a eco-eficiência dos processos - produzir mais com menores consumos (energia, água, ...) e com o menor impacto no ambiente	X	X			X	X				
	Condições de trabalho, nomeadamente as condições de higiene e segurança e a protecção individual e no posto de trabalho		X	X	X						
	Formação profissional e melhoria das qualificações dos colaboradores		X		X						
	Crescimento pessoal e bem-estar social dos colaboradores						X				
	Desenvolvimento da comunidade, nomeadamente através de apoios, patrocínios e outras actividades					X					
	Alterações climáticas					X				X	
	Protecção da Biodiversidade									X	

 Resultado do Fórum Multistakeholder

 X Origem dos Aspectos Materiais

Toda esta informação compilada e os aspectos materiais definidos serviram de base à preparação do Relatório de Sustentabilidade deste ano, pelo que, nos capítulos seguintes é apresentado o desempenho e respectivo impacto da organização em cada uma das áreas do Desenvolvimento Sustentável e os objectivos que se pretendem atingir no futuro. Todas estas questões estão enquadradas na estratégia de sustentabilidade da organização. Nos próximos capítulos e ao longo do Relatório são também apresentadas as iniciativas e acontecimentos significativos que ocorreram no ano em análise, incluindo informações relevantes para as nossas diferentes partes interessadas.

2.5.2 Questões Materiais

Com base no trabalho desenvolvido, descrito anteriormente, foi possível sistematizar e definir um conjunto de questões que podem ser consideradas, além de fundamentais para o nosso trabalho, as questões mais pertinentes para os nossos parceiros.

2.5.2.1 Questões Materiais na Área Financeira

Depois da análise de todos os dados disponíveis, continuamos, sem surpresa, a encontrar o equilíbrio financeiro da organização como ponto fundamental na estratégia da Lipor para um futuro sustentável. Não é, pois, de estranhar que as diferentes questões consideradas materiais na área Financeira estejam ligadas a esta questão.

Mais uma vez a definição da Tarifa é uma preocupação no âmbito da Lipor e dos seus parceiros, principalmente os municípios seus associados. Continua-se, neste momento, a trabalhar para que se possa aproximar a Tarifa cobrada aos nossos clientes de serviço da Tarifa de Equilíbrio do Sistema.

Esta é uma questão complexa que é transversal a vários parceiros e os impactos de forma diferente. Para a Lipor é fundamental esta aproximação porque dela depende, cada vez mais o nosso equilíbrio financeiro; para os municípios, por outro lado, esta questão está intimamente ligada à despesa municipal e, de forma indirecta, acaba por influenciar também os cidadãos, uma vez que em último caso, será a eles que é cobrada a Taxa de Resíduos pelos municípios. A tendência das directrizes europeias continua a ser no sentido das Taxas cobradas pelos municípios ao cidadão reflectirem, ou pelo menos se aproximarem, dos custos reais da Gestão dos Resíduos. No entanto, este aumento dos valores a taxar pode trazer consequências sociais complicadas nos agregados familiares mais frágeis pelo que é uma questão que temos vindo a acompanhar com atenção.

Outra questão fundamental, nomeadamente na situação de conjuntura económica difícil em que nos encontramos, é a dos prazos de recebimento e das dívidas a receber. Mais uma vez esta é uma questão que indirectamente pode afectar diversos parceiros, colocando em risco a própria sustentação financeira da Lipor. Esta questão tem uma abrangência grande, uma vez que está intimamente relacionada com a capacidade financeira dos nossos clientes.

Por último e seguindo as conclusões de reflexões anteriores, outra questão que continua a ser sensível e que poderá ser limitante quando analisamos o longo prazo é a questão do espaço físico disponível para a localização de infra-estruturas de gestão de resíduos, designadamente Aterros Sanitários. Estando a Lipor localizada numa Área Metropolitana densamente povoada, cada vez mais as disponibilidades de espaço são menores aumentando significativamente os custos de investimento. Este aumento de custos está ligado, não só, ao espaço necessário para a instalação de um aterro, mas também ao facto de a gestão deste espaço continuar, mesmo após o seu encerramento.

2.5.2.2 Questões Materiais na Área Ambiental

Como já referido anteriormente, as questões ambientais são para a Lipor um assunto sensível, uma vez que a nossa actividade se pode considerar, só por si, de pendor ambiental.

Este facto, no entanto, traz-nos uma responsabilidade acrescida, levando-nos a assumir continuamente o compromisso de trabalhar no dia-a-dia para a protecção ambiental, melhorando o nosso desempenho, a nossa eco-eficiência e consequentemente diminuindo os impactes negativos no ambiente que nos rodeia.

Na base do nosso trabalho e de toda a estratégia que preconizamos para esta área da gestão de resíduos, está a “hierarquia de opções de gestão de resíduos” que privilegia de forma inequívoca as operações mais baixas da pirâmide, nomeadamente a Prevenção e a Reciclagem (multimaterial e orgânica). Esta abordagem tem como princípios orientadores a diminuição das quantidades de resíduos a tratar e a poupança de recursos naturais, que como todos sabemos são limitados.

No entanto, estas duas grandes áreas estão muito dependentes dos cidadãos, dos seus comportamentos e das suas atitudes (a prevenção e a separação dos resíduos), o que pode trazer algumas limitações à gestão e ao correcto encaminhamento destes materiais.

Daqui decorre que continua a ser fundamental o trabalho de sensibilização e educação ambiental junto da comunidade e dos cidadãos, de modo a que se possa promover uma cidadania cada vez mais activa e consequentemente uma maior participação nos nossos projectos e iniciativas. Só esta aposta clara na sensibilização e o aumento da participação é que poderá suportar os investimentos na prevenção e nas infra-estruturas de apoio à separação

multimaterial, permitindo, consequentemente aumentar as quantidades de materiais a enviar para reciclagem.

Neste momento podemos dizer que o funcionamento das nossas principais unidades de gestão e valorização de resíduos está estabilizado, pelo que nos podemos dedicar a melhorar pequenas questões processuais que nos permitem gerir melhor e de forma mais eficiente todo o Sistema.

Isto é conseguido apostando na análise e melhoria dos processos operacionais e aumentando a sua eco-eficiência – produzir mais com menores consumos (energia, água, ...) e com o menor impacto no ambiente (produção de resíduos). Este ano de 2009 foi também um ano importante na área das Alterações Climáticas, estando este tema a ganhar uma importância acrescida em vários sectores, nomeadamente no sector dos resíduos.

Apesar da falta de consensos e de decisões definitivas na Cimeira de Copenhaga (COP15), esta é uma questão que continuará a ser crítica nos próximos anos, o que nos leva a abordá-la, desde já, com toda a seriedade.

De facto, a prazo a contribuição do sector dos resíduos para a redução dos níveis nacionais de emissões de GEE e consequentemente para o atingimento das metas nacionais, pode ser significativa.

Continuamos por isso a trabalhar na implementação da Estratégia 2M – menos resíduos, menos carbono, na qual está integrada a Avaliação da Pegada Carbónica da Lipor, bem como um conjunto de iniciativas para reduzir esta mesma Pegada.

Todo o trabalho realizado tem permitido à Lipor aprofundar os conhecimentos sobre esta matéria e sobre os seus impactos em termos de emissões.

Também fundamental em termos ambientais é a energia consumida.

Cada vez mais a utilização de energias obtidas a partir de combustíveis fósseis implica impactes fortíssimos, não só a nível da utilização mas também na sua extracção e produção.

A agravar esta situação está a falta de alternativas viáveis aos combustíveis fósseis na mobilidade, o que acarreta grandes impactos que não podem ser obviados, pelo menos para já. No nosso caso, isto é verdade nomeadamente a nível do transporte de resíduos, obrigando a um planeamento cuidadoso da localização de novas infra-estruturas de Gestão.

Além desta influência clara nos transportes, os consumos nas nossas instalações, quer de energia eléctrica quer de combustíveis, são em alguns casos significativos. Assim iremos continuar a ter atenção e a trabalhar para o aumento da eficiência energética das nossas unidades operacionais e dos processos.

A par da energia, também a água continua a ser uma preocupação a nível global e conseqüentemente uma questão chave para a Lipor, uma vez que é imprescindível em dois dos principais processos operacionais da Lipor, a Central de Valorização Orgânica e a Central de Valorização Energética. No caso da Central de Valorização Energética toda a produção de energia eléctrica é realizada através de uma turbina de condensação, o que torna a utilização da água crítica e um factor limitante, podendo ser um problema caso haja restrições à sua utilização. A recirculação e reutilização da água que é realizada permite minimizar este problema, mas devemos estar sempre atentos a esta situação.

No caso da Central de Valorização Orgânica, e sendo a Compostagem um processo biológico, a água é fundamental para o processo, podendo também vir a ser um factor condicionante, uma vez que sem água não será possível ter o processo de compostagem activo.

Uma última questão que também assume para nós uma importância significativa é a da biodiversidade.

Apesar das nossas estruturas não estarem implantadas em locais sensíveis em termos de biodiversidade, continuamos a acompanhar de perto este tema, prioritário para o bem de todos. No caso da Gestão de Resíduos a questão que nos parece mais complexa é a necessidade de implementar novas infra-estruturas, nomeadamente aterros sanitários, e que nos deixa alerta para os impactes que poderão existir, quer devido ao espaço ocupado, quer devido a uma possível má gestão destes espaços.

Deste modo, e além de uma correcta gestão durante o seu funcionamento, é importante prever a reabilitação destes espaços após o encerramento bem como a recuperação dos passivos ambientais dos antigos aterros e lixeiras, permitindo a reabilitação de habitats e a protecção de espécies autóctones. Neste caso assistimos inclusive, na maioria das vezes, aos projectos de requalificação funcionarem como impulsionadores do desenvolvimento e do reaparecimento da Biodiversidade nestas áreas.

2.5.2.3 Questões Materiais na Área Social

Em qualquer abordagem às questões mais importantes que se podem colocar, em termos de desafios a nível social, devemos ter em atenção duas áreas distintas em termos de intervenção, as preocupações internas e as externas.

Neste sentido, as áreas consideradas prioritárias para nós têm também reflectido esta divisão, passando pelo bem-estar dos colaboradores, internamente, sem dúvida uma das nossas principais prioridades e externamente o desenvolvimento da comunidade que nos rodeia.

Continuamos, como não podia deixar de ser a ter um cuidado acrescido com as condições de trabalho dos nossos colaboradores, prestando particular atenção às condições de higiene e segurança dos colaboradores. Este cuidado reflecte-se não só na protecção individual de cada um, mas vai mais longe, nomeadamente tendo atenção às condições e adequação do próprio posto de trabalho, prevenindo e evitando desta forma os acidentes de trabalho e o aparecimento de doenças profissionais.

A complementar estas preocupações mais operacionais, mantemos uma aposta muito forte no crescimento profissional dos nossos colaboradores, promovendo a formação contínua e a melhoria das suas qualificações. Este crescimento reflecte-se não só na melhoria do seu desempenho profissional, mas contribui, sem sombra de dúvida para o seu crescimento pessoal.

Ao mesmo tempo, e dando corpo ao nosso papel de organização com uma preocupação efectiva em termos de Responsabilidade Social, trabalhamos no dia-a-dia para ir mais além e responder às necessidades e expectativas dos nossos colaboradores.

A continuidade de diversas iniciativas como o Cesto do Bebê, o Prémio das Melhores Classificações Escolares, o Serviço Papéis & Companhia, o Concurso de Pesca, entre outras é uma das formas de responder a estas expectativas, contribuindo, ao mesmo tempo para um maior crescimento individual de todos.

Estando inseridos numa comunidade, é também nossa responsabilidade poder contribuir de forma positiva para o seu desenvolvimento.

Este empenho no desenvolvimento, não só social mas também cultural, da comunidade reflecte-se principalmente na nossa política de apoios e patrocínios, apostando sobretudo no desenvolvimento de actividades em parceria com os actores locais, envolvendo-os nas soluções.

Continuamos, e continuaremos, nestas nossas acções a apostar na Educação e no Desenvolvimento como pilares do crescimento das comunidades com quem trabalhamos.

Por último, apontamos as questões da Sensibilização e da Educação Ambiental como uma aposta ganha. De facto, o reflexo do esforço que tem sido realizado nos últimos anos, nomeadamente nas escolas, tem sido recompensado com uma maior cidadania de todos e com um aumento da participação nos nossos projectos. Este trabalho tem um efeito muito positivo, não só a nível da gestão de resíduos, mas a nível da protecção ambiental no geral, com ganhos claros para todos nós.

2.6 Riscos e Oportunidades

Ao operar num sector sensível como é a Gestão de Resíduos, e apesar de todas os desenvolvimentos a que se tem assistido nos últimos anos, a Lipor está sujeita a um conjunto de Riscos bastante alargado.

Estes Riscos são potenciados pela percepção que os cidadãos têm sobre os resíduos e sobre os impactes que estes podem ter na comunidade. Mesmo o facto de a Lipor ser uma organização de cariz ambiental, uma vez que o nosso trabalho é em prol do ambiente, não modera a percepção e a opinião da comunidade sobre a organização.

Tendo consciência destas fragilidades temos trabalhado para contrariar esta situação, tentando evoluir quer em termos tecnológicos, quer em termos da estratégia que queremos para o próprio negócio. Ao mesmo tempo, temos tentado acompanhar as grandes preocupações e problemáticas globais, de forma a poder responder atempadamente às grandes mudanças.

Este acompanhamento, quer da Administração quer da equipa de gestão permite-nos ter uma maior percepção do que serão as grandes questões de futuro e de que ferramentas poderemos dispor, possibilitando, sem dúvida, responder aos grandes desafios em termos de Sustentabilidade.

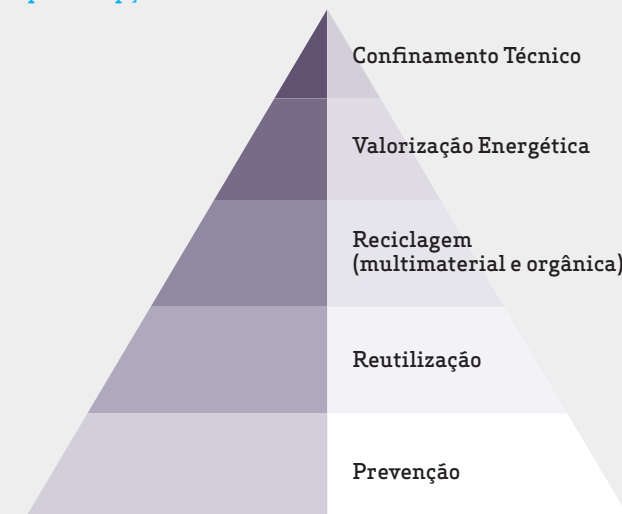
Continuamos a acreditar que a implementação e a manutenção de Sistema de Gestão, devidamente acompanhados é uma forma preferencial de gerir e minimizar os riscos associados à nossa actividade.

A manutenção dos Sistemas de Gestão e o seu acompanhamento permite-nos avaliar constantemente os vários parâmetros e manter um controlo mais sistematizado dos riscos e oportunidades operacionais, nomeadamente nos domínios ambiental e da higiene e segurança.

Apesar de os Sistemas de Gestão se focarem principalmente nos Riscos de médio prazo, este tipo de abordagem, a par da nossa avaliação da organização e do seu "core-business" permite-nos afirmar com segurança que não haverá no longo prazo riscos significativos. Além disso, estamos sempre a olhar para o futuro, tentando desta forma antecipar quaisquer problemas que possam surgir. A nossa abordagem à Gestão do Risco passa, principalmente, por uma actuação cautelosa e actuando sempre de acordo com o "Princípio da Prevenção".

Esta aplicação do "Princípio da Prevenção" tem no entanto, duas abordagens distintas. Por um lado falamos da Prevenção no seu sentido estrito, ou seja na diminuição efectiva das quantidades de resíduos produzidos e consequentemente na diminuição das quantidades a tratar. Esta abordagem apoia-se na "hierarquia das opções para a gestão dos resíduos" - prevenção, reciclagem (multimaterial e orgânica), valorização energética, incineração e finalmente aterro - preconizada inclusive pela Comunidade Europeia e que tenta trabalhar no sentido da poupança e do aproveitamento de recursos.

Hierarquia de Opções de Gestão



Por outro lado, e neste caso em termos mais operacionais, aplicamos o "Princípio da Prevenção" tentando diminuir o impacto das nossas actividades no ambiente e na comunidade em que estamos inseridos, abordando estas questões de uma forma sistemática e informada, trabalhando para aumentar a eco-eficiência do nosso desempenho.

Esta abordagem mais operacional aplica-se, obviamente, também às questões da Segurança, da Saúde e Higiene e da diminuição de acidentes dos nossos colaboradores, onde a prevenção ocupa um lugar de destaque.

Em resposta à necessidade de gerir o Risco e de acautelar que o nosso trabalho está a ser realizado da melhor forma e que, consequentemente, os impac-

tos são diminutos, temos também mecanismos de monitorização e controlo. Podemos destacar neste caso, pela sua envergadura, o sistema de monitorização implementado na Central de Valorização Energética, a nossa instalação mais sensível, que permite um acompanhamento minucioso de todo o seu desempenho.

O PMExt. – Plano de Monitorização Externa da Lipor II é um trabalho de monitorização realizado por uma entidade independente, o IDAD, que nos permite acompanhar todo o funcionamento da Central e o seu impacto na envolvente. De forma a podermos ter uma situação de base com a qual podemos comparar a evolução, este trabalho foi iniciado ainda antes da Central estar em funcionamento.

Esta é uma área fundamental, pelo que temos trabalhado de forma a poder antecipar os riscos e prevenir a ocorrência de situações que acarretem impactos significativos na comunidade e no ambiente.

Toda a informação sobre o Plano de Monitorização Externa da Lipor II pode ser consultada na página <http://pmext.idad.ua.pt/>

Na área da Gestão de Resíduos, em que basicamente estamos dependentes dos cidadãos e dos seus gestos e atitudes diárias, podemos considerar esta questão um risco real para o negócio. Estando o cidadão no início de todo o ciclo operacional da Lipor, o seu comportamento influencia significativamente a nossa possibilidade de resolver ou não da melhor forma as questões que se nos apresentam, nomeadamente quando falamos na "Hierarquia das opções

de Gestão" e nos nossos objectivos estratégicos.

Esta grande influência dos seus gestos diários no nosso desempenho, obriga-nos a estarmos sempre atentos aos seus comportamentos e à procura de novas formas de mudá-los e mudar as mentalidades, nomeadamente através de um investimento significativo e contínuo na educação e sensibilização ambiental. Também a questão das Alterações Climáticas, actualmente uma preocupação a nível global, é abordada por nós com alguma precaução e uma atenção especial. São exemplos claros desta posição o desenvolvimento da estratégia 2M – menos resíduos, menos carbono, a determinação da Pegada Carbónica da Lipor e o acompanhamento das principais tendências internacionais nesta área.

EC2 De qualquer modo, pela avaliação do trabalho realizado a este nível na Lipor, continuamos a considerar que do ponto de vista financeiro, não se prevê que haja, para já, riscos ou oportunidades muito significativos a médio ou longo prazo para a organização, motivo pelo qual não foram avaliadas as implicações que possam resultar, a este nível, da problemática das Alterações Climáticas.

Toda a análise de risco associada a estas questões na Lipor é realizada pela equipa de Gestão, permitindo esta avaliação identificar os pontos críticos do nosso trabalho do dia-a-dia. Continuamos, ao mesmo tempo a avaliar os riscos operacionais das diferentes unidades orgânicas que poderão levar a impactos negativos nas diferentes áreas do Desenvolvimento Sustentável, o que nos permite reagir atempadamente e tomar as medidas adequadas à minimização do risco associado às diferentes actividades.

O Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social (SIQAS)

Desde muito cedo que a implementação e desenvolvimento de um conjunto de Sistemas de Gestão para diferentes áreas, como a Qualidade e o Ambiente nos tem permitido uma abordagem sistematizada à Gestão de Risco, nomeadamente na minimização dos riscos associados às operações.

O bom funcionamento destes Sistemas permite-nos avaliar de forma metódica os riscos potenciais e tomar medidas preventivas de modo a antecipar os problemas, funcionando como uma ferramenta de grande utilidade.

De facto, todo o trabalho e todas as tarefas, principalmente na área operacional, são realizadas com elevados padrões de qualidade, protegendo o ambiente e auscultando e respondendo às necessidades dos colaboradores, quer a nível da Higiene e Segurança quer a nível das grandes questões da Responsabilidade Social. Este trabalho é resultado do empenho da equipa responsável pela implementação e manutenção dos Sistemas de Gestão.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento destes Sistemas e a sua Certificação permite um aumento notório da confiança e do relacionamento da Lipor com os seus parceiros.

Efectivamente, a implementação dos Sistemas de Gestão, é para nós uma mais-valia, já que nos permite uma melhor gestão do risco associado às questões operacionais nas diversas áreas.

A abordagem a questões como as emissões atmosféricas na Central de Valorização Energética, a questão dos resíduos perigosos que não são correctamente depositados pelo cidadão no caso do Centro de Triagem ou a energia gasta no sistema de desodorização da Central de Valorização Orgânica é facilitada com Sistemas de Gestão devidamente desenvolvidos e implementados.

A título de exemplo podemos referir que o trabalho que tem sido realizado na área da Gestão de Risco na Segurança permitiu, em 2009, reduzir os riscos não aceitáveis (riscos de nível I e II) em 67 %, sendo este resultado ainda mais significativo uma vez que conseguimos eliminar todos os riscos de nível I.

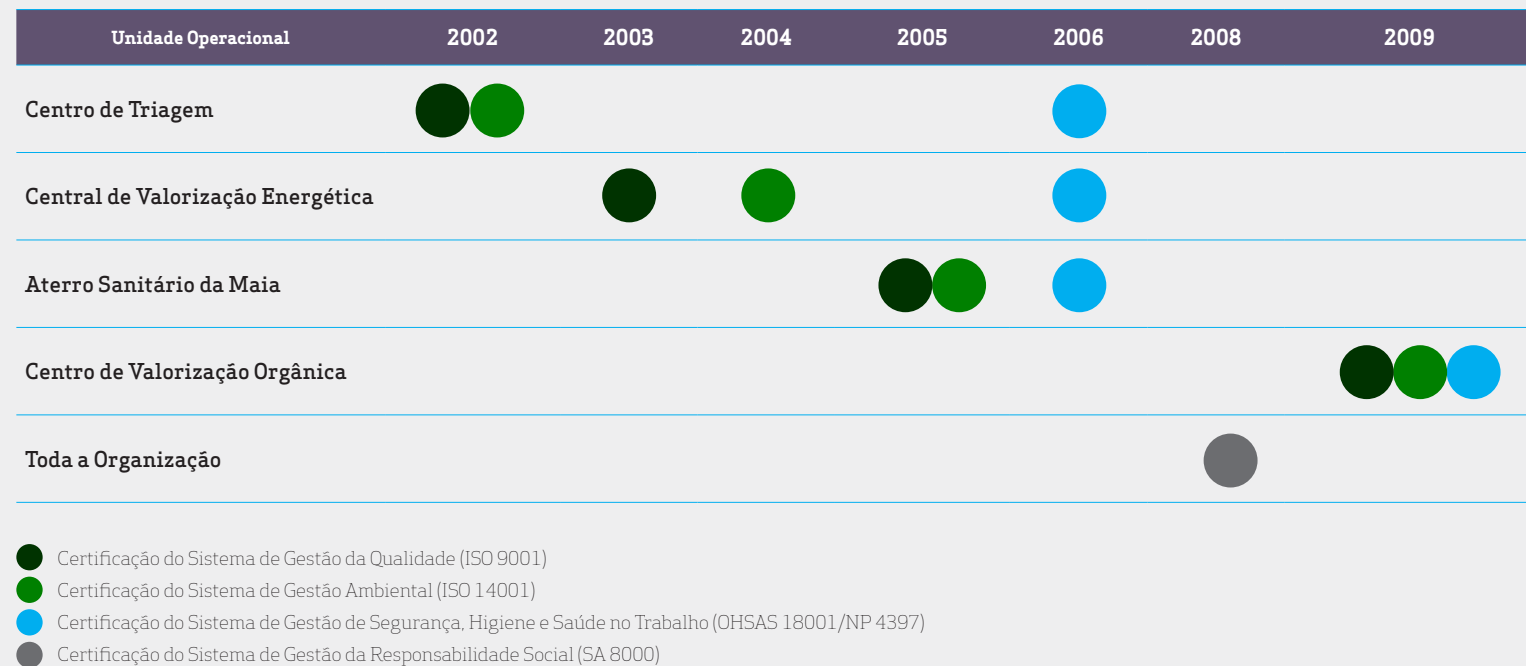
Também no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental, e mais concretamente no caso do Pólo da Maia (Lipor II), foi possível diminuir o Risco associado aos nossos impactes no ambiente e, conseqüentemente os Aspectos Ambientais Significativos de Classe A em 66%.

Em Julho de 2009 foi possível concluir o processo de Certificação dos Sistemas de Gestão na Central de Valorização Orgânica, segundo as normas ISO 9001, ISO 14001 e OSHAS ISO 18001/NP 4397, permitindo que neste momento tenhamos as nossas principais unidades certificadas pelos normativos ISO 9001, ISO 14001, OSHAS ISO 18001/NP 4397 e SA 8000. Ao contrário do que se possa pensar, isto não significa que o trabalho a este nível esteja concluído, pelo que trabalhamos no dia-a-dia para manter, dentro do espírito de melhoria contínua, os níveis de exigência que nos impomos e melhorar continuamente o nosso desempenho no caminho da excelência.

A implementação do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social e a sua Certificação segundo a norma SA 8000 continua a ser o único que abrange toda a organização, como se pode verificar pela análise da tabela seguinte.

A Política de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social da Lipor pode ser consultada na página www.lipor.pt
Lipor > Missão, Visão e Valores e Política

Cronograma da Certificação das unidades operacionais.



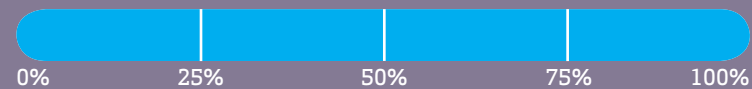
A Administração da Lipor continuará a apoiar e a promover uma estratégia de manutenção e gestão destes Sistemas, almejando num futuro próximo a Certificação Total da Lipor, culminar do esforço e do trabalho de vários anos. Estamos convencidos que esta é uma estratégia que, não só aponta um cami-

nho de excelência em direcção à Sustentabilidade como também nos permite ser uma organização em que o Risco é minorado e encarado como uma forma de crescimento e de melhoria contínua, motivando o trabalho de equipa e ao mesmo tempo os contributos pessoais dos colaboradores.

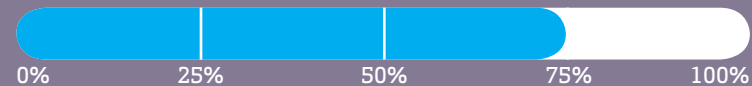
Objectivos Organizacionais

Em relação aos objectivos propostos no Relatório do ano passado, apresentamos a seguir a nossa avaliação interna do seu grau de cumprimento.

- Realizar um Fórum Multistakeholder no âmbito do processo de envolvimento das partes interessadas na implementação da SA 8000;



- Comunicar a "Estratégia 2M - menos resíduos, menos carbono", enquadrá-la na problemática actual das alterações climáticas e comunicar os compromissos de redução assumidos pelo Conselho de Administração;




Continuaremos, no próximo ano a trabalhar para, cada vez mais, nos aproximarmos da excelência. Para além do fecho dos objectivos que não foram cumpridos, em 2010 procuraremos:

- Iniciar o abastecimento da nossa frota de pesados com Biodiesel - B30;

- Realizar uma Auditoria Energética no pólo da Lipor de Baguim do Monte/ Ermesinde.

Para a avaliação do cumprimento dos objectivos, foi utilizado como critério:

- 0 % - não iniciado;
- 25 % - iniciado mas com grau de cumprimento inferior a metade;
- 50 % - cerca de metade realizado;
- 75 % - mais de metade realizado mas não concluído;
- 100 % - concluído.



*Ao longo de uma viagem, metade dos destinos
estão a afastar-se enquanto a outra
metade está a aproximar-se.
Alguma vez tinha pensado neste ponto de vista?*

O DESEMPENHO DA ORGANIZAÇÃO



O DESEMPENHO ECONÓMICO

3.1 O Desempenho Económico

Normalmente assumido como a principal questão na gestão das organizações, cada vez mais o desempenho económico tem sido preterido em relação às duas outras vertentes do Desenvolvimento Sustentável.

No entanto, não devemos deixar que este equilíbrio se altere radicalmente, uma vez que o desempenho económico continua a ser um suporte fundamental para o crescimento e equilíbrio de uma organização.

Como é óbvio, se não houver a manutenção do equilíbrio económico-financeiro das organizações, não poderá haver qualquer tipo de Desenvolvimento.

Na Lipor este conceito é assumido no trabalho diário, tentando que o nosso desempenho seja eficiente e que permita o crescimento da própria organização em direcção à Sustentabilidade.

Esta forma de pensar do nosso Conselho de Administração tem sido materializada através da utilização de ferramentas de gestão, como o Balanced Scorecard e o envolvimento dos vários coordenadores na Gestão da Organização, permitindo uma melhoria do processo de tomada de decisão e consequentemente um melhor desempenho.

3.1.1 Abordagem da Gestão

Desempenho Económico

Pontos principais	Abordagem	Observações
Objectivo e desempenho	<ul style="list-style-type: none"> · Como Associação de Municípios não visamos o lucro. No entanto, temos sempre como meta o Resultado Líquido Positivo de modo a assegurar o crescimento da organização. Para nós é importante que este Resultado seja obtido à custa da eficiência dos processos (como tem sido) e não do aumento das tarifas. · O nosso objectivo final será sempre obter o equilíbrio financeiro (todos os lucros são investidos uma vez que não há distribuição de dividendos). · A nossa preocupação fundamental nesta questão é a tarifa de equilíbrio e a sua aproximação aos valores reais gastos na Gestão dos Resíduos. No entanto, há uma preocupação constante na forma como esta Tarifa se pode reflectir na Taxa de Resíduos cobrada ao cidadão. · Não houve nenhuma evolução significativa nesta matéria nem há qualquer perspectiva de prazos para a sua resolução. · O nosso impacto indirecto (das tarifas cobradas aos municípios) acaba por ser nos Orçamentos Camarários e nas Taxas de Resíduos cobradas ao cidadão. · Outra questão importante é a questão das dívidas à Lipor e a sua cobrança, permitindo o equilíbrio financeiro da Organização. · Os nossos indicadores estratégicos nesta área são os prazos médios de pagamento e de recebimento. 	No final do capítulo do Desempenho Económico apresentamos os resultados dos objectivos, alinhados com as questões materiais da área financeira, definidos no ano passado bem como os objectivos definidos para o próximo ano.
Política	<ul style="list-style-type: none"> · Na Lipor estamos perante um monopólio para a região em termos de serviços. Quanto melhor forem geridas as questões económicas maiores serão os benefícios para a região, traduzidos em menores gastos para as Câmaras Municipais e menor despesa para os cidadãos (como já referido atrás). · A Lipor é um pólo de emprego local (a maioria dos nossos colaboradores vive num raio de 20 km) promovendo a coesão social. · Indirectamente a nossa boa "performance" tem implicações no desenvolvimento da região e na sua projecção no resto do país e no estrangeiro. 	
Informação Adicional	<ul style="list-style-type: none"> · À semelhança dos anos anteriores, os grandes investimentos previstos no Plano Estratégico mantêm-se como investimentos a longo prazo. Os três grandes investimentos previstos a médio prazo são o novo Aterro Sanitário (já em construção), um novo Centro de Triagem e a terceira linha na Central de Valorização Energética. · Foi iniciado em 2008 a implementação de um novo sistema de Gestão de Recursos Humanos - o MyGiaf - que permite a rápida obtenção "on time" de informação sobre faltas, férias, assiduidade, etc. Esta ferramenta já funcionou em pleno em 2009. · A ferramenta de Controlo de Gestão - Cognos - ficou completamente operacional em 2009 e permite um acompanhamento de todos os dados essenciais e dos KPI's da organização, também em tempo real. 	

3.1.2 Indicadores Económicos

(euros)	2007	2008	2009
Volume de Negócios	34.358.088,06	34.786.557,76	36.201.254,77
Resultados Operacionais	6.143.053,48	5.638.913,94	5.700.107,69
Resultado Líquido	4.264.750,08	440.593,66	1.236.747,21
Investimento	7.745.714,62	6.261.810,45	10.829.946,09
Activo Líquido	259.547.935,08	271.252.379,48	270.194.146,71
Fundos Próprios	36.553.648,89	36.994.242,55	38.230.989,76

Principais Indicadores Económico-financeiros

A Lipor continuou em 2009 a desenvolver um conjunto de actividades que lhes permitiram evoluir de forma bastante positiva no que diz respeito aos indicadores económico-financeiros.

Mais uma vez obtivemos Resultado Líquido positivo, um dos nossos principais objectivos estratégicos, e que reflecte o cuidado colocado na gestão diária da organização.

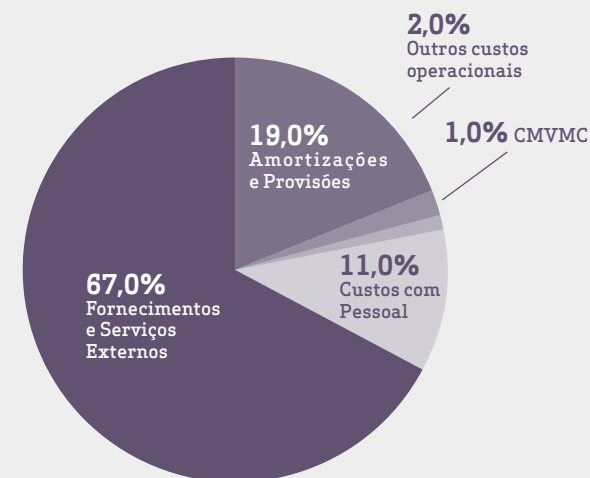
Confirmando esta tendência de crescimento, assistimos também a um crescimento do Volume de Negócios em cerca de 4% face a 2008. Mais uma vez, também, este crescimento é resultado do crescimento da venda de produtos e não no aumento da prestação de serviços, o que permite uma maior flexibilidade e uma maior independência em relação à Tarifa cobrada aos Municípios.

Actualmente, as vendas de produtos representam 60% do Volume de Negócios.

Dado o modelo de gestão em que a Lipor tem baseado o seu funcionamento nos últimos anos, ou seja num regime de concessão das principais unidades, não é de estranhar que os Fornecimentos e Serviços Externos sejam a maior fatia dos custos de exploração.

Isto mesmo pode ser observado no gráfico seguinte.

Custos de Exploração 2009



Na tabela apresentada a seguir podemos verificar o resumo dos proveitos e dos pagamentos realizados este ano. Também aqui se verifica claramente que tem havido um aumento das receitas ao longo destes últimos anos.

Valor Económico Directo Gerado

Receitas (euros)	2007	2008	2009
Vendas + Prestação serviços	34.358.088,06	34.786.557,76	36.201.254,77
Proveitos Suplementares	-	-	169.656,84
Juros de Depósitos	1.462.160,67	1.479.364,38	719.679,44
Descontos PP Obtidos	-	2.029,55	772,5
Ganhos em alienações	4.439,12	-	-
TOTAL	35.824.687,85	36.267.951,69	37.091.363,55

Valor Económico Distribuído

Custos Operacionais (euros)	2007	2008	2009
Fornecimento e Serviços Externos	24.901.243,05	24.876.412,09	26.357.310,16
Salários e benefícios de empregados	3.958.854,57	4.362.344,19	4.337.070,52
Pagamentos para fornecedores de capital	5.868.016,87	6.172.423,22	6.147.084,96
Pagamentos ao Governo	471.299,94	155.655,95	199.760,54
Investimentos na Comunidade	771.115,74	3.387.691,40	1.037.673,02
TOTAL	35.970.530,17	38.954.526,85	38.078.899,20
Valor Económico Acumulado	-145.842,32	-2.686.575,16	-987.535,65

Valor Económico Directo Gerado e Distribuído (EC1)

No âmbito do nosso trabalho, e sendo a Lipor uma organização de âmbito regional, é normal que a maioria dos nossos fornecedores do dia-a-dia sejam locais.

No entanto, e como já referido anteriormente, temos algumas limitações à livre selecção de fornecedores, principalmente nos fornecimentos mais significativos.

No nosso caso a selecção e contratação de fornecedores segue um processo perfeitamente definido e enquadrado pela legislação. Um caso concreto é a obrigatoriedade de abrir um Concurso Público publicitado Internacionalmente para valores superiores a 200.000,00 €.

Este tecto leva a que a grande maioria dos fornecedores seja nacional, havendo no entanto alguns fornecedores internacionais, principalmente quando falamos de valores mais elevados, apesar de não haver nenhuma situação a registar em 2009.

À semelhança de anos anteriores, uma fatia muito significativa dos nossos pagamentos internacionais resulta do pagamento de juros e empréstimos ao Banco Europeu Investimento (BEI). Também em 2009 este valor foi significativo - 13.486.672,73 €, principalmente se comparado com o valor de gastos internacionais total.

Em geral os restantes pagamentos internacionais resultam da nossa participação em diversas associações e projectos internacionais, nomeadamente através dos pagamentos de cotas e fees de participação. No global os pagamentos nacionais continuam a representar mais de 70% do total de pagamentos a fornecedores.

Gastos com fornecedores (Euros)	2007	2008	2009
Internacionais	9.471.383,35	15.423.446,57	14.577.627,16
Nacionais	34.091.063,96	35.578.616,79	36.209.337,57
Total	43.562.447,31	51.002.063,36	50.786.964,73

Gastos com fornecedores (EC6)

Todo o trabalho e restrições no relacionamento com os fornecedores é resultado da entrada em vigor do novo Código dos Contratos Públicos - Decreto-Lei n.º 18/2008 A de 31 de Julho. Este Código integrou os dois Códigos relativos às aquisições de bens e serviços e o das empreitadas de obras públicas, Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e o Decreto-Lei n.º 59/99, de 3 de Março, respectivamente.

Apesar de dificultar a livre selecção de fornecedores, este novo Código tem como mais-valia assegurar os princípios da igualdade, da concorrência, da imparcialidade, da proporcionalidade, da transparência e da publicidade.

EC8 A recuperação de passivos ambientais, nomeadamente as intervenções na Recuperação e Requalificação dos Aterros Sanitários, continua a ser uma das nossas principais preocupações em relação aos investimentos na Comunidade. Esta intervenção está incluída na estratégia de devolução à Comunidade para seu usufruto de espaços degradados por actividades anteriores, nomeadamente deposição de resíduos.

Este ano foi possível concluir todos os trabalhos e investimentos na finalização dos projectos de Matosinhos e da Póvoa de Varzim, como se pode ver na tabela seguinte.

Investimentos na Comunidade	Valor
Sensibilização Ambiental	848.188,49
Projectos de Prevenção	66.480,00
Projectos de Compostagem Caseira e Agricultura Biológica	9.578,58
Parque Aventura	87.033,95
Parque Ciência	26.392,00
TOTAL	1.037.673,02

Investimentos na Comunidade (EC8)

Apesar de não serem realizados estudos específicos para a definição e hierarquização da importância destas intervenções para a comunidade envolvente, estamos plenamente convencidos que são questões que efectivamente a preocupam, já que estamos a falar da recuperação de espaços degradados e que podem resultar em riscos acrescidos para todos.

Além do mais, a recuperação destes espaços permite a instalação de equipamentos lúdico-pedagógicos e de lazer que são disponibilizados às comunidades locais, nomeadamente campos de jogos, parques infantis entre outras estruturas, como por exemplo o Parque da Ciência no Aterro de Matosinhos.

Também no que diz respeito à atribuição de apoios e patrocínios à comunidade, seja através de cedência de materiais, seja pelo envolvimento e participação nos projectos como parceiros, temos continuado a desenvolver o trabalho já iniciado em anos anteriores. Uma vez que trabalhamos para nos pautarmos pelo princípio da Transparência, publicamos, já em 2008, o documento "Responsabilidade Social: Directrizes para a atribuição de Apoios e Patrocínios".

O objectivo deste documento é facilitar o contacto e os pedidos, apresentando indicações claras de quem e como pode ser nosso parceiro.

Apresentamos a seguir os apoios atribuídos em 2009.

	2007	2008	2009
Apoios e Patrocínios*	123	130	132
Cedência do Auditório	8	13	9**

* o valor de 2007 foi alterado

** uma das cedências é por um período de um ano (todas as manhãs - IEFP)

Apoios atribuídos (EC8)

Uma parte importante do nosso apoio à comunidade passa também pela cedência dos nossos auditórios para a realização de actividades.

A promoção da Educação e do Desenvolvimento das Comunidades, nomeadamente a melhoria das Condições Sociais e a promoção do Desporto, continuarão a ser a prioridade na nossa política de atribuição de apoios.

Após a selecção dos pedidos elegíveis pelo Gabinete de Relações Institucionais e Internacionais (GRII), a atribuição estará sempre dependente da aprovação do Conselho de Administração.

**Consulte o regulamento de solicitação de apoios
"Responsabilidade Social: Directrizes para a atribuição de
Apoios e Patrocínios" na página www.lipor.pt
Lipor > Desenvolvimento Sustentável > Apoio à Comunidade**

Demos, também em 2009, corpo à nossa aposta na Educação e Sensibilização Ambiental, continuando o forte investimento realizado e que pretendemos que tenha resultados muito positivos na comunidade.

Ao mesmo tempo podemos verificar que o investimento na Prevenção da produção de Resíduos também foi significativo, reflectindo o nosso empenho na melhoria ambiental e a nossa estratégia de actuação.

Continuamos a ter, no Gabinete de Informação, 14 Eco-Conselheiros dedicados a actividades e iniciativas de Educação Ambiental. Este colaboradores trabalham afincadamente e em estreita ligação com escolas e professores de modo a desenvolverem programas de actividades que respondam às expectativas do nosso público-alvo e dos cidadãos, e permitam aumentar o sentimento de pertença e cidadania.

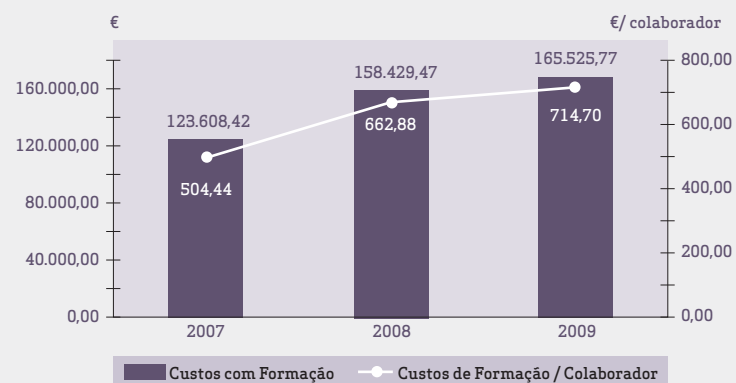
Também ao nível dos Recursos Humanos continuamos a apostar no crescimento, na participação e no envolvimento de todos no projecto Lipor.

Estamos plenamente convencidos que este envolvimento é potenciado com colaboradores motivados e com as competências adequadas às funções que desempenham e que isso só será possível com uma aposta clara na formação e no desenvolvimento de novas competências dos nossos quadros.

Assim, é uma consequência lógica o aumento do investimento na formação, como se verificou mais uma vez este ano, seguindo a tendência dos anos anteriores.

Continuamos ao mesmo tempo a desenvolver e a promover a formação transversal, permitindo aos nossos colaboradores crescerem em áreas específicas da sua preferência muitas vezes diferentes do seu trabalho do dia-a-dia.

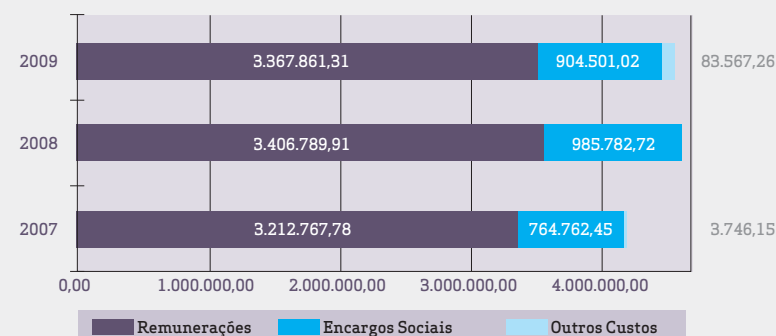
Toda esta formação transversal é promovida e desenvolvida internamente, recorrendo a apoios externos e portanto os custos não estão reflectidos nos valores apresentados.



Custos com Formação

Também a nível dos custos com pessoal, pode-se verificar a mesma tendência de subida dos restantes indicadores, e ao mesmo tempo dos anos anteriores, resultado claro da aposta no reforço dos recursos humanos na Lipor. Obviamente que o aumento se verifica tanto a nível das remunerações como dos encargos sociais.

EC3 Como já referido anteriormente, a Lipor não tem obrigações em relação a Planos de Pensões, uma vez que o nosso Sistema de Benefícios Sociais é o da Segurança Social, não havendo por isso um Plano de Pensões específico para os colaboradores.



Custos com Pessoal

EC7 A Lipor como Associação de Municípios está sujeita ao regime de Contratação Pública, sendo regida ainda pela Constituição da República e pelo Código do Trabalho, garantes da igualdade de oportunidades no emprego, pelo que não há possibilidade de influenciar o tipo nem os procedimentos de contratação realizada.

No caso da Gestão de Topo, neste caso considerando o Conselho de Administração, é constituído por um representante indicado pelos membros de cada Câmara Municipal na Assembleia Intermunicipal da Lipor. Este é pois um procedimento que resulta, em último caso de eleições livres e democráticas, limitando as possibilidades de selecção dos Administradores e não sendo possível influenciar a sua selecção.

Do mesmo modo a escolha do Administrador-Delegado é da responsabilidade do Conselho de Administração, sendo um cargo de nomeação.

Os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas nos serviços da administração directa e indirecta do Estado foram aprovados pela Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro. Ainda em 2008 entrou em vigor a Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro que aprovou o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas e que regula a realização de contratos e as nomeações. Toda esta legislação aplicada aos processos de contratação e nomeações impõe grande rigor nestes processos, diminuindo as possibilidades de discriminação.

EC5 Os valores base de remuneração são definidos anualmente por portaria, sendo os valores para 2009 definidos pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro. O valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida (salário mínimo) foi definido no Decreto-Lei n.º 246/2008 de 18 de Dezembro. Este ano o valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida foi fixado em 450 €. No caso da Lipor, além do valor base, todos os colaboradores recebem um Suplemento Diário, por dias efectivamente trabalhados, no valor de 7,48 €. O rácio entre a Retribuição Mínima Mensal Garantida e a remuneração do colaborador com o salário mais baixo na Lipor em 2009 foi de 1.

Apresentamos por último a ajuda financeira do Estado à Lipor, nas principais rubricas. À semelhança dos anos anteriores, e dado o nosso enquadramento jurídico, a maior fatia é a referente às participações ao investimento, realizadas pelos municípios nossos associados.

Entidade	2007	2008	2009
Fundo de Coesão	0,00	0,00	0,00
Projecto Life	-	-	4.486,46
Transferências e Subsídios	5.933.646,63	6.081.008,42	6.152.540,86
IEFP	32.645,08	18.720,63	15.181,17
I.P. Juventude	3.000,00	2.256,00	2.115,00
CCDRN	11.141,27	13.750,34	-
POPH	-	2.852,51	10.737,53
Comparticipações ao Investimento	5.886.860,28	6.043.428,94	6.124.507,16
TOTAL	5.933.646,63	6.081.008,42	6.157.027,32

Ajuda Financeira significativa recebida do Governo (EC4)

Toda a informação económico-financeira relevante foi apresentada neste capítulo. No entanto, esta informação pode ser complementada com a consulta do Relatório e Contas 2009, onde pode ser encontrada toda a informação relativa ao desempenho económico da Lipor discriminada.

Objectivos económico-financeiros

De modo a ser mais fácil acompanhar o nosso desenvolvimento económico-financeiro, apresentamos aqui o resultado dos principais objectivos que nos propusemos atingir no ano passado, como forma de melhorarmos o nosso desempenho.

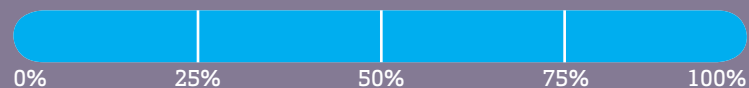
- Continuar a obter resultado líquido positivo



- Manter o objectivo de descer o Prazo Médio de Pagamento para 75 dias;
Não atingido (ficamos nos 147 dias)

- Manter o objectivo de descer o Prazo Médio de Recebimento para 65 dias;
Não atingido (ficamos nos 85 dias)

- Concluir a ferramenta informática de previsão orçamental e utilização desta ferramenta pela Gestão.



Estamos conscientes da dificuldade em atingir os nossos objectivos propostos, mas vamos continuar a trabalhar para melhorar o nosso desempenho nesta matéria. Assim, vamos manter alguns dos objectivos a que nos propusemos no Relatório anterior.

Apresentamos, assim, os objectivos que consideramos mais relevantes para 2010:

- Continuar a obter resultado líquido positivo

- Manter o objectivo de descer o Prazo Médio de Pagamento para 75 dias;

- Manter o objectivo de descer o Prazo Médio de Recebimento para 65 dias;

- Alargar a ferramenta de análise Cognos a todos os indicadores, permitindo a sua utilização para monitorizar a implementação da nossa Estratégia e do desempenho dos Sistemas de Gestão.

Para a avaliação do cumprimento dos objectivos, foi utilizado como critério: 0% – não iniciado; 25% – iniciado mas com grau de cumprimento inferior a metade; 50% – cerca de metade realizado; 75% – mais de metade realizado mas não concluído; 100% – concluído.

O DESEMPENHO AMBIENTAL

3.2. O Desempenho Ambiental

Apesar do objectivo inicial da criação da Lipor ter sido a protecção ambiental, nomeadamente a diminuição da poluição causada pela elevada produção de resíduos, desde o início que, devido a uma série de factores, este objectivo de proteger o ambiente nunca foi cabalmente conseguido.

No entanto, a partir da década de noventa, a situação da Lipor alterou-se significativamente, tendo vindo a ser cada vez mais uma organização com impactos muito baixos e um desempenho ambiental bastante bom.

Estamos conscientes que este resultado é consequência de uma cada vez melhor gestão das diversas unidades do sistema e que só com esforço e dedicação se manterá assim.

Continuaremos pois, a trabalhar e a colocar todo o nosso empenho não só na minimização dos impactos que os resíduos podem causar no meio ambiente e nas populações, mas na correcta gestão das diferentes infra-estruturas, melhorando continuamente o nosso desempenho ambiental e a nossa eco-eficiência, causando o menor impacto possível no ambiente.

3.2.1 Abordagem da Gestão

Desempenho Ambiental

Pontos principais	Abordagem	Observações
Objectivos e Desempenho	<ul style="list-style-type: none"> Quando falamos em planeamento de longo prazo suportamos toda a nossa estratégia na edição do Plano Estratégico para a Gestão Sustentável dos Resíduos 2007-2016, onde estão definidas as principais linhas orientadoras da nossa actividade nos próximos anos. Em termos do planeamento organizacional, este normalmente é corrente. Temos definido um planeamento estratégico a 3 anos, onde são analisadas as questões mais operacionais. Os indicadores e aspectos Ambientais, assim como outros indicadores específicos da organização são analisados (e definidos objectivos) anualmente. Estas questões são avaliadas no âmbito dos sistemas de gestão. Assim, os objectivos anuais da organização estão definidos nos Indicadores de Eco-Eficiência e nos objectivos definidos no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental (certificado segundo o normativo ISO 14001). 	<p>No final deste capítulo apresentamos os nossos objectivos, alinhados com as questões materiais da área ambiental, nomeadamente os resultados obtidos no ano passado bem como os objectivos definidos para o próximo ano.</p>
Política	<ul style="list-style-type: none"> A nossa visão estratégica está patente na nossa Política de Ambiente, Qualidade, Segurança e Responsabilidade Social. 	<p>A Política da Qualidade Ambiente e Segurança da Lipor pode ser consultada em http://www.lipor.pt/ Lipor > Missão, Visão e Valores e Política</p>
Responsabilidade Organizacional	<ul style="list-style-type: none"> O responsável pela Gestão de todos os processos e Sistemas de Gestão (incluindo a Ambiental) é a Eng.^a Isabel Nogueira, responsável pelo Departamento de Qualidade, Ambiente e Segurança, que reporta directamente ao Administrador-Delegado. 	

Desempenho Ambiental

Pontos principais	Abordagem	Observações
Sensibilização e Formação	<ul style="list-style-type: none"> Esta área está dividida em duas questões bem definidas, a Formação (interna) e a Sensibilização Ambiental (externa). Em relação à formação, a nossa estratégia passa pela definição de um Plano de Formação Anual que corresponda às necessidades dos vários Departamentos e profissionais. Estas necessidades são identificadas pelos responsáveis em conjunto com os colaboradores respectivos. O Plano de Formação inclui formação específica sobre questões ambientais, não só da organização, mas também de índole geral. Aquando da recepção de novos colaboradores, são integradas no processo de acolhimento acções de formação específicas que incluem também a sensibilização para as questões ambientais. Quanto à Educação Ambiental é realizado um trabalho bastante significativo com os cidadãos e com a comunidade escolar. Foi criado, para uma maior eficácia destas acções um Gabinete de Informação Lipor, contando com 14 elementos. 	Para mais informações sobre o trabalho do GIL, consulte a página da Lipor em http://www.lipor.pt/ Lipor > Educação Ambiental.
Monitorização e acompanhamento	<ul style="list-style-type: none"> Todo o Sistema de Gestão da Qualidade, do Ambiente e da Segurança está certificado, logo são realizadas diversas auditorias, quer internas quer externas, e estão implementados os procedimentos para a melhoria contínua da organização. Todas as certificações já foram renovadas segundo os referenciais mais actuais (ISO 14001:2004; ISO 9001:2000 e OHSAS 18001). 	
Informação Adicional	<ul style="list-style-type: none"> Não fizemos uma análise profunda e individualizada dos riscos e oportunidades das questões ambientais mais importantes. No entanto, abordamos as questões de acordo com o princípio da prevenção, tentando estar atento ao que poderão ser as implicações futuras do nosso trabalho no Ambiente. <p>Um exemplo disso é a avaliação da "Pegada Carbónica da Lipor" que nos permite acompanhar o desenvolvimento destas questões. A nosso ver não há riscos significativos em termos ambientais para o negócio num futuro próximo.</p> <ul style="list-style-type: none"> Em relação à Certificação dos Sistemas de Gestão, em 2009 fechamos a Certificação das nossas unidades com a Certificação Integrada (Qualidade, Ambiente e Segurança) da Central de Valorização Orgânica. Quanto aos Passivos Ambientais, foi possível requalificar e revalorizar os antigos Aterros Sanitários devolvendo estes espaços às populações. Neste sentido, inauguramos em 2009 o Parque da Ciência em Maio (Aterro de Matosinhos) e o Parque Aventura em Setembro (Aterro de Ermesinde). 	Os resultados da "Avaliação da Pegada Carbónica da Lipor" bem como a estratégia 2M podem ser consultados na página da Internet - www.lipor.pt

3.2.2. Indicadores Ambientais

3.2.2.1 Materiais e Matérias-primas

Dada a especificidade dos processos e dos materiais utilizados, como se pode verificar nos quadros seguintes, torna-se difícil a substituição destes produtos por produtos que incorporem materiais reciclados, pelo que na maior parte das nossas operações, estes não são utilizados.

Apresenta-se a seguir os consumos de matérias-primas e materiais nos diferentes processos da Lipor.

Por outro lado, se considerarmos que a matéria-prima do nosso trabalho são os resíduos, podemos afirmar que incluímos nos nossos processos cerca de 88,2 % de matéria-prima proveniente de resíduos. Este valor baseia-se na premissa de que apenas os resíduos que são colocados em Aterro não são valorizados e portanto não devem ser considerados matéria-prima.

Em relação aos materiais apresentados, apesar de muitos deles incorporarem materiais potencialmente reciclados (como no caso do arame) a contabilização e verificação das percentagens integradas é complicada, pelo que apenas se contabilizou o caso específico do material de economato, onde esta avaliação é mais simples. No entanto, e devido à pequena quantidade relativa do papel nas quantidades globais de material reportadas esta quantidade não é significativa.

Central de Valorização Energética

Consumo de Reagentes	
Cal Hidratada (ton)	4.337,2
Ureia (ton)	1.808,4
Carvão Activo (ton)	192,6
Soda Cáustica (ton)	38,5
HCl (ton)	44,5
Tripolifosfato (ton)	0,7
Matérias-primas para a produção (ton)	
Resíduos indiferenciados	398,392

Aterro Sanitário de Apoio à CVE

Reagentes da ETAR	
Ácido Sulfúrico (ton)	9,77
Ácido Acético (ton)	13,13
Soda (ton)	28,27
Anti-espuma (litros)	555

Central de Valorização Orgânica

Materiais	
Paletes (ton)	106,80
Plástico Embalagem (ton)	2,16
Big-Bags (ton)	1,90
Matérias-primas para a produção (ton)	
Resíduos orgânicos separados	42,215

Centro de Triagem

Materiais	
Arame (ton)	109,30
Matérias-primas para a produção (ton)	
Materiais recicláveis separados	59,966

Consumo de Materiais e Matérias-primas nas unidades operacionais (EN1)

EN2 De qualquer modo, se consideramos apenas o caso do material de economato, a incorporação de materiais reciclados atinge os 61 % dos gastos na Lipor.

Lipor - geral

Economato	
Papel Branco (kg)	2.960
Estacionário Branco (kg)	
Total branco	2.960
Papel Reciclado (kg)	2.948
Estacionário Reciclado (kg)	1.646
Total reciclado	4.594

Consumo de Materiais (EN1)

3.2.2.2 Energia

Ao analisarmos os consumos de energia directa das diferentes unidades da Lipor podemos verificar que de uma forma geral, estes consumos desceram. Pela observação da tabela seguinte verificamos que quer nos aumentos quer na diminuição dos consumos, as diferenças não são muito significativas, estando com certeza ligadas a flutuações nos materiais processados e no esforço da actividade.

Instalação	Fonte	Consumo (GJ)		
		2007	2008	2009
Central de Valorização Orgânica	Gás natural	995,81	1.124,11	1.105,62
	Combustível (gasóleo)	2.339,04	2.727,55	3.254,77
Central de Valorização Energética	Gás natural	2.372,63	5.640,81	4.624,75
	Combustível (gasóleo)	56,51	89,68	92,96
Aterro Sanitário	Combustível (gasóleo)	1.126,48	1.956,51	1.297,82
	Gás natural	89,69	92,19	143,94
Centro de Triagem	Combustível (gasóleo)	2.904,57	3.451,99	3.589,58
	Gás natural	126,53	181,29	245,80
Lipor (geral)	Combustível (gasóleo)	5.259,91	5.383,29	5.144,31
	Combustível (gasolina)	n.d.	317,09	251,28

n.d. - não disponível

Consumo de energia directa discriminado por fonte de energia primária (EN3)

ENS Continuamos, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos a promover um conjunto significativo de acções de sensibilização aos nossos colaboradores sobre atitudes ambientais, nomeadamente relacionadas com a eficiência energética, apresentando pequenos gestos que todos podemos re-lizar no nosso posto de trabalho diariamente e que nos permitem poupar energia.

No entanto, é difícil monitorizar os resultados da aplicação prática destes gestos, uma vez que não há diferenças significativas nos consumos que nos permitam afirmar categoricamente que são resultado destas acções. De qualquer modo vamos continuar a trabalhar para que todos os colaboradores possam interiorizar estas ideias e contribuir para a economia de energia e para a eficiência energética da Lipor.

Dando continuidade ao trabalho realizado nos anos anteriores, no sentido de aumentar a nossa eficiência energética através da instalação de Painéis Solares, a substituição de telhas translúcidas no Centro de Triagem e a desactivação da iluminação exterior, iniciámos este ano um novo projecto. Com este projecto pretendeu-se diminuir o consumo de electricidade do Edifício Administrativo da Lipor, através da reestruturação do sistema de iluminação.

Com a colaboração da empresa ENP, que projectou e implementou esta reestruturação, alterou-se o sistema de iluminação de todo o edifício sede da LIPOR, introduzindo uma redução de 62% da densidade de potência (W/m^2) instalada. O projecto incorporou, ainda, um sistema de controlo e regulação de fluxo que aumentou em 25% as poupanças no consumo de energia eléctrica, traduzindo-se numa poupança agregada de consumo de energia de cerca de 77,5%.

Apesar de não ser um valor muito elevado em termos absolutos, é mais um passo importante no caminho de melhoria da nossa eficiência e evitar o desperdício de energia.

Apresentamos a seguir o impacte desta medida.

	Dias contabilizados	Energia poupada (kWh)
Reestruturação do Sistema de Iluminação	88	4.291

* a reestruturação ficou concluída a 1 de Setembro de 2009

Poupança de energia resultante da aplicação de medidas de eficiência energética (EN6)

Em relação aos consumos de energia eléctrica nas diferentes unidades operacionais, podemos verificar no quadro seguinte que, de uma maneira geral, estes valores continuam a crescer. Este aumento nos consumos é facilmente explicado pelo aumento da produção das unidades operacionais. Também nas áreas de apoio continuamos a observar a tendência do ano passado com o aumento dos consumos.

O aumento significativo do consumo que se verifica na Central de Valorização Energética ficou a dever-se essencialmente às intempéries que ocorreram no final do ano e que obrigaram a paragens não programadas do grupo turbo-alternador, aumentando significativamente a necessidade de energia externa.

Consumo Electricidade (GJ)	2007	2008	2009
Central de Valorização Orgânica	11.522	12.885	16.550
Centro de Triagem	1.713	1.957	1.924
Central de Valorização Energética	348	1.009	3.180
Aterro Sanitário da Maia	1.495	1.496	1.728
Unidade de Biogás (Ermesinde)*	-	237	679
Unidade de Biogás (Matosinhos)**	-	-	114
Lipor (geral)	2.937	3.003	3.139
Total	18.015	20.587	27.313

* entrou em funcionamento em Julho 2008

** entrou em funcionamento em Maio 2009

Consumo Electricidade por Unidade Operacional (EN4)

Em termos das fontes primárias utilizadas na produção da energia eléctrica consumida na Lipor, são apresentados a seguir os contributos de cada uma, de acordo com o "mix" energético da EDP Serviço Universal, o nosso fornecedor de electricidade. Uma vez que não foi possível, quer junto da EDP Serviço Universal, quer junto da ERSE, obter a constituição do "mix" para 2007 e 2008, estes dois anos foram corrigidos utilizando nos cálculos os valores de 2009.

Consumo de energia por fonte* (GJ)	2007	2008	2009
Fontes não-renováveis			
Carvão	3.216	3.675	4.876
Gás natural	6.195	7.080	9.393
Fuelóleo	264	301	400
Nuclear	1.071	1.224	1.624
Cogeração e microprodução PRE	1.493	1.707	2.264
Percentagem não-renováveis	67,94%	67,94%	67,94%

Fontes renováveis

Hidroeléctrica	2.962	3.385	4.491
Geotérmica	0	0	0
Solar	0	0	0
Eólica	2.478	2.832	3.757
Outras	335	383	508
Percentagem renováveis	32,06%	32,06%	32,06%

Consumo final total Lipor	18.015	20.587	27.313
----------------------------------	---------------	---------------	---------------

* não tendo sido possível obter o "mix" energético relativo a 2007 e 2008, consideraram-se os valores de 2009 nestes cálculos

Consumo de energia por fonte (EN4)

3.2.2.3 Água

Uma vez que as unidades com utilização mais intensiva de água são a Central de Valorização Energética e a Central de Valorização Orgânica, é natural que esta utilização se reflecta nos consumos destas unidades. Na Central de Valorização Energética a água é utilizada principalmente no circuito de vapor e na preparação das soluções aquosas dos reagentes do processo de tratamento dos gases de combustão. Na Valorização Orgânica a água é indispensável ao bom funcionamento do processo de compostagem e à produção de um composto de qualidade.

Nas restantes instalações, a utilização de água é apenas para consumo doméstico, nomeadamente para os balneários e para rega.

O reflexo destas diferentes utilizações pode ser verificado na tabela abaixo.

Consumo de Água de Rede (m³)	2007	2008	2009
Central de Valorização Energética	224.481	212.009	197.031
Aterro da Maia	5.347	4.944	3.122
Central de Valorização Orgânica	12.725	18.082	20.596
Centro de Triagem	514	386	376
Lipor - Geral	2.813	2.756	2.435

Consumo de Água de Captações (m³)	2007	2008	2009
Central de Valorização Energética	23.484	26.812	13.368
Lipor - Geral	19.463	17.912	24.702

Total de água utilizada por fonte na Lipor (EN8)

Pela observação do gráfico verificamos que não há nenhuma situação anómala, sendo as diferenças de valores facilmente explicadas pelas diferenças na produção das unidades.

Quanto à água captada, na Lipor não há retirada de água de rios, ribeiros ou outros corpos de água superficiais, apenas de furos e poços, sendo a utilização preferencial desta água a rega.

Em 2009, em todas as captações da Lipor, apenas houve uma situação no Pólo de Baguim do Monte/ Ermesinde em que o limite mensal da licença foi ultrapassado, tendo esta situação sido rapidamente resolvida.

EN9 A avaliação do real tamanho e extensão dos corpos de água que estão a ser utilizados é muito complicada, pelo que não podemos afirmar categoricamente que não são afectados pela retirada de água. No entanto o facto de mantermos os nossos consumos dentro dos limites permitidos pelas licenças e não ultrapassarmos os limites anuais dá-nos alguma segurança no sentido de que não afectamos significativamente nenhuma fonte hídrica.

A água é um bem escasso e vai continuar a sê-lo no futuro. Daí que, mesmo considerando que os nossos consumos não são muito significativos, continuamos a acreditar que a poupança deste recurso deve ser uma preocupação e uma prioridade das organizações.

Com esta preocupação em mente, foi possível implementar medidas estruturais ao nível de projecto das nossas unidades principais em termos de consumo, que contribuem de forma significativa para o aproveitamento e recirculação da água.

EN10 Assim, a recirculação da água do circuito de vapor para produção de energia da Central de Valorização Energética permite o seu reaproveitamento e a consequente poupança de grandes quantidades de água. Ao mesmo tempo a água das purgas é recuperada e reutilizada para a preparação das soluções aquosas para o tratamento dos gases, evitando por um lado o aumento dos consumos e por outro diminuindo os dos efluentes a serem tratados.

Também a Central de Valorização Orgânica foi projectada de raiz com um sistema de recolha e armazenamento das águas pluviais nos telhados, permitindo a sua utilização quer no processo de compostagem quer para outros fins. Também este sistema de recolha permite a poupança de quantidades muito significativas de água.

Apesar desta poupança ser muito elevada, tanto num caso como no outro é muito complicado quantificar as quantidades reutilizadas de uma forma rigorosa e fiável, pelo que não é possível apresentar valores para esta poupança.

3.2.2.4 Biodiversidade

Apesar da grande importância que a Biodiversidade ocupa na comunidade internacional actualmente, na Lipor estamos conscientes que as nossas unidades, devido principalmente ao seu local de implementação não apresentam riscos significativos nesta área. Apesar disso, e à semelhança do que acontece noutros descritores, fazemos todos os esforços para que as nossas actividades não causem impactes significativos.

No entanto, e numa outra abordagem, temos tentado contribuir, se bem que indirectamente, para a promoção do aumento da Biodiversidade. Desenvolvemos um conjunto de projectos, que a nosso ver, podem ter um impacte muito positivo nesta matéria, nomeadamente a promoção de práticas tradicionais de agricultura e Agricultura Biológica, a recuperação e a requalificação de passivos ambientais e de locais degradados por anteriores actividades de gestão de resíduos, como por exemplo antigos Aterros.

EN11 A localização das nossas instalações está dividida entre dois pólos, qualquer um deles situado em áreas pouco sensíveis em termos de Biodiversidade. Tanto o pólo de Baguim do Monte/ Ermesinde onde estão instalados o Centro de Triagem e a Central de Valorização Orgânica, como o pólo da Maia com a Central de Valorização Energética e o Aterro Sanitário, estão localizados em zonas de Equipamentos Estruturantes.

Estas zonas não abrangem, como seria de esperar, nenhuma zona de Área Protegida ou áreas de alto índice de Biodiversidade, diminuindo significativamente a probabilidade de poder afectar de forma significativa a Biodiversidade. Do mesmo modo, nenhum destes pólos se encontra localizado em zonas de Reserva Agrícola Nacional (RAN) ou Reserva Ecológica Nacional (REN).

EN15 Naturalmente, como resultado desta localização das unidades operacionais, não há impacto sobre nenhuma das espécies da Lista Vermelha da IUCN ou de outra lista nacional de conservação.

Recuperação de passivos ambientais

A degradação de habitats e a existência de focos de poluição causam impactos significativos na biodiversidade de uma determinada área. Consequentemente acreditamos que a recuperação dos passivos ambientais e de habitats degradados pode contribuir de forma evidente para o restabelecimento de ecossistemas e para o aumento da Biodiversidade nas áreas requalificadas. Assim, a selagem, recuperação e requalificação dos antigos Aterros Sanitários permite responder a dois objectivos importantes. Por um lado permite a sua disponibilização e usufruto pelas populações e, por outro, a valorização do espaço, quer em termos de ecossistema quer em termos paisagísticos, permitindo a recuperação e na maior parte das vezes o aumento da Biodiversidade nestas zonas.

EN13 No âmbito da requalificação dos Aterros, outra questão que nos preocupa é o Biogás e a elevada contribuição que este gás tem para o Efeito de Estufa.

Não é de estranhar, por isso que a par das intervenções de selagem do Aterro e de requalificação paisagística, seja importante a instalação de sistemas de drenagem e aproveitamento do Biogás, com vista à sua valorização energética. Em Julho de 2008 ficou concluído e entrou em funcionamento o projecto de aproveitamento energético do Biogás no Aterro de Ermesinde e em Maio de 2009, o projecto de aproveitamento energético do Biogás no Aterro de Matosinhos.

Este espaço recuperado, em Matosinhos, ocupa uma área de 8 hectares e apesar da maioria dos trabalhos ter decorrido em 2008, foi inaugurado em Maio de 2009.

Neste espaço foi construído, ainda, um Parque da Ciência, que funcionará como um pólo dinamizador da sensibilização para as questões ambientais, com uma estreita ligação ao conhecimento científico.

Também o Aterro de Ermesinde foi transformado num espaço lúdico-pedagógico, a que chamamos Parque Aventura, com equipamentos de actividades ao ar livre, como slide, BTT e caminhadas. O Parque Aventura foi inaugurado em Setembro.

Projectos de Compostagem Caseira e Agricultura Biológica

A promoção da Compostagem Caseira e dos princípios da Agricultura Biológica é um investimento da Lipor que para além do seu objectivo principal, de contribuir para uma melhor gestão dos resíduos biodegradáveis, tem bastante impacto na manutenção e protecção da Biodiversidade.

Uma forma preferencial de atrair e fixar a Biodiversidade é manter os sistemas agrícolas tradicionais, como a Agricultura Biológica preconiza, e promover a criação de novos espaços agrícolas. Os projectos da Lipor ligados a estas vertentes da terra e das boas práticas agrícolas e ambientais são também um contributo para a manutenção da Biodiversidade.

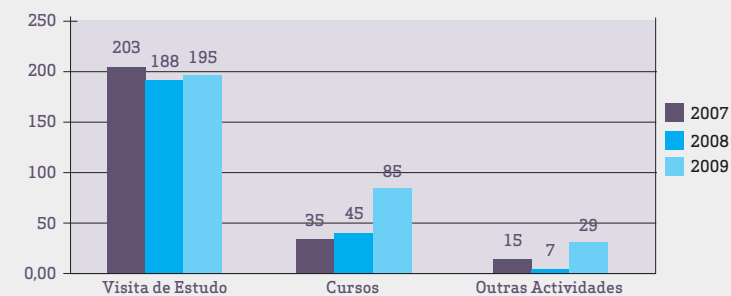
A Horta da Formiga

A Horta da Formiga tem funcionado como o centro nevrálgico de todo o projecto de Compostagem Caseira da Lipor. Além de funcionar como uma plataforma de demonstração da Compostagem Caseira e da Agricultura Biológica, apresenta um conjunto grande de actividades que promovem as boas práticas ligadas à terra, à compostagem e ao ambiente.

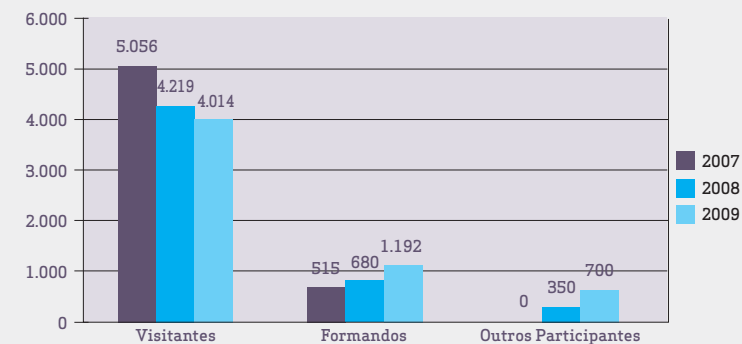
Em 2009 foi possível adicionar às valências já existentes, nomeadamente a Horta e o Pomar, alguns animais como um burro, galinhas e ovelhas, que também contribuem para a manutenção da Biodiversidade e para a sensibilização dos visitantes.

Esta abordagem permite, através da utilização de sistemas equilibrados e naturais e da utilização de espécies autóctones, a fixação de espécies que de outro modo tenderiam a desaparecer.

O trabalho desenvolvido pela Horta ao longo do ano inclui um conjunto significativo de actividades funcionando como uma estrutura de Sensibilização muito importante, não só para a população escolar mas para todos os cidadãos, através da promoção de acções de formação nas áreas da Compostagem Caseira e da Agricultura Biológica e em outras áreas relacionadas, como as Plantas Aromáticas e Medicinais, Pragas e Doenças e Multiplicação de Plantas, entre muitas outras.



Actividades realizadas pela Horta da Formiga



População abrangida na Horta da Formiga

O Projecto "Horta à Porta"

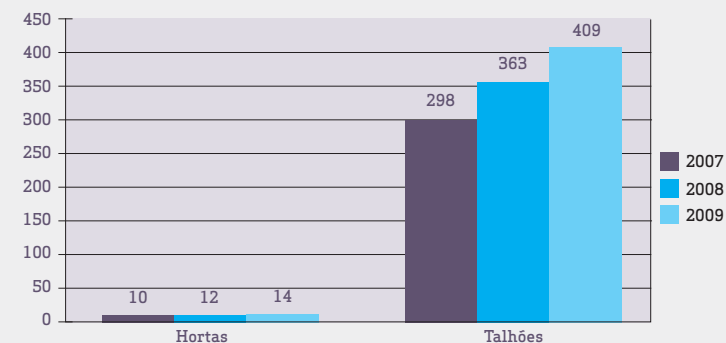
Cada vez é mais difícil, nas grandes cidades, o contacto do cidadão com a terra e a existência de espaços que possam ser cultivados. Estes espaços, pela sua natureza podiam ser pequenas "ilhas" de biodiversidade. Conscientes deste facto, e, ao mesmo tempo, respondendo a uma necessidade expressa pelos visitantes da Horta e formandos que frequentam os Cursos disponibilizados, foi desenvolvido o projecto "Horta à Porta", que continua, hoje, a ser um projecto muito acarinhado por todos.

O princípio deste projecto assenta na disponibilização aos cidadãos de pequenos talhões para seu usufruto, onde podem cultivar os seus próprios alimentos e ao mesmo tempo fazer a Compostagem Caseira, neste caso através de compostores comunitários. A única exigência que é imposta aos utilizadores é a aplicação dos princípios da Agricultura Biológica ao cultivar os seus talhões.

Como objectivos deste projecto podemos destacar a promoção da qualidade de vida das populações; a prevenção na produção de resíduos orgânicos; e a promoção de boas práticas agrícolas, sendo também um projecto que promove a biodiversidade. O sucesso deste projecto só tem sido possível com a intervenção e colaboração de todos os parceiros envolvidos, nomeadamente as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia, através da disponibilização de terrenos para as hortas, não envolvendo custos para o cidadão.

Tentando levar mais além o nosso compromisso com a Responsabilidade Social, promovemos em 2009 duas novas Hortas, chamadas "Hortas de Subsistência", em que aos objectivos base acrescentamos a possibilidade de funcionar como um complemento para os orçamentos familiares, possibilitando-se, nestas Hortas a comercialização dos produtos produzidos.

Podemos verificar na tabela seguinte que tem havido um aumento constante do número de hortas e talhões disponibilizados.



Projecto Horta-à-Porta

O Projecto "Horta na Escola"

Ao mesmo tempo que consideramos importante o envolvimento da comunidade, acreditamos que a população escolar é sem dúvida fundamental quando falamos em sensibilização.

Assim, foi um passo natural adaptar o projecto Horta-à-Porta às escolas, que têm condições para desenvolver pequenas hortas. O projecto funciona pelo apoio na implementação de pequenas Hortas nestas escolas, essencialmente com funções pedagógicas. Este desenvolvimento implica um forte apoio técnico, formação e um acompanhamento constante por parte da Lipor. Continuamos a desenvolver um bom trabalho com as escolas, tendo iniciado este ano 27 novas Hortas, com a participação de mais de 700 alunos e professores. A maior parte das escolas abrangidas em anos anteriores continuam com a Horta em funcionamento, sinal do sucesso do projecto.

Terra à Terra, Projecto de Prevenção dos Resíduos Orgânicos

O projecto Terra-a-Terra continuou em 2009 a ser uma das grandes apostas da Lipor, em termos de promoção da compostagem caseira, dando corpo às políticas de prevenção, nomeadamente a prevenção de resíduos orgânicos. O facto de quase 40% dos resíduos produzidos serem resíduos orgânicos e que podem facilmente ser valorizados através da compostagem caseira justifica facilmente esta iniciativa.

Este projecto visa essencialmente, promover a redução dos resíduos orgânicos e a promoção da compostagem caseira ao nível dos cidadãos, sendo para isso oferecido um Compostor a quem tiver vontade e disponibilidade de espaço para fazer a compostagem em sua casa.

Este projecto não acarreta custos para os participantes, sendo complementado com formação específica que permite aos cidadãos a melhor utilização dos compostores e, claro, o sucesso do projecto.

Durante o ano de 2009 foram distribuídos 1457 compostores, perfazendo um total de 2531 compostores desde o lançamento do projecto. Ao mesmo tempo foram realizadas 50 acções de formação sobre a compostagem caseira no âmbito deste projecto, envolvendo mais de 900 participantes.

Para obter mais informações sobre os projectos da “Horta da Formiga”, sobre a compostagem caseira ou para se inscrever nas nossas actividades visite o site, www.hortadaformiga.com.

3.2.2.5 Emissões, Efluentes e Resíduos

Emissões

Em 2009 as Alterações Climáticas e as emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE) continuaram a ocupar um lugar central nas preocupações da comunidade internacional, nomeadamente com toda a discussão que decorre em relação às metas pós-Quito e com a Cimeira de Copenhaga a decorrer no final do ano.

Também na Lipor estas emissões são uma preocupação cada vez maior, começando os GEE a ser avaliados sistematicamente a par das restantes emissões, nomeadamente as da Central de Valorização Energética.

Esta preocupação culminou na elaboração de uma estratégia, a “Estratégia 2M – menos resíduos, menos carbono”, em que entre outras iniciativas está prevista a realização e actualização anual da Pegada Carbónica da Lipor.

Apesar de, não de forma exaustiva, este inventário é apresentado no Relatório de Sustentabilidade. Na tabela seguinte apresentam-se as emissões de GEE da Lipor, discriminadas por âmbito.

valores em t CO ₂ e	2007	2008	2009	Δ 2008/09
Âmbito 1 - Emissões Directas	425.277	386.185	386.104	0,0%
Âmbito 2 - Emissões Indirectas (electricidade)	2.245	2.688	3.566	33%
Âmbito 3 - Outras Emissões Indirectas	169	143	143	0,0%
	427.691	389.015	389.812	0,2%

Total de emissões directas e indirectas de gases causadores do efeito de estufa por peso (EN16)

Uma vez que o nosso sector de actividade é bastante específico, é para nós importante verificar quais as emissões que resultam directamente das nossas actividades, e mais especificamente a contribuição de cada uma das formas de tratamento para as emissões directas da Lipor.

valores em t CO₂e

Actividade	2007	2008	2009	Δ 2008/09
Tratamento/Valorização RSU	424.183	384.620	384.589	0%
Confinamento Técnico	183.404	176.027	167.287	-5%
Valorização Orgânica (CVO)	5.001	6.575	7.472	14%
Valorização Energética (CVE)	235.778	202.018	209.829	4%

Emissões das actividades operacionais da Lipor (EN16)

De notar que os valores reportados para o Confinamento Técnico continuam a incluir uma parte de estimativa, uma vez que nos cálculos é considerada a dinâmica da matéria orgânica em Aterro e se contabilizam as emissões resultantes da decomposição dos resíduos depositados desde 1982 e não apenas dos resíduos depositados no ano em questão.

Também as emissões dos nossos colaboradores, nomeadamente das suas deslocações em serviço nos parecem importantes, pelo que apresentamos também, na tabela seguinte estas emissões. Ainda não estão, no entanto, aqui contabilizadas as deslocações casa-trabalho dos nossos colaboradores, entrando neste cálculo apenas as deslocações em serviço. Apresentam-se a seguir estas emissões, discriminadas por tipo de transporte utilizado.

valores em t CO₂e

Actividade	2007	2008	2009	Δ 2008/09
Deslocações em Serviço	113	109	40	-64%
Comboio	1,0	0,7	1,3	78%
Avião	48	71	34	-52%
Viatura particular (aluguer)	41	35	2,7	-92%
BUS/Coach (aluguer)	23	2,7	1,4	-50%

Outras emissões indirectas relevantes (EN17)

EN7 Apesar de ser um objectivo dos últimos anos, ainda não foi possível assumir o compromisso formal para a preferência da utilização do comboio em detrimento do avião nas deslocações que o permitissem facilmente. Esta é uma das medidas que consideramos prioritárias no sentido de tentar reduzir os consumos de energia indirecta.

Apesar deste compromisso informal, e muito provavelmente por ainda não ter sido formalizado, ainda não se sentiu o efeito desta medida nas nossas deslocações em serviço. Vamos continuar a trabalhar esta questão, sendo fundamental a sua formalização.

EN18 Uma rápida análise dos dados permite verificar que as principais fontes de emissão de GEE estão directamente ligadas à Valorização Energética e à Deposição em Aterro, ou seja às soluções mais de fim-de-linha e menos prioritárias na "Hierarquia das Opções de Gestão".

Estes resultados apoiam a necessidade de se continuar a apostar na separação dos resíduos e na sua reciclagem (multimaterial e orgânica), mas ao mesmo tempo alerta-nos para a necessidade de actuarmos também ao nível da Prevenção. De facto, cada vez mais se conclui que a Prevenção é fundamental e, também neste caso, uma forma privilegiada de reduzir as emissões.

Foi com estas ideias base em mente que se materializou a estratégia “2M – menos resíduos, menos carbono”.

Esta estratégia pretende definir e operacionalizar as principais linhas de orientação que nos possam ajudar a concretizar os nossos objectivos de longo prazo – diminuir a nossa Pegada Carbónica.

Esta estratégia enquadra três eixos de actuação que nos permitirão valorizar os diferentes contributos que cada uma das nossas actividades pode ter para a redução das emissões de GEE.

Num primeiro eixo de actuação o objectivo principal foi conhecer o perfil de emissões de GEE das actividades e operações da Lipor, através do cálculo da pegada carbónica.

Numa segunda fase pretende-se desenvolver e promover iniciativas, como o aumento da eficiência energética, que permitam reduzir, de facto, as emissões e ao mesmo tempo estudar a possibilidade de compensar as emissões inevitáveis.

Finalmente num terceiro eixo pretende-se essencialmente promover a literacia do tema “Carbono e Resíduos” não só junto dos nossos colaboradores mas envolvendo todos os nossos parceiros e trabalhando com a comunidade sensibilizando-a para este problema e para as soluções que estão ao seu alcance, nomeadamente a Prevenção.

Esta linha de acção permitirá, em parceria, diminuir a nossa Pegada Carbónica e conseqüentemente o nosso impacto no ambiente.

**A estratégia “2M – menos resíduos, menos carbono”, bem como o estudo “Avaliar e Valorizar as Emissões de Gases com Efeito de Estufa das Actividades da Lipor” podem ser consultadas na nossa página www.lipor.pt
Lipor > Estratégia 2M**

Apesar de as emissões de GEE serem bastante importantes, as emissões gasosas significativas da Lipor não se limitam a estas. De facto, uma questão fundamental no funcionamento da Central de Valorização Energética é a das emissões gasosas e o seu controlo. Desde o início do funcionamento da Central que esta matéria é acompanhada com todo o rigor.

Esta Central, sendo uma instalação de incineração, requer um controlo cuidado de modo a minimizar os seus riscos e impactos potenciais.

A Autorização de Funcionamento da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente, define de forma clara quais os parâmetros a medir em contínuo bem como os valores-limite para cada poluente.

Podemos verificar no quadro seguinte os valores de emissões anuais para os principais poluentes presentes na Autorização.

	2007	2008	2009
	Quantidade emitida (kg)	Quantidade emitida (kg)	Quantidade emitida (kg)
HCl	8.630,0	6.562,2	6.830,1
NO _x	286.000,0	222.898,4	264.165,0
HF	433,0	145,1	325,4
SO ₂	8.570,0	9.397,9	9.482,3
Partículas	4.140,0	2.532,4	2.563,2
CO	8.559,0	9.736,1	16.219,8
	Quantidade emitida (kg)	Quantidade emitida (kg)	Quantidade emitida (kg)
Dioxinas e Furanos (PCDD+PCDF)	0.0000096	0.0000115	0.0000031

Emissões atmosféricas significativas, medidas na Central de Valorização Energética (EN20)

A Autorização de Funcionamento da Central de Valorização Energética, prevê a medição anual das quantidades de Dioxinas e Furanos, uma vez que não é tecnicamente possível a sua medição em contínuo.

Em 2009 foram realizadas duas campanhas, uma em Março e outra em Novembro, apresentando-se na tabela o valor obtido pela média das duas análises.

O desempenho da Central a nível do controlo de poluição e das emissões atmosféricas continua a ser muito eficaz e eficiente, como se pode verificar pela análise das tabelas anteriores, nomeadamente pelas baixas quantidades emitidas, bastante abaixo do valor limite definido na Legislação Nacional e na Autorização de Funcionamento.

Efluentes

Também no caso dos efluentes, temos tido uma abordagem de prevenção, tentando diminuir o máximo de impactes na nossa envolvente, nomeadamente nas linhas de água. Assim, todos os efluentes são tratados da melhor forma antes de serem descarregados em meio receptor natural.

Uma vez que as unidades operacionais são distintas e os processos operacionais significativamente diferentes também o tratamento dos efluentes resultantes de cada um deles é diferente.

No caso específico do Centro de Triagem não há utilização de água a nível de processos industriais, de modo que todos os efluentes produzidos são basicamente dos balneários. Também no caso da Central de Valorização Orgânica não há produção de efluentes industriais, uma vez que o processo de compostagem é deficitário em água, o que origina que também nesta unidade os efluentes sejam equiparados a domésticos.

Até Abril de 2009, todos os efluentes produzidos nestas duas unidades eram encaminhados para a ETAR da Central de Valorização Orgânica e depois de devidamente tratados, descarregados na Ribeira do Caneiro.

	2007	2008	2009*
Água tratada (m ³)	-	4,552.00	1,701.00
Meio natural (m ³)	-	4,552.00	1,701.00

* valor contabilizado até Abril

Efluentes do Pólo Baguim do Monte/Ermesinde tratados e descarregados (EN21)

A partir de Abril, a ETAR foi desactivada e o sistema foi ligado ao colector municipal de Gondomar. Desta forma temos a garantia que o efluente produzido tem o destino final e o tratamento mais adequado.

Até esta ligação estar concluída e de modo a garantir a qualidade do efluente descarregado, eram realizadas análises aos efluentes descarregados, por uma entidade independente. A frequência destas análises era mensal, apresentando-se no quadro a média das análises efectuadas até Abril.

Parâmetro	unidade	Valor Médio Anual*	VLE
Azoto Kjeldahl	mg/l N	5,75	15
Carência Bioquímica de Oxigénio	mg/l O ₂	28,65	40
Carência Química de Oxigénio	mg/l O ₂	86,25	150
Nitratos	mg/l N	17,3	50
pH	-	6,8	6-9
Sólidos Suspensos Totais	mg/l	38,5	60

* só contabilizadas as análises até Abril
VLE - valor limite de emissão segundo o Dec-Lei 236/98

Campanhas de análise do efluente da ETAR da CVO (EN21)

No que diz respeito ao pólo da Maia, a principal proveniência dos efluentes é o Aterro Sanitário. Neste caso específico, e dada a constituição destes lixiviados, o sistema de tratamento dos efluentes é mais complexo. A ETAR da Lipor II utiliza um sistema de tratamento biológico, complementado por um sistema de Osmose Inversa, o que permite uma elevada qualidade da água tratada, podendo inclusive ser utilizada, por exemplo, para lavagens e para rega.

No entanto, e de forma a evitar, logo à partida, a produção de elevadas quantidades de efluentes a tratar, estão implementadas medidas ao nível da gestão do próprio Aterro, que permitem reduzir estas quantidades. A cobertura dos resíduos e a criação de módulos de deposição com drenagem independente evitam a entrada de águas pluviais na massa dos resíduos diminuindo consideravelmente a produção de lixiviados.

No caso desta ETAR, o efluente tratado é descarregado no Rio Leça. Como se pode ver no quadro seguinte, em alguns casos, como períodos hidrológicos excepcionais, a água é tratada externamente na ETAR de Ponte de Moreira.

	2007	2008	2009
Água tratada (m ³)	9.376,0	8.325,0	10.774,3
Água saída ETAR (m ³)	5.859,7	5.187,0	7.471,3
Água tratada externamente* (m ³)	8.554,0	9.270,0	7.292,0
Lavagens (m ³)	123,7	***	163,5
Meio natural (m ³)	5.736,0	5.187,0	7.307,8

* ETAR Ponte de Moreira

*** Foram realizadas por um serviço externo

Água processada na ETAR do Aterro Sanitário da Maia (EN21)

Como já foi referido, a qualidade do efluente tratado e descarregado é normalmente elevada, resultado do tratamento terciário por Osmose Inversa. O ciclo de tratamento inclui uma lagoa de homogeneização e regularização, o tratamento biológico (nitrificação/ desnitrificação) e finalmente o tratamento por Osmose Inversa. Na tabela seguinte podemos observar os valores médios anuais dos principais parâmetros analisados do efluente.

Parâmetro	unidade	Média	VLE
Azoto amoniacal	mg/l NH ₄	<6	10
Carência Bioquímica de Oxigénio	mg/l O ₂	<5	40
Carência Química de Oxigénio	mg/l O ₂	6,98	150
Hidrocarbonetos totais	µg/l	<2.500	15.000
Índice de fenol	µg/l C ₆ H ₅ O	3,44	500
Nitratos	mg/l NO ₃	30,13	50
Óleos e gorduras	mg/l	2,4	15
pH	Escala Sorensen	7,2	6-9
Sólidos Suspensos Totais	mg/l	<5	60

VLE - valor limite de emissão segundo o Dec.-Lei 236/98

Campanhas de análise do efluente da ETAR da Maia (EN21)

EN25 Mais uma vez, e resultado da falta de informação fiável, nomeadamente da parte das Autoridades sobre o tamanho e a qualidade dos corpos de água utilizados como meio receptor pela Lipor, não podemos avaliar com segurança o impacto ou não das nossas descargas de efluentes tratados. No entanto, dado o cuidado colocado no tratamento dos efluentes leva-nos a estar convencidos que não há impactes significativos.

De facto, no caso da ETAR da Lipor II, a água descarregada em meio natural sofre um tratamento terciário com osmose inversa, pelo que podemos afirmar com toda a segurança que não afecta negativamente o corpo de água onde é descarregada.

Como forma de reforçar esta convicção, a Lipor tem em funcionamento um Plano de Monitorização Externa da Lipor II onde são controlados e analisados todos os parâmetros referentes a estas questões.

No caso dos efluentes da Central de Valorização Orgânica e uma vez que o sistema foi ligado ao colector municipal, deixou de haver impacte na linha de água Ribeira do Caneiro. Até Abril, e dado os resultados das análises periódicas e o baixo caudal descarregado, a nossa percepção é de que não houve um impacto significativo nas descargas efectuadas. Além disso, tanto um caso como o outro não estão classificados como zonas sensíveis ou de protecção especial.

Resíduos

Este é um descritor que levanta, no caso da Lipor, algumas dificuldades nomeadamente na definição dos limites do que é “gestão do negócio” ou “gestão dos resíduos da organização”, uma vez que o nosso sector de actividade é a própria gestão de resíduos.

Assim, haverá resíduos que terão que ser considerados como resultantes dos processos operacionais e não como matéria-prima das nossas unidades operacionais.

Qualquer definição dos vários indicadores terão limites muito ténues, pelo que consideraremos, neste caso, como resíduos todos aqueles que não são valorizados ou tratados dentro do Sistema Integrado Lipor.

Apresentam-se a seguir os valores de resíduos especiais produzidos, identificando os que são considerados perigosos ou não.

Apesar de no âmbito dos indicadores GRI apenas serem considerados os resíduos que são enviados para outras entidades, para tratamento, apresentamos também os rejeitados das diferentes unidades operacionais, apesar de na sua maioria serem apenas alvo de Gestão Interna.

No entanto, consideramos que este é um indicador muito importante, não só na avaliação do desempenho dos nossos processos, mas também na percepção do desempenho dos nossos parceiros e na avaliação do desempenho global do Sistema.

Uma vez que a nossa matéria-prima são os resíduos, continuamos a considerar os materiais enviados para a Reciclagem e para a Compostagem como materiais e matérias-primas e não como resíduos, e como tal não são contabilizados nestes indicadores. Apresentam-se apenas os materiais que se conseguem recuperar posteriormente aos tratamentos principais como as sucatas ferrosas da Lipor II por exemplo.

Na tabela da página 86 apresentam-se os principais rejeitados do sistema, indicando o seu destino.

	2007	2008	2009	Perigosidade
Óleos Minerais (litros)	7.400	10.200	9.300	sim
Águas Oleosas (litros)	1.000	5.500	10.500	sim
Total (litros)	8.400	15.700	19.800	
Óleos Alimentares (kg)	375,00	755,00	1.130,00	não
Serrim e trapos com óleos (kg)	41,39	-	-	sim
Embalagens contaminadas* (kg)	5.240,00	14.946,50	3.181,00	sim
Pilhas (kg)	27.260,00	28.500,00	31.160,00	sim
Baterias (kg)	56.000,00	36.900,00	34.680,00	sim
Seringas (kg)	62,80	93,00	106,60	sim
Tinteiros e Toners (kg)	580,00	1.260,00	305,00	sim
Pneus***	-	3.260,00	6.440,00	não
Total (kg)	89.559,19	85.714,50	77.002,60	
Destino - Empresas licenciadas para Valorização/ Tratamento				
Escórias (ton)	47.097	36.737	56.516,32	não
Total (ton)	47.097	36.737	56.516	
Destino - Aterro licenciado				
Sucatas Ferrosas (ton)	5.425	4.554	4.265	não
Total (ton)	5.425	4.554	4.265	
Destino - Reciclagem				

* incluem líquidos não identificados, corrosivos e nocivos e tintas e vernizes. As embalagens com óleo reportadas nos anos anteriores, em 2009 foram incluídas no projecto Plásticos Mistos e enviados para a reciclagem.

*** em 2007 não foi incluído porque, internamente não estava definido como resíduo especial

Resíduos Especiais do Sistema Lipor (EN22)

	2007	2008	2009
Rejeitados do Centro de Triagem			
Linha dos Planos - Papel e Cartão (ton)	1.211,5	1.095,9	719,4
Linha dos Volumosos - Embalagens (ton)	580,0	431,7	489,1
Finos (ton)	455,9	580,6	541,4
Pré-Triagem (ton)	1.048,6	1.136,6	1.291,7
REEE (ton)	n.d.	72,7	58,0
Total (ton)	3.295,9	3.317,5	3.099,6
Destino - Central de Valorização Energética			
Partículas conc. dos filtros de mangas (kg)	640	900	1.060
Destino - Unidade de Inertização de Cinzas da Lipor II			
Rejeitados Plataformas			
Plataforma (ton)	n.d.	935,1	816,3
Destroçados - monstros (ton)	n.d.	4.206,1	5.649,0
Total (ton)	n.d.	5.141,2	6.465,3
Destino - Central de Valorização Energética			
Rejeitados da Central de Valorização Energética			
Cinzas (ton)	32.364,0	30.037,0	30.481,9
Escórias (ton)	76.606,0	72.798,0	75.871,8
Destino - Aterro Sanitário da Maia			
Sucatas Ferrosas (ton)	5.425,0	4.554,0	4.265,2
Destino - Reciclagem			
Rejeitados da Central de Valorização Orgânica			
Metais Ferrosos (ton)	18,9	18,7	28,7
Rejeitados leves (ton)	475,5	554,8	645,6
Destino - Reciclagem			
Rejeitados pesados (ton)	1.041,0	233,6	350,9
Destino - Aterro			

Rejeitados dos diferentes processos operacionais

As cinzas apresentadas neste quadro resultam dos processos de depuração dos efluentes gasosos da Central de Valorização Energética. Apesar deste material ser depositado no Aterro Sanitário da Maia, num alvéolo próprio, sofrem um tratamento prévio no Centro de Inertização de Cinzas da Lipor II, onde sofrem um complexo processo de inertização e estabilização, que permite reduzir drasticamente a sua perigosidade.

No caso dos rejeitados da Central de Valorização Orgânica, as quantidades continuam a aumentar. Este aumento é resultado directo do aumento na entrada de materiais. Como é natural este crescimento reflecte-se nas quantidades de rejeitados produzidas.

No caso dos resíduos domésticos produzidos nas nossas instalações ainda não foi possível a sua contabilização. Dado que estamos numa instalação de gestão de resíduos, esta tipologia de resíduos é automaticamente integrada nas unidades operacionais, não se fazendo por isso o seu controlo. Isto acontece tanto nos resíduos recicláveis como nos indiferenciados.

O erro associado a este procedimento é, no entanto, insignificante, dada a diferença de grandeza destes resíduos.

A Prevenção na produção de resíduos

A questão dos resíduos é para a Lipor uma questão central. Ao mesmo tempo, estamos perfeitamente alinhados com o que são as principais directrizes da comunidade internacional, nomeadamente em relação à aposta na Prevenção como forma preferencial de lidar com a elevada produção de resíduos. Com efeito, temos assistido, associado aos elevados padrões de consumo das sociedades modernas, a um crescimento na produção de resíduos e consequentemente a um aumento dos impactes que estes provocam.

Resultado deste aumento dos impactes que estes comportamentos têm no ambiente e na Sustentabilidade do Planeta, verificamos que na base da hierarquia das opções de Gestão de resíduos se encontra a Prevenção, dando indicações claras de qual deve ser a preocupação de todos – reduzir os resíduos produzidos.

Na Lipor a criação de uma equipa multidisciplinar, o Grupo da Prevenção, foi um assumir de um compromisso de trabalho na promoção de iniciativas para que a Prevenção entre na ordem do dia. Este Grupo tem desenvolvido um conjunto muito extenso de iniciativas e actividades nesta área da Prevenção.

Mais informações sobre o trabalho desenvolvido pelo Grupo da Prevenção podem ser encontradas na página da Internet www.eunaofacolixo.com

Em 2009, em parceria com a ACR+ (Associação das Cidades e Regiões Europeias para a Gestão Sustentável dos Recursos) e com base nos bons resultados da experiência-piloto da “Semana da Prevenção” em 2008, foi possível este ano promover a 1ª Semana Europeia da Prevenção, comemorada simultaneamente em diversos países da Europa.

Nesta semana foram promovidas dezenas de actividades e iniciativas que permitiram que a Prevenção da Produção de Resíduos estivesse na ordem do dia das Autoridades Públicas e Privadas e na agenda da Comunicação Social. Como não podia deixar de ser, todo este trabalho só faz sentido se todos os actores estiverem envolvidos e motivados. Daí, considerarmos fundamental para o desenvolvimento destes projectos as parcerias que se criaram nos di-

ferentes âmbitos, nomeadamente com as Câmaras Municipais, os Restaurantes, as Associações Cívicas, as Escolas e muitas outras entidades que durante esta semana desenvolveram actividades e iniciativas de Prevenção, todas elas essenciais para o sucesso do projecto.

Derrames

A questão dos derrames na Lipor encontra-se devidamente controlada. Uma vez que não há nas nossas operações necessidade de armazenamento de grandes quantidades de líquidos perigosos ou outros materiais que possam causar derrames importantes, não há nenhuma preocupação especial em relação a este tema.

Apesar disso, temos nas zonas identificadas como zonas de risco, por exemplo de pequenas fugas de óleo de viaturas ou de lubrificação de equipamentos, instaladas bacias de retenção com separadores de hidrocarbonetos e gorduras.

Esta questão é avaliada continuamente no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental e está salvaguardada, nomeadamente através de procedimentos para a contenção e resolução de eventuais derrames e do seu registo no Sistema.

EN23 Durante este ano não foi registado nenhum derrame significativo nas nossas instalações.

3.2.2.6 Produtos e Serviços

Como já foi referido algumas vezes ao longo deste Relatório, os nossos produtos estão estreitamente ligados às operações da organização, pelo que é difícil falar da diminuição dos impactos dos produtos e serviços sem falar na melhoria do desempenho da organização, principalmente das suas unidades operacionais.

Por este facto, desde muito cedo que a melhoria da eco-eficiência tem sido para nós um objectivo, o que nos levou a definir um conjunto de indicadores operacionais que nos permitam acompanhar o desempenho da organização a este nível.

EN26 Uma das iniciativas que foi iniciada em 2009 e que pretende responder a este desafio foi o reforço da eficiência energética das nossas instalações, nomeadamente pela substituição do Sistema de Iluminação do edifício administrativo. Os resultados e as poupanças conseguidas nestas iniciativas podem ser verificados no indicador EN6.

Ao mesmo tempo, tentamos diariamente sensibilizar os nossos colaboradores, recorrendo a programas de sensibilização e modificando algumas práticas que levam a uma diminuição dos consumos, nomeadamente energia e água.

Apesar de não ter decorrido com a celeridade que gostaríamos, continuamos a trabalhar para que seja possível a utilização de combustíveis alternativos na nossa frota, nomeadamente a utilização de biodiesel proveniente de Óleos Alimentares Usados como alternativa ao gasóleo tradicional.

O abastecimento da frota Lipor com este biocombustível permitirá diminuir os impactos nas deslocações em serviço, bem como nos serviços de entregas e recolhas. O abastecimento com Biodiesel passou a ser efectuado com a mistura B10 no final de 2009, estando previsto pelo projecto chegar ao abastecimento com mistura B30 para a frota de pesados em 2010.

A complementar este projecto foi desenvolvido um projecto interno de separação de óleos alimentares usados, que está a ser utilizado pelos nossos colaboradores.

Em termos de embalagens, estas apenas são utilizadas na expedição e distribuição de composto, pelo que este é o único caso em que podemos falar de recuperação e reutilização e, conseqüentemente avaliar este impacte.

Para a expedição deste produto são utilizados, em termos de embalagens, o Filme (plástico), Paletes de Madeira e Big-Bags.

Para a recuperação destas embalagens, foi desenvolvido e está em funcionamento desde 2008 um sistema de retorno de Paletes de Madeira e de Big-Bags, permitindo a sua reutilização. Este programa de comercialização permite a entrega, a recuperação e a reutilização destas embalagens. Assim, por cada Paleta ou Big-Bag entregue com produto é cobrado um depósito que é devolvido aquando da devolução da embalagem à Lipor.

Este sistema permitiu inclusive a recuperação de embalagens expedidas antes de ter sido iniciada a sua implementação, como se pode verificar no quadro seguinte.

	2008	2009
Paletes		
Expedidas	5.010	4.533
Devolvidas*	277	1.895
% de devolução	6%	42%
Big-Bags		
Expedidos	13	1.554
Devolvidos*	83	579
% de devolução*	638%	37%

* os valores das embalagens devolvidas podem contabilizar embalagens expedidas em períodos anteriores

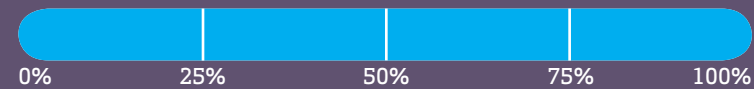
Embalagens devolvidas no âmbito do sistema de retorno de embalagens da Lipor (EN27)

No que diz respeito ao próprio produto, ou seja o composto, esta questão não se coloca uma vez que é consumido na utilização não gerando resíduos.

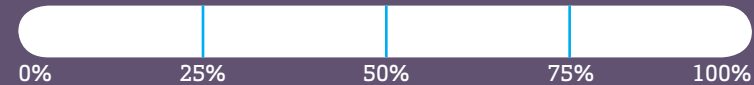
Objectivos Ambientais

Em relação aos objectivos apresentados ano passado, podemos dizer que o seu cumprimento foi satisfatório como se pode verificar, apesar de alguns não terem sido plenamente cumpridos.

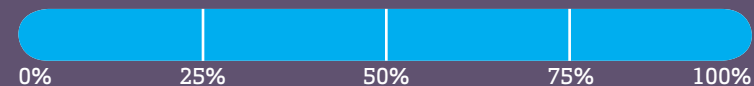
- Continuar a reduzir o volume total de água captado face ao estabelecido nas licenças das captações da Lipor, atingindo os 25 % de redução;



- Reduzir o consumo de Gás Natural por colaborador, no Centro de Triagem, em 0,2 % face a 2008;
Não atingido



- Do composto orgânico produzido, obter 3 % de "Composto Biológico";



- Desenvolver o estudo dos espaços verdes para a integração das unidades na zona envolvente à Central de Valorização Energética.



Para o ano de 2010 queremos continuar a melhorar o nosso desempenho ambiental, tentando não só completar o cumprimento dos objectivos que

- Atingir os 22% de produtividade (composto produzido / material entrado) na Central de Valorização Orgânica;

- Determinar a Eficiência Energética da Central de Valorização Energética;

- Enviar para Aterro Sanitário no máximo 10% dos resíduos produzidos na área da Lipor.

Para a avaliação do cumprimento dos objectivos, foi utilizado como critério:
0 % – não iniciado; 25 % – iniciado mas com grau de cumprimento inferior a metade;
50 % – cerca de metade realizado; 75 % – mais de metade realizado mas não concluído; 100 % – concluído

O DESEMPENHO SOCIAL

3.3. O Desempenho Social

Quando falamos em Desenvolvimento Sustentável, devemos entender a Responsabilidade Social como um pilar fundamental e um factor integrante do crescimento das organizações.

Ao assumirem um compromisso de Responsabilidade Social as empresas devem encará-lo como uma forma de contribuir para o desenvolvimento da comunidade, para a melhoria da coesão social e para uma sociedade mais justa, fundamentalmente através de um maior investimento no capital humano, no desenvolvimento das comunidades locais e no relacionamento com os diferentes parceiros.

O desenvolvimento deste trabalho pode ser realizado a partir de duas perspectivas diferentes, que se complementam e muitas vezes se cruzam: a dimensão interna e a dimensão externa. Cada vez mais, as organizações devem marcar uma posição de compromisso em relação aos seus trabalhadores, nomeadamente no que diz respeito às condições de trabalho e ao seu desenvolvimento pessoal.

Ao mesmo tempo, as organizações devem-se virar para fora, mostrando as suas preocupações com a comunidade em que estão inseridas e com o seu desenvolvimento, tornando-as parte integrante das prioridades do seu trabalho diário e das suas políticas de Responsabilidade Social.

3.3.1 Práticas Laborais

3.3.1.1 Abordagem de Gestão

Desempenho Social - Práticas Laborais

Pontos principais	Abordagem	Observações
Objectivos e Desempenho	<ul style="list-style-type: none"> As questões de Segurança, Saúde e Higiene são tratadas no âmbito da certificação do Sistema pela norma NP EN 4397/OHSAS18001. No âmbito do Balanced Scorecard, a perspectiva Aprendizagem e Crescimento é parte integrante da estratégia e ocupa uma posição de destaque. Neste âmbito está incluída a questão da Formação, nomeadamente sobre Boas Práticas para a Segurança, e que é para nós essencial para o bom funcionamento da organização e para o crescimento dos colaboradores. 	No final deste capítulo apresentamos os nossos objectivos, alinhados com as questões materiais da área social, nomeadamente os resultados obtidos no ano passado bem como os objectivos definidos para o próximo ano.
Política	<ul style="list-style-type: none"> Como entidade pública cumprimos todos os pressupostos da legislação nacional relativamente ao recrutamento. Assim, todas as questões como trabalho infantil, discriminação de género, raça ou outras, trabalho escravo, etc. são controladas a nível superior pelo próprio Estado. A nossa política de Higiene e Segurança permite-nos também salvaguardar as questões de higiene, saúde profissional e segurança. 	A Política da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social da Lipor pode ser consultada em http://www.lipor.pt/Lipor > Missão, Visão e Valores e Política
Responsabilidade Organizacional	<ul style="list-style-type: none"> A responsabilidade pelo trabalho realizado no âmbito da gestão dos Recursos Humanos e Higiene e Segurança é partilhada pela responsável pelo Departamento de Qualidade Ambiente e Segurança, Eng.^a Isabel Nogueira, e pela responsável do Departamento de Recursos Humanos, Dr.^a Cláudia Pacheco, reportando ambas directamente ao Administrador-Delegado. 	
Sensibilização e Formação	<ul style="list-style-type: none"> No âmbito do processo de implementação do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social, segundo a SA 8000, passou a ser um objectivo estratégico todos os colaboradores terem duas horas de formação anuais sobre as temáticas da Responsabilidade Social, nomeadamente das Práticas Laborais. 	
Monitorização e acompanhamento	<ul style="list-style-type: none"> Temos implementado o Sistema de Gestão da Segurança, Saúde e Higiene no Trabalho pela norma NP EN 4397/OHSAS18001, devidamente certificado. Realizamos, neste âmbito um conjunto de análises à qualidade do ar, ao ruído, ao conforto térmico e à iluminação nos diferentes postos de trabalho da organização. Temos também implementado o Sistema de Gestão da Responsabilidade Social, certificado pela norma SA 8000. No âmbito destes Sistemas de Gestão são realizadas auditorias internas e externas à organização. 	
Informação Adicional	<ul style="list-style-type: none"> Em 2009 foi realizado o Estudo do Clima Social, que nos permite avaliar o desempenho da Lipor nestas áreas e a satisfação dos nossos colaboradores com a organização. Este estudo realiza-se de 2 em 2 anos. Em relação aos Recursos Humanos, o ano de 2009 foi o primeiro ano em que a plataforma informática para a Gestão dos Recursos Humanos - o MyGiaf - funcionou durante todo o ano, melhorando muito a sua Gestão. 	

3.3.1.2 Indicadores de Práticas Laborais

A Lipor, como Associação de Municípios apresenta algumas particularidades, devido à sua natureza jurídica especial. Este enquadramento específico implica diferenças significativas principalmente quando falamos da gestão dos Recursos Humanos. Estas diferenças serão explicadas sempre se considere necessário para a melhor compreensão dos indicadores apresentados.

Em relação ao número e ao vínculo dos colaboradores da Lipor, as flutuações não têm sido significativas, tendo em 2009 a Lipor 233 colaboradores.

Tipo de ligação à Lipor	Tipo de Contrato	2007	2008	2009
Colaboradores directos	Pessoal do Quadro	124	121	228
	Contratos Sem Termo	50	113	0
	Contratos a Termo certo	48	5	0
	total	222	239	228
Trabalho Supervisionado	Trabalhadores independentes	21	8	0
	Estagiários	3	0	2
	Projecto Vida-Emprego	1	3	3
	total	25	11	5
Trabalhos Ocasio-nais (independentes)	Trabalho temporário	18	47	49
	Consultores	9	9	1
	total	27	56	50

Nota: Temos alguns estagiários ao abrigo de protocolos com Escolas e Universidades mas que não estão contemplados neste indicador.

Total de colaboradores da Lipor (LA1)

Neste número total de colaboradores consideramos os colaboradores directos e os supervisionados. Todos estes colaboradores estão em regime de horário a tempo inteiro.

Claro que, dada a natureza da prestação de serviços dos trabalhadores independentes, esta questão do horário de trabalho não é aplicável. Por outro lado, todos os colaboradores de trabalho temporário estão em regime de horário completo.

Apesar do valor de rotatividade ser superior ao valor do ano passado - 2%, este facto deve-se à alteração da metodologia de cálculo do indicador (ver Notas Metodológicas). Apesar disso, a taxa de rotatividade continua a ser muito baixa, como se pode verificar na tabela seguinte. Apesar de normalmente a maior parte das saídas serem na idade da reforma, este ano tivemos algumas saídas nas faixas etárias mais baixas. De qualquer modo podemos continuar a encarar a baixa rotatividade como um sinal positivo em relação à satisfação dos colaboradores com as condições que encontram na organização.

2009

Taxa de Rotatividade	Estrutura etária										Género	
	18-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	>65	Masculino	Feminino
Colaboradores a 31-12-2009	19	37	45	37	24	28	28	12	3	0	172	61
Saídas	1	3	1	2	1	0	0	0	2	0	8	2
Entradas	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2	1
Taxa	10,53%	10,81%	2,22%	5,41%	8,33%	0,00%	0,00%	0,00%	66,67%	0,00%	5,81%	4,92%

Taxa de Rotatividade (LA2)

LA3 Neste momento não há trabalhadores a tempo parcial, pelo que não se coloca a questão de igualdade de benefícios em relação aos que estão a trabalhar a tempo inteiro.

De qualquer modo, sempre foi política da Lipor tratar todos os trabalhadores com igualdade. Os trabalhadores em regime de trabalho temporário, estão colocados ao abrigo de um contrato com uma empresa de Trabalho Temporário, pelo que as questões dos benefícios destes colaboradores são salvaguardadas pela própria empresa.

LA4 Como já referido anteriormente, o nosso regime jurídico de Associação de Municípios limita-nos muito os processos de contratação. O regime de negociação colectiva e a participação dos trabalhadores da Administração Pública em regime de direito público estavam estabelecidos na Lei nº 23/2004, de 22 de Junho.

Já em 2008 foi aprovada a Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro que estabeleceu os novos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas nos serviços da administração directa e indirecta do Estado, como é o caso dos trabalhadores da Lipor. Da mesma forma que a legislação anterior, agora revogada, este diploma também permite a realização de contratos colectivos de trabalho.

Também este ano entrou em vigor a Lei nº 59/2008 de 11 de Setembro que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas e que regula a realização de contratos colectivos de trabalho.

De qualquer modo, actualmente nenhum colaborador da Lipor se encontra abrangido por um contrato colectivo de trabalho.

LA5 Sendo uma organização de âmbito regional, a dispersão geográfica das suas instalações não é significativa, o que implica que mesmo que haja mudanças nos postos e locais de trabalho, não implica uma grande alteração em termos geográficos. No entanto, a Lipor não altera posições ou locais de trabalho sem consultar os seus trabalhadores. Mesmo em relação a mudanças de função e categorias, estas situações são sempre discutidas com os colaboradores, não havendo por isso mudanças forçadas. Na maior parte das vezes estas alterações são realizadas por sugestão ou pedido expresso do colaborador. Não há, no entanto, nenhuma política formal sobre esta questão. Em 2009 não se verificou nenhuma alteração em termos de mobilidade interna.

Em relação aos despedimentos é aplicada a legislação sobre os Contratos de Trabalho, ou seja o Código do Trabalho, como em qualquer outra organização.

Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

Tendo a Lipor implementado um Sistema de Gestão da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, integrou neste Sistema todas as questões relacionadas com a Segurança e a Saúde dos seus colaboradores. Este facto é ainda mais relevante, uma vez que este Sistema de Gestão está certificado pelo normativo NP EN 4397/ OHSAS 18001, contribuindo na prática para uma melhor gestão dos riscos e para a protecção da saúde e da integridade física dos colaboradores.

Apesar de, devido principalmente a questões de ordem prática ainda não ter sido possível certificar toda a organização segundo esta norma, o Conselho de Administração decidiu e tem mostrado todo o seu empenho em que as práticas de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho implementadas no âmbito do Sistema, sejam aplicadas a toda a organização, independentemente das unidades estarem certificadas ou não.

Um Sistema de Gestão desta natureza deve basear todo o seu trabalho na avaliação de riscos. Esta avaliação é realizada periodicamente pela nossa equipa de Higiene e Segurança que, ao mesmo tempo avalia as necessidades de adopção de medidas adicionais de protecção, seja a nível estrutural seja em termos da utilização de equipamento de protecção individual.

Ainda no seguimento deste trabalho são realizadas diversas iniciativas, principalmente a nível da sensibilização, que, acreditamos, contribuem significativamente para a melhoria das condições de trabalho e para a sua segurança.

Como exemplo desta questão, podemos referir a promoção de diversas acções de formação que abordam temas importantes e que contribuem para a prevenção de acidentes e de doenças profissionais. O espectro de formações é bastante abrangente, podendo ir de áreas como a formação de incêndios e a movimentação de cargas, até questões mais simples mas também extremamente importantes como a utilização de EPI's e a correcta lavagem das mãos. Temos, ao mesmo tempo, e para além destas acções directamente relacionadas com o seu trabalho e com as suas funções, tentado promover ao longo dos últimos anos um conjunto de formações complementares que tentam abordar temas que consideramos fundamentais para o crescimento individual na sociedade e para a melhoria da sua qualidade de vida e das suas famílias.

Nos últimos anos foram abordados temas como o Tétano, a Alimentação e o Cancro, as Doenças Sexualmente Transmissíveis e a Diabetes entre muitos outros.

Este ano, resultado também da proximidade de um episódio pandémico da Gripe A abordamos esta temática, promovendo uma sessão de esclarecimento a todos os colaboradores.

De modo a podermos ter uma resposta mais eficiente às necessidades dos nossos colaboradores e podermos evitar pequenos problemas que poderão ter consequências mais graves no futuro, temos o apoio de uma empresa da área dos Serviços de Medicina do Trabalho, que nos permite ter uma Médica de Trabalho na Lipor permitindo antecipar e actuar preventivamente em caso de risco.

No período em análise neste Relatório não foi detectado nenhum caso de Doença Profissional nos nossos colaboradores.

Todos os programas de prevenção realizados, nomeadamente os programas de sensibilização, prevenção e tratamento de doenças profissionais e graves, continuam a estar limitados aos nossos colaboradores, como se pode observar no quadro seguinte. Também a disponibilização do médico de trabalho e de um médico de medicina preventiva é apenas destinado aos colaboradores, não estando previsto o seu alargamento nem aos seus familiares nem à comunidade.

LA6 Neste momento, ainda está em funcionamento o segundo comité eleito para representar os trabalhadores no âmbito do Sistema de Gestão da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, e consequentemente na resolução e avaliação das questões relacionadas com esta temática. Além deste comité está também criado um comité de Representantes da Administração para a Segurança.

Como foi referido anteriormente, a Administração definiu que apesar de a Certificação estar limitada a algumas áreas, todas as práticas de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho seriam aplicadas a toda a organização, considerando ao mesmo tempo que estes comités são representativos de todos os colaboradores da organização.

As próximas eleições para os Representantes dos Colaboradores para a Segurança estão previstas decorrer em 2010.

Apesar de todo o trabalho realizado neste âmbito, nomeadamente os programas de sensibilização, formação e acompanhamento, as alterações estruturais e a disponibilização dos EPI's necessários, muitas vezes não é eficaz, havendo sempre descuidos ou negligência que podem causar acidentes.

Assim, podemos verificar que este ano houve uma ligeira subida nos índices, quer de frequência quer de gravidade. Apesar de ligeira, esta subida não deixa de nos preocupar, obrigando a reforçar as nossas acções de sensibilização aos colaboradores mas também as medidas fiscalizadoras de modo a contrariar esta tendência o mais rapidamente possível.

Destinatários dos Programas	Educação / Formação	Iniciativas		
		Aconselhamento	Prevenção / Controlo de Risco	Tratamento
Colaboradores	Sim *	Médica do Trabalho	Médica do Trabalho Rastreio Visual	Médico de Clínica Geral
Familiares dos colaboradores	Não	Não	Não	Não
Comunidade	Não	Não	Não	Não

* Semana da Saúde; Gripe A; Sensibilização para o Cancro.

Programas de prevenção e controlo de risco em relação a doenças graves (LAB)

2009

Pólo	Número de colaboradores	Taxa de Frequência (Tf)	Taxa de Gravidade (Tg)	Acidentes Mortais
Maia (CVE)	3	0	0	0
Baguim do Monte (CT+CVO+geral)	230	96,27	1.600	0

2008

Pólo	Número de colaboradores	Índice de Frequência (Tf)	Índice de Gravidade (Tg)	Acidentes Mortais
Maia (CVE)	3	0	0	0
Baguim do Monte (CT+CVO+geral)	236	89,85	1.360	0

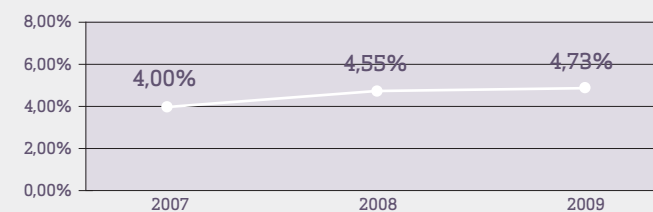
2007

Pólo	Número de colaboradores	Índice de Frequência (Tf)	Índice de Gravidade (Tg)	Acidentes Mortais
Maia (CVE)	3	0	0	0
Baguim do Monte (CT+CVO+geral)	244	94,9	630	0

No cálculo destes índices não são consideradas as pequenas lesões (acidentes de trabalho sem baixa).

Índices de Gravidade e Frequência nos dois pólos da Lipor (LA7)

Apesar da ligeira subida verificada na taxa de absentismo, esta mantém-se relativamente constante e com valores relativamente baixos. Esta evolução pode ser verificada no gráfico seguinte. De notar que a taxa de absentismo a partir de 2007 foi recalculada utilizando os pressupostos da GRI G3, que podem ser consultados no capítulo das Notas Metodológicas.



Taxa de Absentismo na Lipor (LA7)

LA9 À semelhança do que se passou nos anos anteriores continuamos a não ter nenhum acordo formal com Sindicatos. De facto nunca se sentiu, nem por parte da Lipor, nem por parte dos Sindicatos a necessidade de se celebrar um acordo formal, uma vez que no âmbito da Certificação pelas normas NP 4397/ OHSAS 18001 e de todo o trabalho realizado nesta área da Higiene e Segurança, todas as questões têm sido tratadas com grande profundidade.

Formação e Educação

Para a Lipor o capital Humano ocupa um lugar preferencial nas nossas preocupações. Acreditamos que o sucesso ou fracasso dos nossos projectos e da nossa organização está intimamente ligado à motivação e empenho dos colaboradores envolvidos.

Por isso acreditamos que a aposta em colaboradores motivados e com as ferramentas adequadas às suas funções é uma aposta ganha e fundamental para termos chegado até aqui. É lógico por isso, que continuemos a apostar na formação e no crescimento dos nossos colaboradores, contribuindo para que, além de melhores no desempenho das suas funções, sejam melhores cidadãos nas suas comunidades.

LA11 Sendo a Lipor uma organização pública, torna-se difícil fazer uma Gestão de Carreiras individual, uma vez que estamos sujeitos a uma regulamentação muito apertada, pelo regime de carreiras da Função Pública. Com efeito, sendo uma pessoa colectiva de direito público encontra-se vinculada ao regime de Vínculos, Carreiras e Remunerações da Função Pública. Deste modo, a Gestão de Carreira é realizada através dos procedimentos administrativos que estão devidamente legislados.

Em contrapartida temos uma forte aposta na formação e melhoria de competências dos colaboradores de modo a que possam, caso o queiram, melhorar as suas ferramentas de trabalho e as suas capacidades.

A par com esta formação, há uma forte preocupação com a evolução profissional dos nossos colaboradores dando-lhes a oportunidade de ocuparem novos postos e funções através de mudanças e concursos internos.

Como já referido no Relatório do ano passado, no início de 2009 houve uma alteração muito significativa em termos de carreira e progressões na Função Pública, tendo as mais de 600 carreiras existentes passado a apenas 4. Na Lipor foram precavidas as diferentes situações laborais dos nossos colaboradores de modo a que esta transição decorresse sem problemas para os colaboradores. Os indicadores apresentados ao longo deste Relatório já reflectem esta alteração.

LA12 A avaliação do desempenho dos colaboradores da Lipor (e de toda a função pública) é realizada através do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP) e a sua aplicação é efectuada de acordo com a Lei n.º 10-A/2004 de 22 de Março, sendo a sua aplicação à Administração Local adaptada pelo Decreto-Regulamentar nº 6/2006 de 20 de Junho. Este sistema baseia a avaliação dos colaboradores em três áreas distintas, os objectivos individuais, as competências e a atitude do colaborador. Este Sistema irá sofrer algumas alterações no início de 2010, pelo que estaremos atentos de modo a poder acautelar as preocupações dos nossos colaboradores.

Este facto de sermos uma organização pública leva-nos a ter algumas dificuldades e limitações, nomeadamente a nível de remunerações e de progressão na carreira, o que em certos casos pode levar a algumas dificuldades na motivação dos nossos colaboradores. Não só por isso, mas também porque acreditamos no desenvolvimento pessoal e na importância do conhecimento, continuamos a apostar na formação, como uma questão essencial no crescimento da organização.

A formação é, sem dúvida, a melhor forma de melhorar as competências dos colaboradores, quer através da obtenção de ferramentas que lhes permitam um melhor desempenho, quer pela adequação dos seus conhecimentos às suas funções e postos de trabalho.

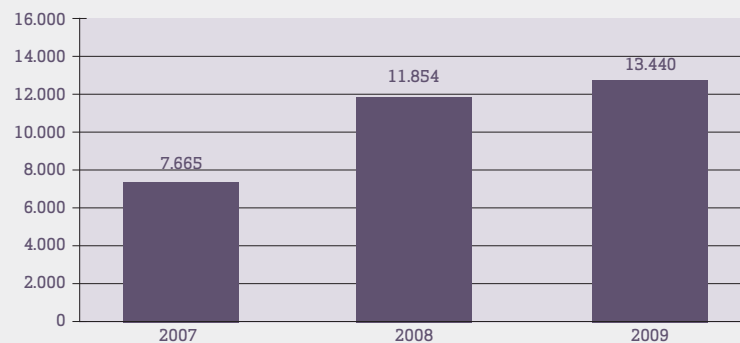
Na tabela abaixo podemos acompanhar as horas de formação realizadas pelos colaboradores da Lipor, de acordo com a sua categoria funcional.

Categoria Funcional*	Colaboradores	Horas de Formação	Formação/ Colaborador
Dirigentes	1	0	0
Técnicos Superiores	46	4.946	107,52
Assistentes Técnicos	42	2.534	60,33
Assistentes Operacionais	144	5.960	41,39
Total	233	13.440	57,68

* as categorias funcionais foram alteradas em relação a 2008. Ver indicador LA11.

Média de horas de formação por ano, por colaborador (LA10)

Também o número total de horas de formação proporcionadas aos nossos colaboradores continuou a crescer em 2009, como se pode ver no gráfico seguinte. Este crescimento reforça, sem dúvida, a aposta da Administração em proporcionar as melhores ferramentas aos colaboradores da Lipor.



Horas de Formação Totais

A Certificação de Competências

LA11 Neste momento é consensual que a formação dos colaboradores é fundamental para o seu desempenho individual e consequentemente para o desempenho da equipa e da organização.

Também na Lipor acreditamos que além da melhoria das suas capacidades profissionais, a formação contribui de forma decisiva para o crescimento pessoal de cada um.

Com base nestas premissas continuamos a promover um conjunto diversificado de oportunidades de formação a todos os nossos colaboradores.

O Programa de Certificação de Competências (formação RVCC) continua a ser uma das prioridades de formação na Lipor, permitindo aos nossos colaboradores a finalização da formação escolar básica. Em 2009 foi possível a 16 colaboradores terminarem o 12º ano de escolaridade, estando ainda inscritos mais 28 colaboradores que possivelmente terminarão no próximo ano. Este programa é desenvolvido em colaboração com a Associação para o Desenvolvimento da Cidade de Ermesinde (ADICE) como entidade formadora e gerido e acompanhado internamente pelo nosso Departamento de Recursos Humanos.

De modo a facilitar a formação aos nossos colaboradores, este programa está a ser realizado nas nossas instalações, tendo a Lipor reservado uma sala e disponibilizando computadores para a formação. Como motivação extra, a Lipor disponibiliza uma hora de trabalho dos colaboradores para a frequência da formação.

A adesão a esta iniciativa continua a ser grande, o que além de nos deixar muito satisfeitos, nos motiva a continuar.

Formação Transversal

Além da formação profissional que disponibilizamos, complementada pela formação básica já referida, iniciámos em 2009 uma nova abordagem à formação – a Formação Transversal. Nesta formação, organizada e promovida pelo Departamento de Recursos Humanos, são disponibilizadas formações de curta e média duração sobre diversos temas de interesse prático, como línguas e informática, que os colaboradores podem frequentar de forma gratuita nos seus tempos livres, melhorando assim as suas capacidades e aptidões. Esta formação tem tido bastante sucesso, tendo já sido organizados 6 cursos de formação, com a participação de 86 colaboradores.

Formação Interna de Quadros

A “Formação Interna de Quadros” já é neste momento uma obrigatoriedade no plano formativo da Lipor. De facto, continua a ser uma das iniciativas com mais sucesso que temos desenvolvido. Para este sucesso contribuem alguns factores que nos parecem importantes, nomeadamente a selecção dos temas e dos oradores. A selecção de temas da actualidade e de áreas diferentes da nossa actividade levam a que a curiosidade seja aguçada e a participação sempre elevada.

Também o facto dos oradores convidados serem pessoas de nomeada e com provas dadas nos temas seleccionados levam a que estas acções se transformem em espaços interessantes de troca de ideias e debate.

Em 2009 tivemos connosco, entre outros o Prof. Luís Alvim, que nos falou do “Processo Estratégico”, o Dr. Luís Filipe Reis que nos veio falar sobre “A Gestão da Marca” e a Dr.ª Maria Teresa Roseta, que nos falou da “Resiliência”.

Igualdade de Oportunidades

Em termos da Igualdade de Oportunidades, a Lipor não está numa situação preocupante, antes pelo contrário. De facto, devido ao seu enquadramento jurídico, a Lipor está sujeita a regras e procedimentos muito claros que eliminam, quase por completo, qualquer tipo de discriminação, seja de género ou outro.

A gestão dos Recursos Humanos está muito dependente da legislação nacional publicada, que tem como objectivo principal garantir a igualdade de oportunidades e a não-discriminação.

LA14 Isto é verdade também no caso da remuneração. A remuneração para as diversas carreiras e postos de trabalho está definida por legislação própria e aplicável a todos os colaboradores da Função Pública, o que não permite a definição de remunerações diferenciadas em qualquer caso. Assim, não pode haver, e não há, discriminação em relação à fixação dos valores remuneratórios. A revisão anual das remunerações dos funcionários e agentes da administração central, local e regional, a actualização dos índices 100 e as escalas salariais em vigor, bem como as tabelas de ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem ficaram definidos para 2009 pela Portaria n.º 1553-C/2008 de 31 de Dezembro. Desta forma não há possibilidade de haver diferenças remuneratórias discriminatórias entre os nossos colaboradores.

LA13 Quando falamos em termos de Gestão de Topo, nomeadamente a nível da Administração, o controlo da organização sobre estas matérias é ainda menor, uma vez que apenas o Administrador-Delegado é parte integrante dos quadros da organização e é nomeado. Os restantes elementos do Conselho de Administração, como já referido anteriormente, são eleitos pelos cidadãos e definidos pelos Municípios.

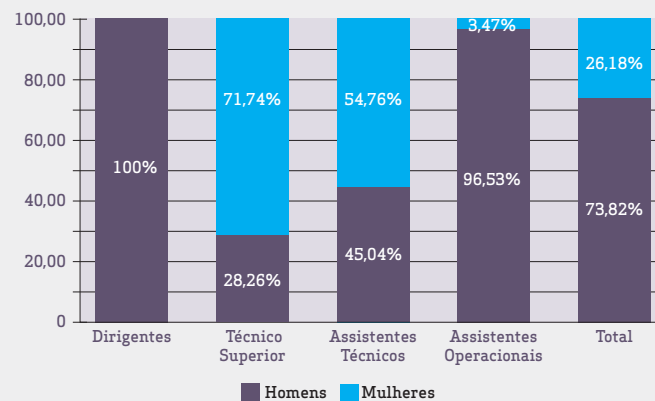
A Lipor tem na Gestão de Topo dois órgãos, a Assembleia Intermunicipal, constituída por um Presidente de Câmara e dois Vereadores de cada município, num total de 24 elementos e o Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração são eleitos entre os membros da Assembleia, um Vereador de cada município e um Presidente de Câmara (que será o Presidente do Conselho de Administração), num total de 8 elementos. Na actual Assembleia Intermunicipal estão presentes duas mulheres, uma das quais faz parte do Conselho de Administração.

A análise das tabelas e dos quadros seguintes permite verificar em detalhe a constituição dos nossos recursos humanos. Estes valores espelham bem o clima de igualdade que se preconiza na organização.

Se à primeira vista a distribuição por género na categoria de Assistentes Operacionais nos poderia levar a pensar que não haveria facilidades para as mulheres entrarem na organização, este facto é contrariado pelo número de mulheres noutras categorias, como os Técnicos Superiores e os Assistentes Técnicos, em que inclusive são mais que os homens.

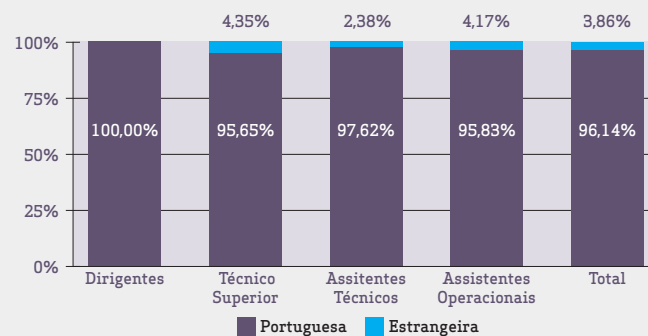
Género e estrutura etária dos colaboradores da Lipor	Total	Estrutura etária																				
		18-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		> 65		
		m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	
Dirigentes	1																					1
Técnicos superiores	46	1		1	9	6	10	3	13		1	1		1								
Assistentes Técnicos	42		2	6	3	9	9	1	2	1	2	1		1	4				1			
Assistente Operacional	144	16		18		9	2	18		19	1	26		22		8	2	3				
Total	233	17	2	25	12	24	21	22	15	20	4	28	0	24	4	9	3	3	0	0	0	0

Género e estrutura etária dos colaboradores da Lipor (LA13)



Distribuição dos colaboradores por género (LA13)

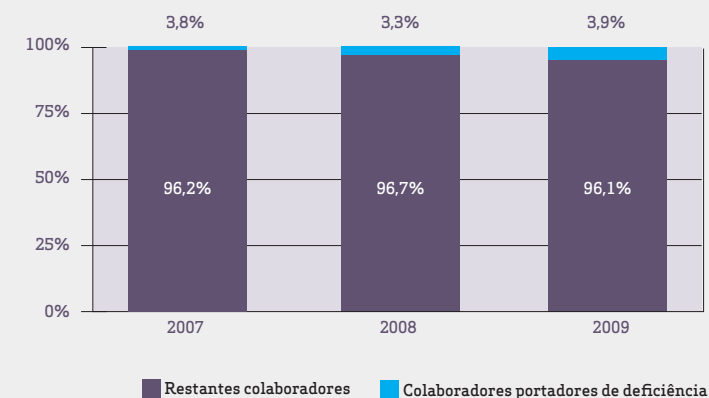
Outra questão que também não levanta muitas preocupações é a nacionalidade dos colaboradores. Mas ao mesmo tempo esta é uma falsa questão, uma vez que está intimamente ligada ao sistema de contratação da Administração Pública a que estamos obrigados e portanto fora do nosso controlo.



Distribuição dos colaboradores por nacionalidade (LA13)

Em relação à integração de colaboradores com deficiência, o número de colaboradores tem-se mantido inalterado, resultado, principalmente de não haver candidatos nestas condições aos concursos abertos.

É interessante verificar que todos os colaboradores nesta situação pertencem à categoria de Assistente Operacional. Também este resultado resulta do processo natural de selecção e não de nenhuma medida discriminatória. Em termos de acolhimento no posto de trabalho, estes colegas estão perfeitamente integrados quer na função que desempenham quer no ambiente de companheirismo que encontram.



Colaboradores Portadores de Deficiência na Lipor (LA13)

3.3.2 Direitos do Homem

3.3.2.1 Abordagem de Gestão

Desempenho Social - Direitos do Homem

Pontos principais	Abordagem	Observações
Objectivos e Desempenho	<ul style="list-style-type: none"> Dada a área de intervenção da organização, a Área Metropolitana do Porto, bem como o carácter público da Lipor, não foi considerado haver risco significativo de violação dos Direitos Humanos. 	No final deste capítulo apresentamos os nossos objectivos, alinhados com as questões materiais da área social.
Política	<ul style="list-style-type: none"> Não há nenhuma política formalizada para a gestão dos assuntos relacionados com os Direitos do Homem sendo que a nossa actuação nesta área segue as indicações presentes na legislação que nos rege. Sempre houve abertura da organização à Associação Colectiva e à participação em Organizações de Trabalhadores como Sindicatos. Temos colegas sindicalizados e dirigentes sindicais que reforçam esta posição. A implementação da SA 8000 e a integração na nossa política da Responsabilidade Social veio colmatar algumas fragilidades que havia nesta área. 	A Política da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social da Lipor pode ser consultada em http://www.lipor.pt/Lipor > Missão, Visão e Valores e Política
Sensibilização e Formação	<ul style="list-style-type: none"> No âmbito do processo de implementação do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social, segundo a SA 8000, passou a ser um objectivo estratégico que os nossos colaboradores tenham duas horas de formação anuais sobre as temáticas da Responsabilidade Social, nomeadamente dos Direitos Humanos. 	
Monitorização e acompanhamento	<ul style="list-style-type: none"> No âmbito do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social (SA8000) estas questões são devidamente acauteladas, estando também direccionadas para a nossa cadeia de valor. Além do procedimento implementado para controlo dos fornecedores que prestam serviços nas nossas instalações, nomeadamente a apresentação de toda a documentação relevante (BI, Seguro, Certificado de Aptidão, etc.) e que nos garante que não há trabalhadores em condições não adequadas, os nossos fornecedores têm a obrigatoriedade de assinar uma Declaração de Compromisso e um Código de Conduta relativamente ao cumprimento de cláusulas de Direitos Humanos. Em relação à SA 8000, actualizámos a Certificação para a versão de 2008, SA 8000:2008. 	

3.3.2.2 Indicadores de Direitos do Homem

HR1 Quando falamos em controlo das áreas de Direitos Humanos, a Lipor está limitada nas suas opções pela legislação específica quer para a contratação de colaboradores quer para a aquisição de bens e serviços.

No entanto, e uma vez mais no âmbito do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social, temos solicitado a todos os nossos fornecedores a assinatura do “Código de Conduta de Fornecedores” onde está explícito que devem ser cumpridos os Direitos Humanos básicos não só na Lipor mas na empresa contratada.

Esta “obrigatoriedade” existe também nos contratos de investimento. No nosso caso, definimos como contrato de investimento os contratos que, pelo seu valor base, careçam de aprovação por parte do Conselho de Administração ou contratos que estejam inscritos no Plano Plurianual de investimentos (contratos de duração até 3 anos e em algumas situações específicas superiores). No seguimento desta definição, tivemos este ano 10 contratos de investimento. Em todos estes contratos, que segundo as condições anteriores foram considerados “Contratos de Investimento”, todos os fornecedores assinaram o Código de Conduta de Fornecedores no âmbito da Norma SA 8000, ou seja 100%.

No âmbito do processo de implementação da SA 8000, foi elaborado um Plano de Avaliação de Fornecedores que, de acordo com a sua significância em termos de fornecimentos, pode contemplar auditorias, visitas na realização de trabalhos nas nossas instalações ou a resposta a um auto-diagnóstico.

A selecção do método a utilizar tem em linha de conta as questões de impacto e criticidade de cada um dos fornecedores.

Este Plano traça também as prioridades dos fornecedores a avaliar e a escala temporal, uma vez que por razões de ordem prática não podemos avaliar todos os fornecedores ao mesmo tempo.

Em 2009 foram realizadas 17 avaliações, conforme está explícito no quadro seguinte.

	2008	2009*
Auditorias de 2ª parte	2	2
Visitas (instalações Lipor)	3	3
Auto-diagnósticos	20	12

* 8 auto-diagnósticos preenchidos em reuniões presenciais

Tipologia da avaliação a fornecedores relativa à Responsabilidade Social (HR2)

Durante este ano recorreremos a um total de 708 fornecedores, dos quais 171 foram considerados significativos. Assim, foram avaliados 2,4% dos fornecedores totais e 9,9% dos fornecedores considerados significativos. Estes valores devem ter em linha de conta que o número de fornecedores avaliados está sub-estimado, uma vez que não entra em linha de conta com os que foram avaliados no ano passado.

HR3 Como já tinha sido definido no ano passado, continuamos a insistir na formação em Responsabilidade Social, estando definido que todos os colaboradores iriam frequentar uma acção de formação em questões relacionadas com os direitos humanos.

Assim, e apesar de continuarmos a encarar as nossas operações como de baixo risco nesta área, cada colaborador teve, também este ano uma hora de formação em Responsabilidade Social, no âmbito do trabalho de implementação do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social.

HR8 Quanto ao pessoal de Segurança não houve nenhuma formação específica nesta área. No entanto, os procedimentos da organização (que incluem as questões da Responsabilidade Social) são alvo de formação para todos os elementos da Segurança que iniciam serviço na organização. O Pessoal de Segurança que opera na Lipor pertence a uma empresa externa, subcontratada, não se tratando de colaboradores directos.

Procedimentos de controlo de fornecedores, acompanhamento dos fornecedores dentro das instalações e autorizações de entrada são algumas das funções em que o pessoal de Segurança é fundamental e em que as questões dos Direitos Humanos podem ser detectadas.

No início do ano a empresa contratada foi alterada, mas foi possível negociar a manutenção na nova empresa de 5 dos elementos que já estavam colocados na Lipor. Foram integrados 4 novos elementos que receberam um pacote completo de formação de integração. Podemos afirmar, desta forma, que 100% dos elementos da Segurança da Lipor têm formação.

HR5 Na Lipor é fácil perceber que não há operações sensíveis em termos de risco de direito de liberdade de associação. A par desta questão, não há também a nível da organização pressões que pudessem dificultar a associação e a livre organização dos colaboradores.

A comprovar esta questão está o facto de haver 42 colaboradores sindicalizados e inclusive 2 dirigentes sindicais, indicação clara de que não há nenhuma proibição ou impedimento em o fazer.

HR4 Ao longo do ano não foi apresentada qualquer queixa formal ou informal em relação a casos de discriminação, quer entre níveis hierárquicos diferentes, quer entre colegas. Além disso não chegou ao conhecimento da Gestão qualquer indício ou rumor que apontasse a existência de algum caso.

HR6 e HR7 As situações mais críticas que podemos encontrar na Lipor, relativamente a atentados aos Direitos Humanos (trabalho infantil, trabalho forçado ou escravo) são as obras de construção civil, na sua maioria subcontratadas.

O grande controlo que fazemos a todos os fornecedores que entram nas nossas instalações, para prestar algum serviço, permite-nos de forma eficaz detectar situações de violação destes preceitos. Este controlo verifica a documentação dos trabalhadores como o Bilhete de Identidade, o seguro do trabalhador e o certificado de competências e/ou formação específica para o serviço a executar.

Este controlo logo à entrada permite despistar situações de não-conformidade com os Direitos Humanos, também nos nossos fornecedores.

Este procedimento dá-nos algumas garantias de que, mesmo em relação aos nossos parceiros, os Direitos são cumpridos.

Em relação ao nosso próprio caso, mais uma vez, a nossa capacidade de autonomia está limitada por questões legais. Quando falamos em trabalho forçado ou escravo nenhuma das nossas unidades operacionais está em situação de risco.

Além disso, quer os horários, quer o número de horas trabalhadas, quer mesmo as remunerações, estão perfeitamente definidas em legislação, prevenindo estas situações. As regras e os princípios gerais em matéria de duração e horário de trabalho na Administração Pública estão definidos na Lei 59/2008 de 11 de Setembro.

Também neste caso não está prevista nem foi realizada formação específica. Todas estas situações relacionadas com os Direitos Humanos estão salvaguardadas pela implementação do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social, já Certificado pela norma SA 8000.

De facto, no âmbito da implementação deste Sistema, foi reforçada a possibilidade dos colaboradores reportarem situações de violação dos seus direitos (trabalho escravo, falta de pagamento, más condições de trabalho) quer por escrito, na Caixa de Sugestões, quer pessoalmente através do Representante dos Trabalhadores (eleito entre todos).

Além disso nas auditorias realizadas para a Certificação deste Sistema são realizadas entrevistas individuais e confidenciais por auditores externos onde estas situações poderão ser denunciadas, caso existam.

Até ao momento não houve nenhuma situação reportada que indicasse a violação dos Direitos Humanos.

3.3.3 Sociedade

3.3.3.1 Abordagem de Gestão

Desempenho Social - Sociedade

Pontos principais	Abordagem	Observações
Objectivos e Desempenho	<ul style="list-style-type: none"> A nossa preocupação principal é sermos um motor de desenvolvimento para a Sociedade, apoiando e promovendo iniciativas que apoiem o seu crescimento. Está disponível na internet um Regulamento (criado em 2008) para a atribuição de subsídios e apoios, que dá corpo à nossa política social, deixando bem claro quais as áreas a apoiar, nomeadamente o Desenvolvimento e a Educação. 	No final deste capítulo apresentamos os nossos objectivos, alinhados com as questões materiais da área social, nomeadamente os resultados obtidos no ano passado bem como os objectivos definidos para o próximo ano.
Política	<ul style="list-style-type: none"> No que diz respeito ao nosso impacto na Sociedade, nomeadamente em relação aos riscos relacionados com suborno e corrupção, tráfico de influências e práticas monopolistas consideramos sempre que a legislação a que estamos sujeitos é bastante rigorosa, não sentindo necessidade de criar uma política formal para estas questões, bastando o preceito de cumprirmos a legislação. No entanto, o Conselho de Administração aprovou, no final do ano, um "Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas", tendo o mesmo sido remetido, ao Conselho de Prevenção da Corrupção. Esta é uma questão de ética que está expressa não só nos nossos valores mas também no nosso Código de Ética. 	O nosso Código de Ética está disponível na página da internet www.lipor.pt Lipor > Quem Somos > Código de Ética
Responsabilidade Organizacional	<ul style="list-style-type: none"> A responsabilidade nesta área é partilhada por diversos colegas, já que é uma área transversal. Podemos destacar, no entanto, como responsáveis a coordenadora do Gabinete de Relações Institucionais e Internacionais, Paula Mendes, a coordenadora do Departamento de Aprovisionamento, Patrícia Leão e o coordenador do Gabinete de Informação Lipor, Alexandre Ventura reportando todos directamente ao Administrador-Delegado. 	
Sensibilização e Formação	<ul style="list-style-type: none"> Como já referido anteriormente, no âmbito do processo de implementação do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social, é um objectivo estratégico todos os nossos colaboradores terem duas horas de formação anuais sobre as temáticas da Responsabilidade Social, nomeadamente as Questões Sociais. 	
Monitorização e acompanhamento	<ul style="list-style-type: none"> O facto de estarmos certificados pelas normas ISO14001, ISO9001 e NP EN 4397/ OHSAS18001 em todas as instalações permite um acompanhamento rigoroso do desempenho da organização, incluindo a nível destas questões. Apesar da Satisfação dos Clientes já ser medida há algum tempo, este ano foi avaliada de forma totalmente diferente, através de um Inquérito de Satisfação realizado por uma empresa especializada e que nos permitiu avaliar melhor o nosso desempenho. Em relação à comunidade em geral é realizada uma consulta aos cidadãos num "Barómetro de Opinião", onde entre outros aspectos é avaliada a reputação da Lipor. Foi realizado um estudo em 2009 (mas que reflecte o desempenho de 2008). Em 2010 será realizado novo estudo. A Certificação pelo normativo SA 8000, da Responsabilidade Social, permite um maior controlo de toda a cadeia de valor (além do controlo interno). 	

3.3.3.2 Indicadores de Sociedade

Pelo simples facto de sermos uma entidade gestora de resíduos, estamos automaticamente sujeitos a uma avaliação baseada em conceitos pré-definidos, nomeadamente ligados aos problemas dos resíduos, como os odores e a poluição.

Assim, o nosso trabalho no seio da comunidade onde estamos inseridos tem que ser revestido de algum cuidado e baseado principalmente na transparência e na abertura.

Pelo facto de termos um impacto directo nas áreas em que temos instaladas as unidades operacionais, devemos cultivar uma relação de boa vizinhança, baseada na confiança mútua.

Outra questão que nos pode afectar, apesar de indirectamente, é a associação que é feita pelo cidadão entre as questões que tenham a ver com as recolhas (da responsabilidade dos municípios) de resíduos e os problemas que daí possam advir e a nossa responsabilidade. Isto torna-nos também, dependentes do desempenho dos municípios nossos associados, uma vez que, indirectamente a nossa *performance* é afectada por estas situações.

Por esta razão, muitas vezes, mais do que fazer bem as coisas, há que mostrar abertamente o que fazemos e como fazemos, mostrando aos cidadãos o cuidado que colocamos nas nossas operações.

Ao mesmo tempo devemos desenvolver um conjunto de iniciativas de educação e sensibilização dos cidadãos para a importância dos seus gestos do dia-a-dia e da sua influência no nosso desempenho. Este relacionamento com os cidadãos e esta procura de confiança, deve ser contínua e pró-activa, procurando mostrar aos cidadãos o que fazemos e como o fazemos, aumentando a sua participação nos vários projectos desenvolvidos.

SO1 Uma das formas que consideramos fundamentais, ao longo destes últimos anos, no envolvimento e comunicação com a comunidade é a **ECOLINHA**, uma linha de contacto directo com a Lipor, gratuita e acessível a todos os cidadãos da Área Metropolitana do Porto. A principal função desta linha é a resposta rápida a questões variadas sobre os nossos projectos como a localização das infra-estruturas, que materiais se podem separar, onde posso depositar electrodomésticos e muitas outras questões relacionadas com as diferentes áreas de actuação da Lipor.

Também através do trabalho realizado pelas Comissões de Acompanhamento a comunidade pôde acompanhar o desempenho das nossas operações. As Comissões de Acompanhamento são constituídas por representantes da comunidade e das autoridades locais e permitem um acompanhamento de perto dos projectos mais significativos da Lipor. Neste momento apenas uma das comissões está activa, nomeadamente a Comissão de Acompanhamento do Projecto LIPOR II, da competência da Junta de Freguesia de Moreira da Maia, tendo sido realizada uma Reunião de Trabalho em 2009. Esta situação resulta principalmente do bom desenrolar dos projectos e da confiança da comunidade no nosso trabalho, diminuindo a necessidade de uma actividade tão contínua.

Para nós que estamos envolvidos nos projectos, é sempre complicado fazer uma avaliação independente e objectiva.

Assim, de modo a obter uma aproximação mais real a esta avaliação, optámos por realizar um estudo de opinião levado a cabo por uma entidade externa.

O estudo “Barómetro de Opinião”, realizado pela DOMP, permite-nos ter uma noção da percepção que os cidadãos têm da organização. Esta é, até certo ponto, uma avaliação indirecta, uma vez que os cidadãos não são nossos clientes directos. No entanto acabam por ser influenciados pelo nosso desempenho.

Os resultados que apresentamos aqui foram publicados em 2009, reflectindo por isso o que se passou em 2008. No entanto, o estudo realizado em 2010 ainda não está disponível pelo que estes são os resultados mais actuais no momento.

Apresentamos então os resultados deste Barómetro. Em termos de Satisfação com os Serviços da LIPOR obtivemos 5,32 (numa escala de 0 a 7); ao mesmo tempo, obtivemos, também numa escala de 0 a 7, 5,80 na imagem da organização para o exterior; e finalmente, na Notoriedade Efectiva da LIPOR obtivemos um valor de 81,7%. Este valor da notoriedade efectiva já retira dos resultados os inquiridos que dizem que conhecem mas não relacionam a Lipor com a sua actividade real, permitindo uma avaliação muito mais correcta. Consideramos que estes resultados são bastante bons, principalmente se comparados com o que é normal obter-se em estudos deste tipo.

S02 Da mesma forma que noutros indicadores, o facto de a Lipor ser uma Associação de Municípios, leva a que, na maioria dos seus procedimentos esteja bastante regulamentada. Isto é verdade em dois procedimentos que consideramos, normalmente, os mais sensíveis em termos de situações de tráfico de influências e de corrupção, nomeadamente o recrutamento e a aquisição de bens e serviços.

Por um lado o regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos

trabalhadores que exercem funções públicas nos serviços da administração directa e indirecta do Estado aprovados pela Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro e o novo regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro e por outro, o novo Código dos Contratos Públicos - Decreto-Lei n.º 18/2008 de 31 de Julho, facilitam e promovem a transparência nestes dois processos.

A aposta da Lipor na transparência e o enquadramento legislativo levam a que a Administração considere o risco de ocorrer corrupção na Lipor bastante baixo e conseqüentemente nunca se sentiu necessidade de se submeter as unidades de negócio a avaliações nesta área. Mais uma vez, também, o facto de não haver precedentes de casos de corrupção consolida esta decisão.

No entanto, e pelo facto de estarmos cada vez mais empenhados no desenvolvimento e no crescimento do nosso Sistema de Gestão de Responsabilidade Social, o Conselho de Administração aprovou, no final do ano, um “Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas”, tendo o mesmo sido remetido, ao Conselho de Prevenção da Corrupção.

Em relação ao comportamento dos colaboradores, a existência do Código de Ética é uma indicação clara de que estas questões não deverão ser toleradas na organização e que cada um deve ter o comportamento adequado nestas matérias.

No âmbito do trabalho realizado na SA 8000 o Código de Ética foi revisto, apresentado e explicado a todos os colaboradores, incidindo sobre quais os princípios deste Código (nomeadamente a questão da corrupção). O facto de todos conhecerem o Código de Ética ajuda a minimizar o risco de haver casos de corrupção.

Para além destes mecanismos internos, há a destacar, também, o Código Europeu de Boa Conduta Administrativa, assim como o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas e o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

O nosso Código de Ética está disponível na página da internet
www.lipor.pt
 Lipor > Quem Somos > Código de Ética

S04 Reforçando a percepção da Administração nesta matéria da corrupção, como referido anteriormente, nunca foram detectadas situações de corrupção ou tráfico de influências na organização, pelo que nunca foi necessário aplicar nenhuma medida correctiva para a resolução destas questões.

S03 Como é óbvio não tem sido considerada necessária a realização de acções de formação específica para práticas anti-corrupção aos nossos colaboradores. No entanto, integrado na explicação do Código de Ética no âmbito do Sistema de Gestão da Responsabilidade Social estes assuntos foram abordados e explicados a todos os colaboradores.

S05 Como entidade pública, a participação da Lipor em lobbies organizados apresenta algumas especificidades. No entanto, continua a não ser um objectivo nosso fazer parte de grupos de pressão organizados e como tal não participamos em nenhum lobby organizado.

De qualquer modo, e sendo uma entidade com uma grande experiência e conhecimento no sector da Gestão de Resíduos, encaramos como um dever apresentar as nossas preocupações e sugestões aos mais altos decisores, nomeadamente aos órgãos governativos.

Esta abordagem não é feita através de grupos de pressão, mas normalmente dentro das Associações sectoriais, nacionais e internacionais, em que participamos, de modo que estes processos se desenvolvam com o apoio e envolvimento de um conjunto significativo de parceiros.

O objectivo destas Associações, mais do que forçar acordos através do lobbying é fazer chegar as preocupações com as questões ambientais relevantes e as boas práticas na área da Gestão dos Resíduos aos decisores, alertando para questões que deveriam estar consagradas na legislação ou em orientações estratégicas.

Ao mesmo tempo, e numa perspectiva diferente somos consultados diversas vezes quer pelo Governo Central quer pela União Europeia nos mais diversos temas da Gestão dos Resíduos.

Como exemplo de acções realizadas em 2009, e no seguimento do sucesso de 2008, promovemos a "1ª Semana Europeia da Prevenção" dinamizando, em conjunto com parceiros fundamentais, como a APA e a Comunidade Europeia através do LIFE, diversos projectos de prevenção.

Mais informações sobre estes projectos podem ser consultadas em www.eunaofacolixo.com

Além desta acção de maior envergadura, podemos destacar também a contribuição que a Lipor deu, no âmbito da sua participação na ISWA, para a Conferência sobre Alterações Climáticas das Nações Unidas - COP 15.

Esta contribuição concretizou-se com a participação no Workshop da ISWA "Waste Management & Climate Change: Securing the Benefits" onde foi preparada a participação na conferência da ISWA pré-COP15 já em Copenhaga. Um dos principais objectivos desta Conferência "DAKOFA/ISWA Waste & Climate Conference" era definir uma posição das entidades gestoras de resíduos mundiais perante a questão e a relação entre resíduos e emissões.

Este paper foi depois entregue aos delegados que estiveram presentes na conferência COP-15, estando obviamente também incluído as nossas posições sobre a matéria.

S06 Uma vez que a Lipor é gerida por representantes dos Municípios seus associados (políticos eleitos por diferentes quadrantes) houve sempre uma tomada de posição do Conselho de Administração de não fazer qualquer tipo de contribuição a partidos políticos, mantendo, assim, a independência. Além disso, dada a natureza pública da Lipor e como entidade do Poder Local, não lhe é permitido fazer este tipo de contribuições, de acordo com a legislação em vigor, a Lei nº 19/2003, de 20 de Junho que estabelece o regime jurídico do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.

S07 No nosso caso não faz sentido falarmos em iniciativas de concorrência desleal, práticas de trust ou monopólio, uma vez que nos encontramos numa posição muito especial, já que não há, nem pode haver concorrência nos serviços que prestamos.

Consequentemente, também não faz sentido falar em acções judiciais por este tipo de actividades.

S08 Também este ano a Lipor não foi alvo de nenhuma multa ou acção judicial por práticas de concorrência desleal. Não houve também nenhuma multa ou acção judicial em questões relacionadas com o funcionamento das nossas unidades operacionais ou com os serviços disponibilizados.

A Agenda 21 Local

Um dos projectos emblemáticos em termos do envolvimento com a sociedade e com as comunidades em que estamos inseridos foi o desenvolvimento do projecto de "Implementação da Agenda 21 Local nas Freguesias da Lipor". O principal objectivo deste projecto era motivar os cidadãos a participar na definição das prioridades para a sua comunidade, na identificação das principais dificuldades sentidas e, inclusive, a envolverem-se na implementação de soluções.

Este ano foi possível terminar a primeira fase deste projecto, concluindo o trabalho a que nos propusemos nas 16 Freguesias que conosco trabalharam ao longo de 3 anos para o desenvolvimento deste projecto.

Depois de um trabalho exaustivo de participação pública, o ano de 2009 foi fundamental para a elaboração dos documentos que servirão de base à implementação no terreno e à monitorização do projecto.

Foram elaborados os Diagnósticos das Freguesias, ao mesmo tempo que foram definidos um conjunto de Indicadores de Desempenho para o acompanhamento do trabalho a realizar.

O encerramento deste projecto culminou com a entrega dos Planos de Acção para as Juntas de Freguesia envolvidas onde estão descritas as acções que os cidadãos consideram prioritárias para o desenvolvimento da sua Freguesia e que será um documento de grande utilidade no desenvolvimento estratégico destas comunidades locais.

Este trabalho de parceria, envolveu o trabalho conjunto de várias entidades, e foi a prova de que é possível a utilização de novas abordagens e metodologias para a promoção da participação pública e de uma democracia mais participativa.

Estamos convencidos que estes primeiros passos serão fundamentais para um futuro mais sustentável e com melhor qualidade de vida para todos.

Informações completas sobre o projecto, nomeadamente as actas dos Workshops Participativos, os Indicadores de Sustentabilidade e os Planos de Acção podem ser encontradas na página da internet do projecto: www.agenda21grandeporto.com

Colaboração e apoios

O envolvimento das organizações e empresas com a comunidade em que estão inseridas, mais do que um dever, é uma obrigação, sendo em grande parte das vezes, essencial para que as comunidades se possam desenvolver.

Não é de estranhar, por isso, que, dando continuidade à nossa política de Responsabilidade Social, venhamos ao longo dos últimos anos a reforçar a nossa acção junto da comunidade.

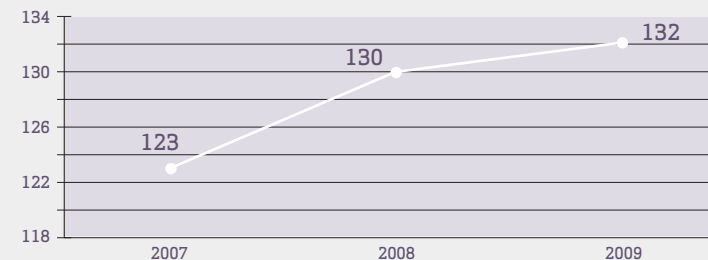
Com estas acções pretendemos, acima de tudo, ser parte integrante da sociedade e participar activamente na sua evolução como um todo.

Deste forma temos, ao longo dos anos, apoiado um conjunto de iniciativas, principalmente ligadas às áreas da promoção da educação e conhecimento e da promoção do desporto e cultura. A prioridade continua a ser prestar apoio a Instituições localizadas nos nossos municípios associados, ainda que, em alguns casos excepcionais possamos apoiar outras instituições.

Mais importante do que apoios monetários, para nós é uma mais-valia enorme o envolvimento da comunidade connosco em projectos continuados e que possam ser motor do desenvolvimento.

Assim, damos prioridade à participação nos próprios projectos como parceiros ou pela disponibilização de bens e serviços que possamos disponibilizar na nossa área de especialidade.

Apesar de este ano o valor não ter crescido significativamente, continuou a crescer, como se pode verificar no gráfico seguinte. Este crescimento é ainda mais significativo devido ao período de crise e estagnação económica em que nos encontramos.



Colaboração e apoios

De modo a facilitar o contacto e a formalização dos pedidos que nos chegam, foi criado um documento director "Responsabilidade Social: Directrizes para a atribuição de Apoios e Patrocínios", que está disponível na nossa página da internet. Este documento permite, apresentando as regras e as condições de elegibilidade para os apoios e patrocínios, facilitar a regulação e a avaliação da atribuição destes apoios.

Operação Tampinhas

A "Operação Tampinhas" continua a ser uma iniciativa que consegue mobilizar uma extraordinária resposta dos cidadãos, verificando-se desde o início do projecto resultados muito animadores.

A Lipor, como peça fundamental na logística de todo o projecto, não podia deixar de se associar a este movimento, encaminhando as tampinhas separadas para a reciclagem.

Todo o valor de contrapartida recebido pela entrega deste material para reciclagem reverteu integralmente para a aquisição de equipamentos médicos, ortopédicos e similares, entregues a Instituições de valor social comprovado.

A Lipor é também responsável por toda a organização e contactos associados à selecção e entrega dos equipamentos a distribuir.

Em 2009 tivemos a 4ª fase da "Operação Tampinhas" que permitiu obter cerca de 43.000,00€ de receita, que se traduziram em 133 equipamentos distribuídos a 109 beneficiários, entre Instituições e particulares.

Através de um pequeno gesto, e com a motivação e o empenho num objectivo comum de todos os parceiros, Escolas, Municípios, Cidadãos anónimos, Sociedade Ponto Verde e a empresa Micronipol, entre muitos outros, é possível defender duas causas, o ambiente e a solidariedade.

Associação de Voluntários Semente

Resultado do grande envolvimento que se tem conseguido criar entre a Lipor e os seus colaboradores, a criação de uma Associação de Voluntários da Lipor, a Semente tem sido um projecto de muito sucesso.

A Associação de Voluntários Semente foi criada pelos colaboradores da Lipor, de modo a poderem, de forma mais sistematizada, contribuir com o seu tempo e dedicação para o desenvolvimento da comunidade da qual fazem parte, principalmente nas áreas social e ambiental.

A Semente conta já com 92 voluntários entre colaboradores e seus familiares, tendo organizado este ano 20 actividades, entre apoios a crianças, actividades para deficientes e acções de índole ambiental. Das actividades realizadas podemos destacar as actividades "Saúde na Lipor" - doação de sangue e recolha de medula óssea para um banco de doadores de medula óssea; "A Praia é Nossa" - limpeza de uma praia não concessionada, a praia da Aguçadoura; "Uma Aventura no Zoo..." - para os utentes da CerciEspinho; e os "Bebés de São João" - com recolha de produtos de bebé em parceria com o Hospital de S. João, entre outras.

É fácil ver a entrega e a alegria no final das actividades, nos rostos de todos os voluntários, certeza de que estão a contribuir com um pouco de si para um bem maior.

Mais informações sobre a Semente e sobre as actividades desenvolvidas podem ser encontradas no site www.semente.com.pt.

A Sensibilização e a Educação Ambiental

Numa altura em que é do conhecimento de todos que o ambiente que nos rodeia e do qual dependemos, o verdadeiro desafio passa pela mudança das mentalidades e pela transformação das vontades em acção. De facto não basta o conhecimento, é preciso agir. E é neste passo que a Sensibilização e Educação Ambiental podem desempenhar um papel fundamental, pelo que o grande desafio continuará a ser promover e provocar mudanças de comportamento nos cidadãos, necessariamente começando pelas gerações mais novas.

Na Lipor abraçamos este desafio, também como parte integrante da nossa Responsabilidade Social e trabalhamos para desenvolver um conjunto de projectos e iniciativas para o cidadão e para a comunidade que permitam que o conhecimento seja cada vez mais um estímulo à mudança e à protecção activa do ambiente que nos rodeia.

O Gabinete de Informação Lipor

O Gabinete de Informação (GIL) continua a funcionar como a estrutura central de todo o projecto de Educação Ambiental da Lipor. Com mais de dez anos de trabalho dedicados à Educação e Sensibilização Ambiental esta estrutura tem trabalhado no desenvolvimento de projectos e iniciativas nesta área, tentando contribuir para a formação de cidadãos verdadeiramente conscientes e participativos. O GIL apresenta uma equipa com catorze eco-conselheiros, que lhe permite um contacto permanente com as escolas e outras entidades dos oito municípios nossos associados, permitindo o desenvolvimento de um Projecto de Educação Ambiental desenvolvido numa base anual e que integra actividades e iniciativas diversas, com o objectivo de promover o conhecimento e a intervenção cívica de todos na sociedade.

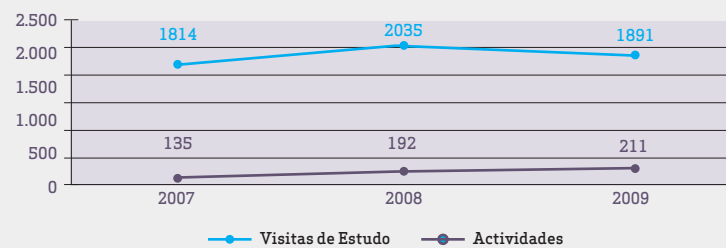
Temos, nos últimos anos, assistido a uma diversificação dos temas abordados pela equipa de Educação Ambiental da Lipor, resultado da crescente complexidade dos temas relacionados com o ambiente.

Isto não significa que não continuemos a ter um enfoque especial nos resíduos, a nossa área de negócio, reforçando as questões relacionadas com a Prevenção e a Separação dos Resíduos. A par deste trabalho o GIL tem abordado áreas diferentes e transversais, como a Água, as Alterações Climáticas e o Desenvolvimento Sustentável, por exemplo.

As actividades desenvolvidas pelos eco-conselheiros são das mais diversas, passando por sessões de formação, atelier's e oficinas de reciclagem e de reutilização, formação a professores e auxiliares de acção educativa, jogos didácticos, exposições, concursos entre muitas outras.

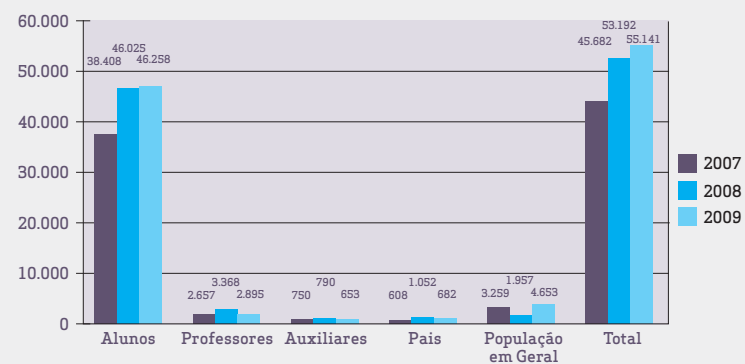
Uma grande parte do trabalho realizado pelo GIL continua a ter como alvo preferencial a população escolar, já que é um grupo muito mais receptivo a processos formais de aprendizagem e por isso, à partida, com melhores resultados em termos de apreensão de conhecimentos.

Pela análise do gráfico seguinte podemos verificar que o número de actividades realizadas subiu mais uma vez, o que é bastante positivo, apesar da ligeira descida verificada no número de visitas de estudo.



Atividades realizadas

Também a população abrangida pelas actividades sofreu uma ligeira subida no cômputo geral, tendo sido mais acentuada na população em geral.



População abrangida pelas actividades desenvolvidas

Ao longo destes anos de trabalho, foi possível criar uma rede de contactos e de trabalho de parceria, sem dúvida uma mais-valia para a Lipor e para todos os nossos parceiros que, como nós, dedicam o seu dia-a-dia à Educação Ambiental.

Uma actividade que já faz parte do programa anual do Gabinete de Informação é o “Encontro de Educação Ambiental” que tem permitido a criação de um espaço aberto de discussão e troca de experiências entre os diversos actores do sistema educacional.

Destinado preferencialmente a professores, educadores e técnicos de educação ambiental, o objectivo desta iniciativa é promover um conjunto de competências específicas na área da Educação Ambiental e, ao mesmo tempo, o intercâmbio de ideias e de ferramentas entre técnicos qualificados e a comunidade escolar.

O tema do V Encontro de Educação Ambiental foi a “Agenda 21 Escolar”, permitindo concluir o trabalho realizado nesta área ao longo dos dois últimos anos, com o concurso “Agenda 21 Escolar”, aproveitando a oportunidade para entregar os prémios deste concurso.

A escolha deste tema é um sinal claro da interdisciplinaridade da educação ambiental e da necessidade do envolvimento de todos os parceiros num objectivo comum – mudar a nossa forma de abordar a cidadania.

Neste encontro estiveram presentes mais de 90 participantes, entre professores e técnicos de educação.

Campos de Férias

A realização dos Campos de Férias da Lipor é uma das actividades mais aguardadas e que tem, por isso mesmo uma procura elevada.

A realização dos Campos de Férias permite, de forma informal e lúdica, sensibilizar os jovens para a adopção de uma postura de cidadãos activos na construção de uma sociedade melhor e ao mesmo tempo perceberem a necessidade de protegermos o Ambiente para que todos possamos ter um futuro mais risonho. Do vasto número de actividades desenvolvidas com os participantes, podemos destacar o bowling, a praia, a visita ao Centro Multimeios de Espinho, o baptismo de mergulho e a visita ao Pena Aventura Park.

Em 2009 foram realizados 4 Campos de Férias, dois residenciais e dois não residenciais, com a participação de 78 crianças no total, com idades entre os 10 e os 18 anos.

Esta participação nos Campos de Férias é uma forma de ocupação dos tempos livres que os valoriza de forma muito positiva.

É de destacar este ano a realização do Campo de Férias de Natal, aproveitando o novo Parque Aventura, em Ermesinde.

Visitas de Estudo

As Visitas de estudo às nossas instalações continuam a ser uma forma preferencial de, por um lado estarmos de portas abertas à comunidade e, por outro servirmos de ponto fulcral de educação e sensibilização para a problemática dos resíduos.

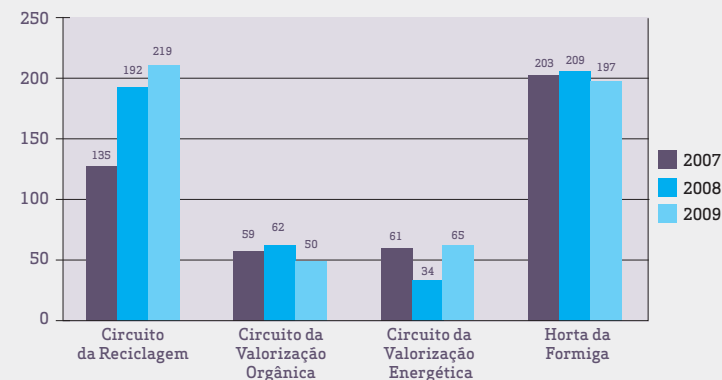
Acreditamos que as nossas instalações são uma mais-valia educativa e que devem ser colocadas ao serviço das escolas e da comunidade. De facto, é do conhecimento geral, que a experimentação e a vivência de experiências é

muito mais proveitosa que simples explicações ou ensinamentos teóricos.

Esta forma de pensar reflecte-se na abertura das portas aos cidadãos e à comunidade escolar promovendo Visitas de Estudo organizadas que facilitam a compreensão de todo o projecto Lipor e ao mesmo tempo sensibilizam para a separação dos resíduos e adopção de boas práticas, com especial atenção aos mais jovens.

Além disso, as visitas permitem às escolas seguir uma abordagem diferente dos assuntos relacionados com a Gestão de Resíduos.

Continuam a estar disponíveis para visitas três circuitos diferentes, que abordam as diferentes áreas do Sistema, o Circuito da Reciclagem, o Circuito da Valorização Orgânica onde se inclui a visita à Horta da Formiga e o Circuito da Valorização Energética. Para os mais pequeninos é possível organizar visitas apenas à Horta da Formiga, a visita mais adequada para os mais novos.



Visitas de Estudo

Além das visitas organizadas, de modo a potenciar este recurso, continuamos em 2009 a abrir as portas a todos os que queiram visitar o Centro de Triagem. Nesta iniciativa não há necessidade de marcação, bastando para tal aparecer num dos “Sábados Verdes”, nome desta iniciativa. Em 2009 foram organizados 12 “Sábados Verdes”, visitando a Lipor 1246 pessoas.

Publicações

O acesso à informação é cada vez mais fácil nos dias de hoje. No entanto, uma maior quantidade de informação e uma maior facilidade de acesso não significam muitas vezes melhor informação.

Neste sentido, temos trabalhado para, cada vez mais, disponibilizar informação fiável e a tempo aos nossos parceiros de modo a estabelecer canais preferenciais de comunicação, que consideramos fundamentais para o sucesso da nossa organização e dos nossos projectos.

Um destes meios de comunicação que a Lipor tem utilizado bastante é a edição de “Newsletters” mensais, específicas para cada projecto, e consequentemente com objectivos diferentes. Estes Boletins informativos abordam temas diversos como por exemplo a Compostagem, as Hortas e a Agricultura Biológica e a área da Educação Ambiental e do trabalho com as Escolas. Contendo informação específica, estas “Neswletters” são recebidas por públicos diferentes.

A comunicação institucional da Lipor passa também pela edição de diversas brochuras com informação de base acerca das suas unidades e do desenvolvimento dos vários projectos.

Além das brochuras institucionais, são editadas regularmente brochuras específicas sobre temáticas que consideramos importantes e nas quais estamos a trabalhar no momento, por exemplo a “Agenda 21 Local”, o “Consumo Sustentável”, entre outras. Estas brochuras temáticas são um complemento óptimo para apoiar todo o trabalho de Educação Ambiental que temos desenvolvido.

Explore os nossos sites e descubra todos os nossos projectos. Um mundo ao serviço do cidadão!

www.lipor.pt

www.hortadaformiga.com

www.eunaofacolixo.com

www.consumosustentavel.com.pt

www.semente.com.pt

www.futurosustentavel.org

www.agenda21grandeporto.pt

www.nutrimais.pt

A Internet na Lipor

Nos últimos anos, a internet passou a fazer parte integrante das nossas vidas, ocupando uma posição de destaque para a comunicação, quer a nível individual quer a nível empresarial, transformando-se num meio preferencial para as organizações estarem em contacto permanente com os seus parceiros.

Também na Lipor acreditamos que devemos aproveitar todas as potencialidades deste meio de comunicação bidireccional e interactivo, tendo reforçado ao longo dos últimos anos a nossa presença na Internet. Além da divulgação dos projectos e iniciativas, a plataforma na Internet da Lipor permite já a marcação de visitas e o contacto directo com todas as áreas operacionais, entre outras funcionalidades.

A comprovar a importância que esta ferramenta tem para nós está o número de sites individuais que disponibilizamos aos nossos parceiros, a maior parte deles dedicados a projectos específicos.

Este ano, e considerando apenas o site institucional, recebemos 62.652 visitantes, dos quais 4.968 visitaram a nossa versão em Inglês, o que mostra a projecção que já começamos a ter, também lá fora.

3.3.4 Responsabilidade pelo Produto

3.3.4.1 Abordagem de Gestão

Desempenho Social - Responsabilidade pelo Produto

Pontos principais	Abordagem	Observações
Objectivos e Desempenho	<ul style="list-style-type: none"> Os produtos que se enquadram neste âmbito são o Nutrimais (comercializado em granulado e pulverulento), o Nutrimais para Agricultura Biológica e o Hortas e Jardins (o Dakele foi descontinuado). A nossa responsabilidade nestes produtos prende-se com a contaminação de solos agrícolas. Em termos de controlo são realizadas análises rigorosas à qualidade dos produtos, nomeadamente aos metais pesados. Estas análises são realizadas a todos os lotes de produto antes de ser expedido. Temos também um forte programa de sensibilização para a correcta utilização dos compostos (através da área de Gestão de Vendas e Marketing). Os restantes produtos (electricidade e recicláveis) em nosso entender não têm enquadramento nestas preocupações. Apesar disso, os materiais para reciclagem têm especificações a cumprir (definidas, por exemplo pela, Sociedade Ponto Verde), havendo um apertado controlo de qualidade dos produtos expedidos (são controlados no âmbito dos processo da Qualidade). 	No final deste capítulo apresentamos os nossos objectivos, alinhados com as questões materiais da área social, nomeadamente os resultados obtidos no ano passado bem como os objectivos definidos para o próximo ano.
Responsabilidade Organizacional	<ul style="list-style-type: none"> A pessoa responsável pela gestão do Departamento de Valorização Orgânica é a Eng.^a Benedita Chaves, estando a seu cargo todas as questões relacionadas com a qualidade e características do produto, normas e regulamentos para o próprio Produto e com as questões de comercialização e marketing. Em relação às questões da qualidade dos materiais recicláveis a responsabilidade é da Eng.^a Patrícia Carvalho, coordenadora do Departamento de Reciclagem e Valorização Multimaterial. No caso da energia eléctrica é o Dr. Abílio Almeida, coordenador do Departamento de Valorização Energética e Confinamento Técnico. Todos eles reportam ao Administrador-Delegado. 	
Sensibilização e Formação	<ul style="list-style-type: none"> À semelhança dos anos anteriores, não houve em 2009 formação específica na área da Responsabilidade do Produto. É dada formação a todos os colaboradores que trabalham na área da Gestão de Vendas e Marketing, nomeadamente abordando questões da segurança de utilização, instruções de aplicação (períodos e quantidades), e características do produto. A acompanhar esta formação interna, há um forte programa de sensibilização, nomeadamente através da figura dos Prescritores, fornecendo todas as indicações para a correcta utilização dos compostos. 	
Monitorização e acompanhamento	<ul style="list-style-type: none"> Ao longo da cadeia de valor, é realizado um controlo apertado de todos os materiais (matéria orgânica, resíduos verdes, recicláveis,...), nomeadamente ao nível dos produtores (com sensibilização, visitas técnicas e formação) e ao nível da entrada nas nossas instalações - com controlo de qualidade do material que é descarregado. Neste momento a Certificação dos Sistemas de Gestão das Unidades pelo normativo da Qualidade (ISO 9001), garante-nos a sistematização de todos os procedimentos de controlo. A avaliação da satisfação com os produtos está integrada no Sistema de Avaliação do Grau de Satisfação dos Clientes. Este inquérito é também realizado em relação aos nossos clientes de serviço. 	
Informação Adicional	<ul style="list-style-type: none"> Dado o pouco tempo que tem o sistema de comercialização e distribuição do composto, ainda não houve acontecimentos significativos que valha a pena relatar. 	

3.3.4.2 Indicadores de Responsabilidade pelo Produto

A maior parte dos produtos comercializados pela Lipor (materiais para a reciclagem, energia,...) segue circuitos de transacção *business-to-business* e não os circuitos normais de distribuição e comercialização. Este facto leva a que não haja, na grande maioria dos casos, um contacto directo dos produtos com o público em geral.

Com efeito, os únicos produtos que podemos considerar como produtos de distribuição "clássica" são os compostos orgânicos, nomeadamente o Nutrimais. Em 2009 introduzimos um novo formato de comercialização e surgiu o Hortas e Jardins. O Hortas e Jardins é um produto que tem como base o Nutrimais mas que sofre uma operação adicional (é espalhado para perder o azoto amoniacal) diminuindo os odores, tendo ainda uma embalagem e um público-alvo diferente.

Também em 2009 foi possível lançar o Nutrimais para Agricultura Biológica, produto certificado pela SATIVA como factor de produção para aplicação em modo de produção biológico, o que demonstra bem a qualidade dos compostos produzidos.

Ao mesmo tempo, temos que ter em atenção que estamos a falar de compostos orgânicos, produtos naturais e que apresentam um impacto muito baixo em termos da saúde ou segurança dos utilizadores. Este facto é verdade também para quem possa, inadvertidamente, entrar em contacto com o composto, como por exemplo crianças.

PR1 Em todo o caso, a alteração do Ciclo de Vida destes produtos seria muito complexa e provavelmente não seria possível concretizar, uma vez que são processos naturais e apenas estão dependentes do controlo de factores como por exemplo a temperatura e a humidade. Este controlo dos parâmetros fundamentais ao processo (humidade, oxigénio, temperatura) é a única melhoria que podemos implementar, permitindo atingir os melhores resultados.

Assim, não são avaliadas melhorias no ciclo de vida, nomeadamente nos métodos de produção com vista à redução da sua perigosidade, uma vez que não conseguimos interferir num processo natural em que a perigosidade já é praticamente nula.

Outro factor que influencia de forma significativa a qualidade do produto final é a qualidade do material à entrada, nomeadamente a presença ou não de contaminantes como latas, plásticos, etc. A única forma, neste momento, de se conseguir um material de óptima qualidade é através da implementação de circuitos de recolha selectiva de resíduos orgânicos. Esta tem sido a aposta da Lipor desde o início de laboração da Central pelo que também esta questão está salvaguardada.

Com base nestas premissas e uma vez que a perigosidade dos compostos é praticamente nula não tem havido necessidade de introduzir melhorias no ciclo de vida destes produtos.

A comercialização dos compostos produzidos pela Lipor é regida pelos regulamentos dos Adubos e Fertilizantes, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 190/2004 de 17 de Agosto, regulamentado pela Portaria n.º 1322/2006, de 24 de Novembro, que define os termos em que devem ser colocadas no mercado as matérias fertilizantes.

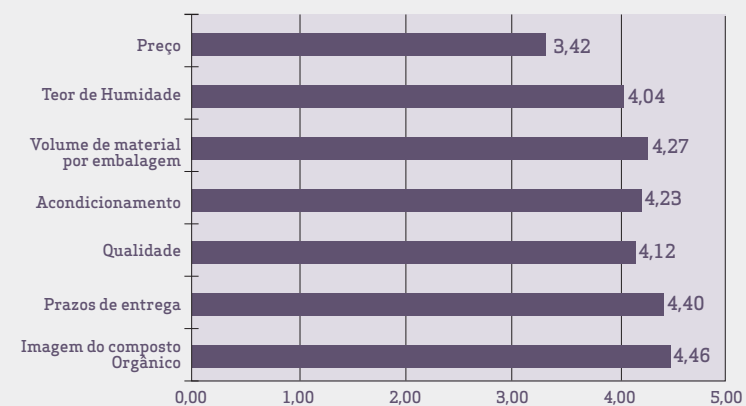
PR9 A comercialização do composto está devidamente autorizada pela Direcção Geral de Empresas, não tendo havido em 2009 nenhuma coima ou multa por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso deste tipo de produtos.

PR3 Em relação à rotulagem destes produtos, guiamo-nos pela Portaria n.º 1322/2006, de 24 de Novembro, seguindo, nomeadamente as indicações de rotulagem constantes do Anexo III. Neste anexo podemos encontrar as várias menções de identificação que devem ser incluídas nos rótulos.

A complementar a informação que é colocada nos rótulos, temos à disposição dos nossos clientes um serviço de aconselhamento e prescrição dos compostos, constituída maioritariamente por Agrónomos.

PR5 Também no caso dos compostos se reflecte a alteração efectuada na metodologia de Avaliação da Satisfação dos Clientes (ver página 33). Neste inquérito está integrada uma parte referente apenas às questões relacionadas com os clientes do Departamento Comercial e dos compostos (o Nutrimais, o Hortas e Jardins e o Nutrimais para Agricultura Biológica), nomeadamente em relação à qualidade dos produtos.

O valor médio de satisfação dos clientes foi de 4,45, numa escala de 0 a 5, o que significa um aumento em relação ao ano passado. Este valor médio inclui o resultado de questões como a qualidade do composto, o acondicionamento e o preço, como se pode ver no gráfico seguinte.



Avaliação dos Compostos (PR5)

Em relação aos clientes indirectos (cidadãos) continuamos a realizar o Estudo e Barómetro de Opinião, realizado por uma organização independente, a DOMP, conforme se pode ver na página 36.

O Centro de Reclamações da Lipor continuou a funcionar em 2009, sob a responsabilidade do DQAS. Foram apresentadas 19 reclamações, que incidiram principalmente sobre o Nutrimais e o Ecocentro da Formiga.

Depois de analisadas as reclamações foram encaminhadas para as áreas respectivas de modo a corrigir as questões que estavam na base das reclamações ou justificar a actuação que deu origem à reclamação. Uma vez que em 2008 o sistema só ficou operacional em Outubro não nos permite comparar os resultados. Apesar de ainda não ter sido utilizada neste sentido, a análise das Reclamações poderá fornecer pistas importantes sobre as questões que os nossos stakeholders considerem pertinentes, complementando a Análise de Materialidade já realizada. Este aspecto poderá assim vir a ser ponderado em futuros processos.

PR6 A forma preferencial de comercialização dos correctivos orgânicos produzidos pela Lipor (Nutrimais, Nutrimais, Hortas e Jardins e Nutrimais para Agricultura Biológica) continua a ser o contacto directo com os distribuidores, podendo pontualmente ser divulgada e publicitada em revistas da especialidade.

PR7 Mais uma vez não foi possível aderir a qualquer código voluntário na área da Comunicação e Marketing, uma vez que os responsáveis pela comercialização destes produtos na Lipor ainda não tiveram conhecimento de nenhum, apesar da pesquisa efectuada.

A legislação publicada especificamente para a rotulagem de correctivos orgânicos é inexistente, pelo que não há programas de adesão ou de conformidade dos produtos.

PR8 Continuamos a não ter evoluído na questão da protecção das bases de dados de clientes ou parceiros da Lipor. Neste momento, não existem políticas formais de gestão e protecção de qualquer uma delas.

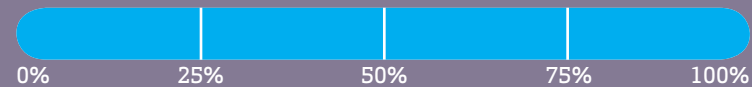
De qualquer modo, temos adoptado como princípio de boa prática utilizar estas bases de dados apenas para comunicação direccionada e relacionada com os nossos projectos, não as disponibilizando a nenhuma outra organização ou entidade, incluindo aos nossos municípios associados.

Também em 2009 não se verificou nenhuma reclamação por violação ou perda de dados de clientes.

Objectivos sociais

Como já foi referido anteriormente, são para nós prioridade o envolvimento dos colaboradores na organização e a integração na comunidade. No ano transacto foram apresentados os objectivos mais significativos nesta área da Responsabilidade Social, pelo que deixamos aqui a avaliação do seu cumprimento.

- Reduzir em 3% o número de acidentes por incumprimento de regras e procedimentos instituídos;



- Integrar no serviço corrente das unidades operacionais, dois colaboradores oriundos de projectos de inserção social;



- Assegurar que cada colaborador tem, em média, duas horas de formação sobre temáticas de Responsabilidade Social/ Sustentabilidade.



Estamos conscientes de que apesar dos resultados, bastante positivos, ainda há muito a fazer nesta área, pelo que vamos continuar a trabalhar para melhorar o nosso desempenho.

Apresentamos os objectivos que consideramos mais importantes para o ano de 2010.


- Em 2010 não existirem Riscos de nível I na Lipor;

- Garantir que 60% dos nossos colaboradores conhecem o Código de Ética da Lipor;

- Editar e divulgar numa periodicidade bimensal o boletim "Barómetro Social".

Para a avaliação do cumprimento dos objectivos, foi utilizado como critério:

0% – não iniciado; 25% – iniciado mas com grau de cumprimento inferior a metade; 50% – cerca de metade realizado; 75% – mais de metade realizado mas não concluído; 100% – concluído.



*Esta é a história de alguém que decidiu ir
atrás da imaginação e nela se perdeu.
Foi precisamente nesse dia que viu
o que jamais tinha visto.
“Mas que bela viagem”, pensou alguém.*

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Relatório de Verificação



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +0511 210 427 500
Fax: +0511 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE REVISÃO

Introdução

1. Foi-nos solicitada pelo Conselho de Administração da Lipor – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto (“Empresa”), a realização de uma revisão que teve por objectivo verificar se o Relatório de Sustentabilidade de 2009 (“Relatório de Sustentabilidade”) foi elaborado de modo a assegurar a aderência ao nível de aplicação A+ das Directrizes da *Global Reporting Initiative*, versão v3.0 de 2006 (“Directrizes GRI”), conforme declarado pela Empresa.
2. A nossa revisão abrangeu os conteúdos do Relatório de Sustentabilidade relacionados com os itens de “Estratégia e perfil” das Directrizes GRI e os dados de 2009 relacionados com os indicadores de desempenho estabelecidos nessas Directrizes, conforme identificado no “Sumário dos conteúdos das directrizes da *Global Reporting Initiative*” inserido no capítulo “Informação complementar”.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa a preparação do Relatório de Sustentabilidade, incluindo a definição, implementação e execução de processos, procedimentos e critérios adequados para a recolha, tratamento, apresentação e validação da informação nele contida. A nossa responsabilidade é a de emitir um parecer, com base nos procedimentos adiante especificados, sobre a informação acima referida.

Âmbito

4. A nossa revisão foi efectuada de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3000 – ISAE 3000, emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board*, referente a trabalhos de garantia de fiabilidade que não sejam auditorias ou exames simplificados de informação financeira histórica, para um nível de garantia limitada de fiabilidade.
5. Esta norma exige que sejam planeados e executados procedimentos e aplicadas técnicas e conhecimentos de auditoria, de modo a obter uma adequada compreensão dos assuntos em análise e, considerando as circunstâncias, obter evidências apropriadas e suficientes para basear o nosso parecer. Num trabalho de garantia limitada de fiabilidade, os procedimentos executados consistem principalmente em indagações a responsáveis da Empresa e procedimentos analíticos, incluindo testes numa base de amostragem. Os procedimentos executados são mais limitados do que os realizados num trabalho destinado à obtenção de uma garantia razoável de fiabilidade, sendo por isso obtido um menor grau de segurança.

A expressão Deloitte refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu, uma *Sociedade Unipessoal*, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membros, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para obter a descrição detalhada da entidade legal da Deloitte Touche Tohmatsu e suas firmas membros consulte www.deloitte.com/pt.

Tipos: Sociedade civil sob a forma comercial | Central Social: 500 030 030 Lisboa | Matricula C.R.C. de Lisboa e MFC: 501 776 311
Sede: 58 Rua Alvaro Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Rua do Bom Sucesso Trade Centre, Parque do Bom Sucesso 61 - 1º, 4150-148 Porto

Member of Deloitte Touche Tohmatsu

Deloitte.Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Página 2 de 2

6. Os principais procedimentos executados foram:

- Entrevistas com os responsáveis da Empresa pela gestão da sustentabilidade, pela preparação do Relatório de Sustentabilidade e pela informação reportada, de modo a conhecer e compreender os princípios de gestão, bem como os sistemas e os procedimentos aplicados;
- Revisão da conformidade dos conteúdos incluídos no Relatório de Sustentabilidade, com os requisitos das Directrizes GRI para o nível A+ acima descritos;
- Revisão dos processos, critérios e sistemas aplicados para recolher, agregar, apresentar e validar os dados quantitativos relativos ao exercício de 2009, relacionados com os indicadores por nós revistos;
- Execução, numa base de amostragem, de testes aos cálculos efectuados pela Empresa relacionados com os dados quantitativos sujeitos à nossa revisão, bem como de testes de comprovação da informação quantitativa e qualitativa inserida no âmbito do nosso trabalho, através da obtenção e revisão de evidências da mesma, nomeadamente: (i) Actas da Assembleia Intermunicipal; (ii) Código de conduta; (iii) Relatórios e outra informação interna resultante da aplicação dos processos de consulta, envolvimento e resposta a *stakeholders* e dos processos de determinação de materialidade; e (iv) Evidências internas e externas de suporte aos dados quantitativos levantados, tais como facturas, guias de acompanhamento de resíduos, e
- Verificação da consistência da informação constante do Relatório de Sustentabilidade com o resultado do nosso trabalho.

Parecer

7. Com base no trabalho efectuado, descrito no parágrafo 6 acima, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que o Relatório de Sustentabilidade de 2009 da Lipor – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto não tenha, em todos os aspectos materialmente relevantes, sido elaborado de modo a assegurar a aderência, ao nível de aplicação A+ das Directrizes GRI, conforme declarado pela Empresa.

Lisboa, 18 de Maio de 2010



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por João Carlos Frade

Sumário dos Conteúdos das Directrizes da Global Reporting Initiative

Este Relatório foi realizado “de acordo com” as directrizes da Global Reporting Initiative (GRI G3).

Apresenta-se a seguir um quadro de referência para os Indicadores da GRI G3, com indicação das páginas onde pode ser encontrada a informação relativamente a cada um deles.

Referência	Indicador	Relato	Localização ou Reporte
Perfil			
Estratégia e Análise			
1.1	Mensagem do Presidente.		Mensagem do Presidente do Conselho de Administração, pág. 4 Mensagem do Presidente do Conselho de Administração, pág. 4
			A Lipor, 2.5 análise de materialidade, pág. 42
1.2	Principais Impactos, Riscos e Oportunidades.		A Lipor, 2.6 Riscos e Oportunidades, pág. 49 A Lipor, Objectivos organizacionais, pág. 54
Perfil Organizacional			
2.1	Nome da organização.		Enquadramento, pág. 6
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços.		A Lipor, 2.1 O Sistema Integrado de Gestão de Resíduos da Lipor, pág. 16
2.3	Estrutura operacional da organização, incluindo principais divisões, unidades operacionais, subsidiárias e <i>joint ventures</i> .		A Lipor, 2.1 O Sistema Integrado de Gestão de Resíduos da Lipor, pág. 16
2.4	Localização da sede da organização.		Enquadramento, pág. 6
2.5	Número de países em que a organização opera e nome dos países em que as suas principais operações estão localizadas ou são especialmente relevantes para as questões de sustentabilidade cobertas pelo relatório.		A Lipor, 1.2 O Sistema Integrado de Gestão de Resíduos da Lipor, Mapa Municípios Associados da Lipor, pág. 10

2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade.	A Lipor, 2.2 O Governo da Organização, pág. 17
2.7	Mercados servidos.	A Lipor, 2.1 O Sistema Integrado de Gestão de Resíduos da Lipor, pág. 16
2.8	Dimensão da organização.	A Lipor, O Sistema Integrado de Gestão de Resíduos da Lipor, Tabela Principais Indicadores Operacionais, pág. 10
2.9	Mudanças significativas ocorridas durante o período de elaboração do relatório, relacionadas com tamanho, estrutura e controlo accionista.	Não houve mudanças significativas na organização neste período.
2.10	Prémios recebidos durante o período de reporte.	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração, pág. 4
Parâmetros do Reporte		
Perfil do Relatório		
3.1	Período a que se refere o Reporte (ano fiscal ou ano do calendário, por exemplo).	Enquadramento, pág. 6
3.2	Data do relatório mais recente (se houver).	Foram editados Relatórios de Sustentabilidade anualmente a partir de 2004.
3.3	Ciclo de Reporte (anual, bienal, etc.).	Enquadramento, pág. 6 Ciclo de reporte anual
3.4	Contacto para questões relacionadas com o relatório ou o seu conteúdo.	Enquadramento, pág. 6
Âmbito do Relatório		
3.5	Processo para a definição do conteúdo do Relatório.	Enquadramento, pág. 6 A Lipor, 2.4 Partes interessadas, pág. 23 A Lipor, 2.5 Análise de materialidade, pág. 42
3.6	Limites do Relatório.	Enquadramento, pág. 6 A Lipor, 2.1 O Sistema Integrado de Gestão de Resíduos da Lipor, pág. 10
3.7	Outras limitações de âmbito específico.	Enquadramento, pág. 6 A Lipor, 2.2 O Governo da Organização, pág. 17

3.8	Base para a elaboração do relatório no que se refere a <i>joint ventures</i> , subsidiárias, instalações arrendadas, operações subcontratadas e outras organizações que possam afectar significativamente a comparabilidade entre períodos e/ou entre organizações.	Enquadramento, pág. 6 A Lipor, 2.1 O Sistema Integrado de Gestão de Resíduos da Lipor, pág. 10 e pág. 16
3.9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos, incluindo hipóteses e técnicas, que sustentam as estimativas aplicadas à compilação dos indicadores e outras informações do relatório	Salvo algumas excepções devidamente assinaladas ao longo do Relatório, esta informação é disponibilizada nas Notas Metodológicas. Informação Complementar, Notas Metodológicas, pág. 149
3.10	Explicação da natureza e das consequências de qualquer reformulação de informações contidas em relatórios anteriores e o motivo da reformulação	Não houve no Relatório de 2009 necessidade de efectuar alterações em relação à informação referente ao Relatório anterior.
3.11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a âmbito, limite ou métodos de medição aplicados no relatório.	Não houve alterações significativas face aos Relatórios anteriores.
Sumário dos conteúdos GRI		
3.12	Tabela que identifica a localização das informações do Relatório de acordo com a GRI.	Informação Complementar, Sumário dos Conteúdos das Directrizes da Global Reporting Initiative, pág. 127
Verificação		
3.13	Políticas e práticas actuais em relação à verificação externa do Relatório.	Enquadramento, pág. 6 Informação Complementar, Relatório de Verificação, pág. 125
Governance, compromissos e envolvimento		
Governance		
4.1	Estrutura de Governação da organização, incluindo comités sob o mais alto órgão de governação responsável por tarefas específicas, tais como o estabelecimento de estratégias ou supervisão da organização.	A Lipor, 2.2 O Governo da Organização, pág. 17
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governação seja também um director executivo (e se for, quais as suas funções dentro da administração da organização e as razões para tal composição)	O Presidente do Conselho de Administração não é Director Executivo da organização, delegando o Conselho de Administração esta função no Administrador-Delegado.

4.3	Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número de membros independentes ou não-executivos do mais alto órgão de governação.	Os membros do Conselho de Administração da Lipor não são independentes, uma vez que têm interesse directo sobre a organização. Nenhum destes Administradores é executivo, uma vez que delegam a execução das tarefas diárias da organização no Administrador-Delegado.
4.4	Mecanismos que permitem aos accionistas e trabalhadores fazerem recomendações ao mais alto órgão de governação.	A Lipor, 2.2 O Governo da Organização, pág. 17
4.5	Relação entre remuneração para membros do mais alto órgão de governação, directores executivos e demais executivos (incluindo acordos rescisórios) e o desempenho da organização (incluindo desempenho social e ambiental).	A Lipor, 2.2 O Governo da Organização, Avaliação do Desempenho da Governação, pág. 21
4.6	Processos em vigor no mais alto órgão de governação para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados.	A Lipor, 2.2 O Governo da Organização, Avaliação do Desempenho da Governação, pág. 21
4.7	Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto órgão de governação para definir a estratégia da organização para questões relacionadas com temas económicos, ambientais e sociais	A Lipor, 2.2 O Governo da Organização, pág. 21 Sendo um processo eminentemente político não há mais-valias em determinar as qualificações e conhecimentos dos membros do Conselho de Administração.
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como o estado de sua implementação	A Lipor, 2.3 A Visão, a Missão e os Valores da Lipor - Os princípios da Sustentabilidade, Declaração de Princípios para a Gestão, pág. 22 A Lipor, 2.3 A Visão, a Missão e os Valores da Lipor - Os princípios da Sustentabilidade, A Missão, a Visão e os Valores, pág. 22 A Lipor, 2.3 A Visão, a Missão e os Valores da Lipor - Os princípios da Sustentabilidade, Os Princípios da Sustentabilidade, pág. 23
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governação para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho económico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios.	A Lipor, 2.2 O Governo da Organização, pág. 17 A Lipor, 2.6 Riscos e Oportunidades, pág. 49
4.10	Processos para a auto-avaliação do desempenho do mais alto órgão de governação, especialmente em relação ao desempenho económico, ambiental e social.	A Lipor, 2.2 O Governo da Organização, Avaliação do Desempenho da Governação, pág. 21

Compromisso com iniciativas externas

4.11	Explicação sobre se e como a organização aplica o princípio de precaução.	A Lipor, 2.6 Riscos e Oportunidades, pág. 49
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa.	A Lipor é subscriitora da Carta de Aalborg, a Carta das cidades Europeias para a Sustentabilidade. A subscrição desta Carta ocorreu no âmbito da promoção do projecto “Futuro Sustentável” e dos processos de Agenda 21.
4.13	Participação em associações (como federações de indústrias) e/ou organismos nacionais/internacionais de defesa.	A Lipor, 2.4 As Partes interessadas , Stakeholders , 2.4.7 Associações Sectoriais, pág. 39

Envolvimento das Partes Interessadas

4.14	Principais partes interessadas da organização.	A Lipor, 2.4 As Partes interessadas - Stakeholders, pág. 23
4.15	Base para identificação e selecção das principais partes interessadas.	A Lipor, 2.4 As Partes interessadas - Stakeholders, pág. 23 A Lipor, 2.5 Análise de Materialidade, 2.5.1 Mecanismo de Análise das questões Materiais para a Lipor, pág. 42
4.16	Abordagem para o envolvimento das partes interessadas, incluindo a frequência, por tipo de parte interessada.	A Lipor, 2.4 As Partes interessadas – Stakeholders, Tabela - Principais Parceiros, mecanismos de envolvimento e questões levantadas, pág. 26
4.17	Principais questões e preocupações apontadas pelas partes interessadas como resultado do envolvimento e como a organização responde a estas questões e preocupações.	A Lipor, 2.4 As Partes interessadas – Stakeholders, Tabela - Principais Parceiros, mecanismos de envolvimento e questões levantadas, pág. 26

Referência	Tipo	Indicador	Relato	Localização e Reporte
Abordagem da Gestão e Indicadores de Desempenho				
Desempenho Económico				
Abordagem de Gestão para o Desempenho Económico		Política		A Lipor, 2.3 A Visão, a Missão e os Valores da Lipor - Os princípios da Sustentabilidade, pág. 23
				O desempenho da organização, 3.1 o desempenho económico, 3.1.1 abordagem da gestão, pág. 58
		Objectivos e Desempenho		Objectivos económico-financeiros >> pág. 65
Indicadores de Desempenho Económico				
Indicadores de Desempenho Económico				
EC1	E	Valor económico directo gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de colaboradores, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos a investidores e governo.	C	O Desempenho da Organização, 3.1 O Desempenho Económico, 3.1.3 Indicadores Económicos, pág. 60
EC2	E	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização devido às alterações climáticas.	P	A Lipor, 2.6 Riscos e Oportunidades, pág. 51
EC3	E	Cobertura das obrigações referentes aos planos de pensões e benefícios definido pela organização.	C	O Desempenho da Organização, 3.1 O Desempenho Económico, 3.1.3 Indicadores Económicos, pág. 63
EC4	E	Apoio financeiro significativo recebido do governo.	C	O Desempenho da Organização, 3.1 O Desempenho Económico, 3.1.3 Indicadores Económicos, pág. 64
Presença no Mercado				
EC5	A	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local em unidades operacionais importantes.	C	O Desempenho da Organização, 3.1 O Desempenho Económico, 3.1.3 Indicadores Económicos, pág. 64
EC6	E	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.	C	O Desempenho da Organização, 3.1 O Desempenho Económico, 3.1.3 Indicadores Económicos, pág. 61

EC7	E	Procedimentos para a contratação local e proporção de cargos da gestão de topo ocupados por indivíduos provenientes da comunidade local em unidades operacionais importantes.	C	O Desempenho da Organização, 3.1 O Desempenho Económico, 3.1.3 Indicadores Económicos, pág. 63
Impactos Económicos Indirectos				
EC8	E	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estruturas e serviços fornecidos, principalmente para benefício público, por meio de envolvimento comercial, em espécie ou actividades pro bono.	C	O Desempenho da Organização, 3.1 O Desempenho Económico, 3.1.3 Indicadores Económicos, pág. 61 e 62
EC9	A	Identificação e descrição de impactos económicos indirectos significativos, incluindo a extensão desses impactos.	*	Não foram aplicados procedimentos para identificar os impactos económicos indirectos significativos da organização e consequentemente não foi avaliada a sua extensão.
Desempenho Ambiental				
Abordagem de Gestão para o Desempenho Ambiental	Política		A Lipor, 2.3 a visão, a missão e os valores da Lipor – os princípios da sustentabilidade, pág. 23	
	Objectivos e Desempenho		Objectivos Organizacionais >> pág. 54	
	Responsabilidade organizacional		O desempenho da organização, 3.2 O desempenho ambiental, 3.2.1 abordagem da gestão, pág. 67	
	Formação e Sensibilização		Objectivos Ambientais >> pág. 90	
	Monitorização			
Indicadores de Desempenho Ambiental				
Materiais				
EN1	E	Materiais utilizados por peso ou volume.	C	O Desempenho da Organização, 3.2 O Desempenho Ambiental, 3.2.3 Indicadores Ambientais, 3.2.2.1 Materiais e Matérias-primas, pág. 69 e 70
EN2	E	Percentagem de materiais utilizados provenientes de reciclagem.	C	O Desempenho da Organização, 3.2 O Desempenho Ambiental, 3.2.3 Indicadores Ambientais, 3.2.2.1 Materiais e Matérias-primas, pág. 70
Energia				
EN3	E	Consumo de energia directa discriminado por fonte de energia primária.	C	O Desempenho da Organização, 3.2 O Desempenho Ambiental, 3.2.3 Indicadores Ambientais, 3.2.2.2 Energia, pág. 70

EN4	E	Consumo indirecto de energia, discriminado por fonte primária.	C	O Desempenho da Organização, 3.2 O Desempenho Ambiental, 3.2.3 Indicadores Ambientais, 3.2.2.2 Energia, pág. 72
EN5	A	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.	P	O Desempenho da Organização, 3.2 O Desempenho Ambiental, 3.2.3 Indicadores Ambientais, 3.2.2.2 Energia, pág. 71
EN6	A	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que utilizem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia daí resultante.	C	O Desempenho da Organização, 3.2 O Desempenho Ambiental, 3.2.3 Indicadores Ambientais, 3.2.2.2 Energia, pág. 71
EN7	A	Iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e as reduções obtidas.	*	Apesar de se terem realizado algumas iniciativas de sensibilização para a poupança de recursos, nomeadamente a energia, não foram avaliados os resultados destas iniciativas nem calculadas as reduções obtidas.
Água				
EN8	E	Total do consumo de água por fonte.	C	O Desempenho da Organização, 3.2 O Desempenho Ambiental, 3.2.3 Indicadores Ambientais, 3.2.2.3 Água, pág. 73
EN9	A	Fontes hídricas significativamente afectadas pela utilização de água.	C	O Desempenho da Organização, 3.2 O Desempenho Ambiental, 3.2.3 Indicadores Ambientais, 3.2.2.3 Água, 73
EN10	A	Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada.	P	O Desempenho da Organização, 3.2 O Desempenho Ambiental, 3.2.3 Indicadores Ambientais, 3.2.2.3 Água, pág. 74 Apesar de estarem instaladas medidas para a reutilização de água e o seu aproveitamento não nos foi possível medir as reduções nos consumos nem as quantidades recirculadas.
Biodiversidade				
EN11	E	Localização e tamanho da área pertencente à organização, arrendada ou gerida dentro de áreas protegidas e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	C	O Desempenho da Organização, 3.2 O Desempenho Ambiental, 3.2.3 Indicadores Ambientais, 3.2.3.4 Biodiversidade, pág. 74 Não há áreas da Lipor dentro de Áreas Protegidas ou em áreas de alto índice de Biodiversidade.

EN12	E	Descrição dos impactos significativos na biodiversidade de actividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	C	Este indicador não é aplicável, uma vez que não há áreas da Lipor dentro de Áreas Protegidas ou em áreas de alto índice de Biodiversidade
EN13	A	Habitats protegidos ou restaurados.	P	O Desempenho da Organização, 3.2 O Desempenho Ambiental, 3.2.3 Indicadores Ambientais, 3.2.3.4 Biodiversidade, Recuperação de Passivos Ambientais, pág.75
EN14	A	Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão dos impactos na biodiversidade.	*	Dado não haver impactos significativos da Lipor na Biodiversidade, actualmente ainda não há uma estratégia sistematizada para a Gestão destes impactos.
EN15	A	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em lista nacionais de conservação com habitats em áreas afectadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção.	*	Não há nenhuma espécie presente nas áreas de influência das unidades operacionais que estejam nestas condições. O Desempenho da Organização, 3.2 O Desempenho Ambiental, 3.2.3 Indicadores Ambientais, 3.2.3.4 Biodiversidade, pág. 75
Emissões, Efluentes e Resíduos				
EN16	E	Total de emissões directas e indirectas de gases causadores do efeito de estufa por peso.	C	O Desempenho da Organização, 3.2 O Desempenho Ambiental, 3.2.3 Indicadores Ambientais, 3.2.3.5 Emissões, Efluentes e Resíduos, Emissões, pág. 78 e 79
EN17	E	Outras emissões indirectas relevantes de gases causadores do efeito de estufa por peso.	C	O Desempenho da Organização, 3.2 O Desempenho Ambiental, 3.2.3 Indicadores Ambientais, 3.2.3.5 Emissões, Efluentes e Resíduos, Emissões, pág. 79
EN18	A	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.	P	O Desempenho da Organização, 3.2 O Desempenho Ambiental, 3.2.3 Indicadores Ambientais, 3.2.3.5 Emissões, Efluentes e Resíduos, Emissões, pág. 79 e 80
EN19	E	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono por peso.	C	Este indicador é apenas aplicável a Produtores de produtos que contenham este tipo de substâncias, pelo que não é aplicável à Lipor.
EN20	E	NOx e SOx e outras emissões atmosféricas significativas por tipo e peso.	C	O Desempenho da Organização, 3.2 O Desempenho Ambiental, 3.2.3 Indicadores Ambientais, 3.2.3.5 Emissões, Efluentes e Resíduos, Emissões, pág. 81

EN21	E	Descarga total de efluentes por qualidade e destino.	P	O Desempenho da Organização, 3.2 O Desempenho Ambiental, 3.2.3 Indicadores Ambientais, 3.2.3.5 Emissões, Efluentes e Resíduos, Efluentes, pág. 81, 82 e 83
EN22	E	Peso total de resíduos por tipo e método de tratamento.	C	O Desempenho da Organização, 3.2 O Desempenho Ambiental, 3.2.3 Indicadores Ambientais, 3.2.3.5 Emissões, Efluentes e Resíduos, Resíduos, pág. 85
EN23	E	Número e volume total de derrames significativos.	C	O Desempenho da Organização, 3.2 O Desempenho Ambiental, 3.2.3 Indicadores Ambientais, 3.2.3.5 Emissões, Efluentes e Resíduos, Derrames, pág. 88
EN24	A	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados internacionalmente.	*	Não há nos nossos processos operacionais resíduos importados ou exportados pelo que este indicador é não aplicável.
EN25	A	Identificação, tamanho, estado de protecção e índice de biodiversidade de corpos de água e habitats relacionados significativamente afectados por descargas de água e drenagem realizadas pela organização relatora.	*	O Desempenho da Organização, 3.2 O Desempenho Ambiental, 3.2.3 Indicadores Ambientais, 3.2.3.5 Emissões, Efluentes e Resíduos, Efluentes, pág. 83 Na Lipor não há utilização intensiva de água, nem são realizadas descargas ou drenagens significativas, pelo que não foram identificados habitats afectados por descargas ou drenagem de água pelo que se considerou este indicador não aplicável.
Produtos e Serviços				
EN26	E	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.	P	O Desempenho da Organização, 3.2 O Desempenho Ambiental, 3.2.3 Indicadores Ambientais, 3.2.3.6 Produtos e Serviços, pág. 88
EN27	E	Percentagem de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.	C	O Desempenho da Organização, 3.2 O Desempenho Ambiental, 3.2.3 Indicadores Ambientais, 3.2.3.6 Produtos e Serviços, pág. 89
Conformidade				
EN28	E	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não conformidade com legislação e regulamentos ambientais.	C	Não houve lugar a qualquer multa ou sanção não-monetária por incumprimento legal relacionado com questões ambientais.
Transporte				
EN29	A	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como o transporte dos trabalhadores.	*	Este indicador não foi calculado. A maioria dos transportes realizados com os produtos, os materiais e os resíduos são da responsabilidade de terceiros.

Geral				
EN30	A	Total de investimentos e gastos em protecção ambiental, por tipo.	*	Este indicador é difícil de avaliar, uma vez que o próprio trabalho da Lipor tem como objectivo a protecção ambiental. Este indicador não foi calculado.
Desempenho Social				
Indicadores de Desempenho referentes a Práticas laborais				
Abordagem de Gestão para as Práticas Laborais		Política		
		Objectivos e Desempenho		A Lipor, 2.3 a visão, a missão e os valores da Lipor – os princípios da sustentabilidade, pág. 23
		Responsabilidade Organizacional		O Desempenho da Organização, 3.3 o desempenho social, 3.3.1.1 Abordagem da gestão, pág. 92
		Formação e Sensibilização		Objectivos Sociais >> pág. 123
		Monitorização		
Emprego				
LA1	E	Total de colaboradores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.2.1 Indicadores de Práticas Laborais, pág. 93
LA2	E	Número total e taxa de rotatividade de colaboradores por faixa etária, género e região.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.2.1 Indicadores de Práticas Laborais, pág. 94
LA3	A	Benefícios oferecidos a colaboradores a tempo inteiro que não são oferecidos a colaboradores temporários ou em regime de meio tempo.	*	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.2.1 Indicadores de Práticas Laborais, pág. 95
Relações entre os Trabalhadores e a Governação				
LA4	E	Percentagem de colaboradores abrangidos por acordos de negociação colectiva.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.2.1 Indicadores de Práticas Laborais, pág. 95
LA5	E	Prazo mínimo de antecedência para notificação de mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação colectiva.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.2.1 Indicadores de Práticas Laborais, pág. 95

Segurança e Saúde no Trabalho

LA6	A	Percentagem de colaboradores representados em comités formais de segurança e saúde, compostos por gestores e colaboradores, que apoiam na monitorização e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.2.1 Indicadores de Práticas Laborais, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, pág. 97
LA7	E	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com a ocupação, por região.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.2.1 Indicadores de Práticas Laborais, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, pág. 98
LA8	E	Programas de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco implementados para dar assistência aos colaboradores, familiares ou membros da comunidade em relação a doenças graves.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.2.1 Indicadores de Práticas Laborais, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, pág. 97
LA9	A	Temas relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.2.1 Indicadores de Práticas Laborais, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, pág. 98

Formação e Educação

LA10	E	Média de horas de formação por ano, por colaborador, discriminadas por categoria funcional.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.2.1 Indicadores de Práticas Laborais, Formação e Educação, pág. 100
LA11	A	Programas para a gestão de competências e formação contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos colaboradores e a gestão do fim da carreira.	*	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.2.1 Indicadores de Práticas Laborais, Formação e Educação, pág. 99 e 100
LA12	A	Percentagem de colaboradores que recebem regularmente avaliação de desempenho e de desenvolvimento da carreira.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.2.1 Indicadores de Práticas Laborais, Formação e Educação, pág. 99

Diversidade e Igualdades de Oportunidades

LA13	E	Composição dos grupos responsáveis pela gestão de topo e discriminação dos colaboradores por categoria, de acordo com o género, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.2.1 Indicadores de Práticas Laborais, Igualdade de Oportunidades, pág. 102 e 103
LA14	E	Proporção da remuneração básica entre homens e mulheres por categoria funcional.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.2.1 Indicadores de Práticas Laborais, Igualdade de Oportunidades, pág. 101

Indicadores de Desempenho referentes a Direitos Humanos

Abordagem de Gestão para os Direitos Humanos	Política		
	Objectivos e Desempenho		A Lipor, 2.3 a visão, a missão e os valores da Lipor – os princípios da sustentabilidade, pág. 23
	Responsabilidade Organizacional		O Desempenho da Organização, 3.3 o desempenho social, 3.3.1.1 Abordagem da gestão, pág. 104
	Formação e Sensibilização		Objectivos Sociais >> pág. 123
	Monitorização		

Práticas de Investimento e de Processos de Compra

HR1	E	Percentagem e número total de contratos de investimento significativos que incluam cláusulas ou que foram submetidos a avaliações referentes a Direitos Humanos.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.2.2 Indicadores de Direitos do Homem, pág. 105
HR2	E	Percentagem de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a Direitos Humanos e as medidas tomadas.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.2.2 Indicadores de Direitos do Homem, pág. 105
HR3	A	Total de horas de formação de colaboradores em políticas e procedimentos relativos a aspectos dos Direitos Humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de colaboradores que recebeu formação.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.2.2 Indicadores de Direitos do Homem, pág. 105 e 106

Não-discriminação

HR4	E	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.2.2 Indicadores de Direitos do Homem, pág. 106 Não houve em 2009 nenhum caso de discriminação na Lipor.
-----	---	--	---	--

Liberdade de Associação e Negociação Colectiva

HR5	E	Operações identificadas nas quais o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação colectiva podem correr riscos significativos e as medidas tomadas para apoiar este direito.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.2.2 Indicadores de Direitos do Homem, pág. 106
-----	---	---	---	--

Trabalho Infantil

HR6	E	Operações identificadas com risco significativo de ocorrência de Trabalho Infantil e as medidas tomadas para contribuir para a sua abolição.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.2.2 Indicadores de Direitos do Homem, pág. 106 e 107
-----	---	--	---	--

Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo

HR7	E	Operações identificadas com risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a sua erradicação.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.2.2 Indicadores de Direitos do Homem, pág. 106 e 107
-----	---	--	---	--

Práticas de Segurança

HR8	A	Percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.2.2 Indicadores de Direitos do Homem, pág. 106
-----	---	--	---	--

Direitos Indígenas

HR9	A	Número total de casos de violação dos direitos dos povos indígenas e medidas tomadas.	C	Não aplicável
-----	---	---	---	---------------

Indicadores de Desempenho referentes à Sociedade

Abordagem de Gestão para a Sociedade	Política			
	Objectivos e Desempenho			A Lipor, 2.3 a visão, a missão e os valores da Lipor – os princípios da sustentabilidade, pág. 23
	Responsabilidade Organizacional			O Desempenho da Organização, 3.3 o desempenho social, 3.3.1.1 Abordagem da gestão, pág. 108
	Formação e Sensibilização			Objectivos Sociais >> pág. 123
	Monitorização			

Comunidade

SO1	E	Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações na comunidade, incluindo a entrada e a saída.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.3.2 Indicadores de Sociedade, pág. 109 e 110
-----	---	--	---	--

Corrupção				
S02	E	Percentagem e número total de unidades de negócio submetidas a avaliação de riscos relacionados com corrupção.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.3.2 Indicadores de Sociedade, pág. 110
S03	E	Percentual de colaboradores formados em políticas e procedimentos anti-corrupção da organização.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.3.2 Indicadores de Sociedade, pág. 111 Não há, actualmente, formação nas áreas da corrupção.
S04	E	Medidas tomadas como resposta à ocorrência de casos de corrupção.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.3.2 Indicadores de Sociedade, pág. 111 Não ocorreram casos de corrupção pelo que não foram tomadas medidas de resposta.
Políticas Públicas				
S05	E	Posição em relação a políticas públicas, participação na elaboração de políticas públicas e lobbies.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.3.2 Indicadores de Sociedade, pág. 111 e 112
S06	A	Valor total das contribuições financeiras e em espécie a partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.3.2 Indicadores de Sociedade, pág. 112
Concorrência Desleal				
S07	A	Número total de acções judiciais por concorrência desleal, práticas de trust e monopólio e seus resultados.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.3 Indicadores Sociais, 3.3.3.3 Sociedade, pág. 112 A Lipor é uma entidade sem concorrência na área em que opera.
Conformidade				
S08	E	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias por não-conformidade com leis e regulamentos.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.3 Indicadores Sociais, 3.3.3.3 Sociedade, pág. 112 Não houve em 2008 multas inerentes ao funcionamento das nossas unidades operacionais nem aos serviços disponibilizados.

Indicadores de Desempenho referentes à Responsabilidade pelo Produto

Abordagem de Gestão para a Responsabilidade do Produto	Política		
	Objectivos e Desempenho		A Lipor, 2.3 a visão, a missão e os valores da Lipor – os princípios da sustentabilidade, pág. 23
	Responsabilidade Organizacional		O Desempenho da Organização, 3.3 o desempenho social, 3.3.1.1 Abordagem da gestão, pág. 119
	Formação e Sensibilização		Objectivos Sociais >> pág. 123
	Monitorização		

Saúde e Segurança do Cliente

PR1	E	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando a melhoria e a percentagem de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.4.2 Indicadores de Responsabilidade pelo Produto, pág. 120
PR2	A	Número total de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários em relação ao impacto dos produtos e serviços na saúde e na segurança do consumidor durante o ciclo de vida, por tipo de produto e ocorrência.	*	Não houve nenhum caso de não-conformidade assinalado.

Rotulagem de Produtos e Serviços

PR3	E	Tipo de informações sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e a percentagem de produtos e serviços sujeitos a estas exigências.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.4.2 Indicadores de Responsabilidade pelo Produto, pág. 121
PR4	A	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados com informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo.	C	Não houve casos de não-conformidade com regulamentos de rotulagem dos nossos produtos.
PR5	A	Práticas relacionadas com a satisfação dos clientes, incluindo resultados de estudos para medir essa satisfação.	*	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.4.2 Indicadores de Responsabilidade pelo Produto, pág. 122

Comunicação e Marketing

PR6	E	Programas de adesão a leis, normas e códigos voluntários relacionados com a comunicação e marketing, incluindo publicidade, promoções e patrocínios.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.4.2 Indicadores de Responsabilidade pelo Produto, pág. 122
PR7	A	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicação e marketing, incluindo publicidade, promoções e patrocínios, por tipo.	*	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.4.2 Indicadores de Responsabilidade pelo Produto, pág. 122

Privacidade do Cliente

PR8	A	Número total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.4.2 Indicadores de Responsabilidade pelo Produto, pág. 122 Não houve reclamações em relação à violação de privacidade e perda de dados de clientes.
-----	---	---	---	--

Conformidade

PR9	E	Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços.	C	O Desempenho da Organização, 3.3 O Desempenho Social, 3.3.4.2 Indicadores de Responsabilidade pelo Produto, pág. 121 Não houve em 2009 multas por não conformidade com regulamentos e legislação.
-----	---	--	---	--

E - Indicador Essencial

A - Indicador Adicional

C - Reporte Completo

P - Reporte Parcial

* - os indicadores assinalados não foram alvo de verificação externa

Acidente de trabalho – É aquele que se verifique no local e tempo de trabalho e produza, directa ou indirectamente, lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte morte ou redução da capacidade de trabalho ou de ganho.

Aeróbio (Aeróbico) – Ser vivo que utiliza oxigénio no seu metabolismo energético.

Ambiente – Conjunto de sistemas físicos, químicos, biológicos e suas relações e dos factores económicos, sociais e culturais com efeito directo ou indirecto, mediato ou imediato, sobre os seres vivos e a qualidade de vida do Homem (n.º2 do artigo 5º do D.L. n.º 11/87, Lei de Bases de Ambiente).

Anaeróbio (Anaeróbico) – Organismo que vive sem oxigénio livre.

Antropogénico – Resultante da actividade humana.

APA (Agência Portuguesa do Ambiente) – Organismo integrado no Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAOT) que tem por missão propor, desenvolver e acompanhar a execução das Políticas de Ambiente em Portugal, nas suas várias vertentes (transportes, alterações climáticas, resíduos, qualidade do ar, ruído, água,...).

Áreas protegidas – São áreas consideradas de interesse nacional, classificadas nas categorias de “parque nacional”, “reserva natural”, “parque natural” e “monumento natural” segundo DL N.º 19/93, 23-01-1993, DR – I Série.

Glossário

Aterro Sanitário – Estrutura construída para o depósito de resíduos sólidos, que obedece a medidas de protecção e controlo rigoroso de modo a evitar a contaminação dos níveis freáticos bem como a libertação de biogás para a atmosfera.

Balanced scorecard – Painel de indicadores de desempenho associados a diferentes perspectivas organizacionais – financeira, clientes, interna e aprendizagem e crescimento – que constitui uma ferramenta de gestão estratégica.

Biodegradável – Substância/ composto/ material que pode ser decomposto por processos biológicos naturais.

Biodiversidade/ Diversidade Biológica – “Variabilidade entre organismos vivos de todas as origens [...]; compreende a diversidade dentro de cada espécie, entre espécies e dos ecossistemas” (Convenção da Diversidade Biológica).

Biogás – Mistura de gases, com preponderância de metano, resultante da digestão anaeróbia de resíduos orgânicos.

Co-geração – Produção simultânea, num processo único, de energia térmica e eléctrica.

Combustão - Reacção química que origina uma chama, na presença de combustível, comburente e temperatura de ignição.

Compostagem - Processo biológico de valorização da matéria orgânica presente nos resíduos, promovendo a sua decomposição, através da acção de microorganismos. O produto final é um material estável semelhante ao húmus, designado por composto.

Compostagem Caseira - Compostagem com características artesanais feita directamente pelos cidadãos para transformação na origem dos seus resíduos orgânicos em composto.

Composto - Produto estabilizado resultante da compostagem, de cor acastanhada e que pode ser utilizado como fertilizante dos solos. O composto aumenta a concentração em nutrientes do solo, aumenta a sua capacidade de reter humidade e nutrientes e melhora a sua resistência à erosão.

CT (Centro de Triagem) - Instalação para a separação dos resíduos recolhidos selectivamente, acondicionamento e posterior envio para a reciclagem.

CVE (Central de Valorização Energética) - Instalação onde os resíduos são tratados por um processo térmico (incineração) aproveitando o calor libertado para a produção de electricidade.

CVO (Central de Valorização Orgânica) - Instalação para o tratamento de resíduos orgânicos através de um processo de compostagem industrial, onde os resíduos orgânicos são transformados num composto orgânico.

Desenvolvimento Sustentável - Desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas necessidades. O Desenvolvimento Sustentável só é possível através do equilíbrio entre os três pilares: economia, sociedade e ambiente.

Digestão Anaeróbia - Mineralização da matéria orgânica na ausência de oxigénio, tendo como principal objectivo a produção de energia, sob a forma de metano ou biogás, em alternativa aos combustíveis fósseis.

Dióxido de carbono - Gás incolor, inodoro e não tóxico que faz parte do ar ambiente. Resulta da combustão de combustíveis fósseis (carvão, petróleo, gás natural). Embora não tenha impacto directo na saúde, é um gás de efeito de estufa e contribui para o potencial de aquecimento global.

Dioxinas - Compostos orgânicos tóxicos e cancerígenos que são subprodutos de muitos processos industriais como incineração de resíduos ou branqueamento de pasta de papel. É um poluente persistente e bioacumulável (acumula-se na cadeia alimentar e o organismo não é capaz de o eliminar) e a exposição do Homem às dioxinas pode causar problemas no sistema imunitário e no sistema reprodutor e aumento da incidência de cancro.

Ecocentro - Parque vigiado com contentores de grandes dimensões para recolha e armazenamento selectivos de tipos de resíduos sólidos com viabilidade de valorização, recuperação e reciclagem, como os entulhos, madeiras e electrodomésticos.

Ecoponto - Conjunto de contentores individuais para deposição selectiva de diferentes tipos de resíduos sólidos urbanos; cada contentor apresenta cor e sinalética específica, relativa ao tipo de material que pode ser depositado: contentor azul para papel e cartão; contentor amarelo para embalagens e metais; contentor verde para vidro e contentor vermelho, para pilhas.

Ecossistema - Sistema complexo que inclui a comunidade viva, o seu meio e as suas interacções, funcionando como uma unidade ecológica na natureza.

Efeito de estufa - Fenómeno natural em que os gases que existem na atmosfera da Terra funcionam como camada protectora permitindo que o planeta permaneça quente. Se não existisse efeito de estufa a Terra seria cerca de 34 °C mais fria do que é hoje. O aumento da produção de gases como o dióxido de carbono, o metano e os clorofluorcarbonetos (CFCs) está na origem do aumento do efeito de estufa e consequentemente do aquecimento global. As consequências para o planeta são preocupantes e podem traduzir-se em alterações dos valores normais de precipitação, aumento das temperaturas médias, aumento do nível médio do mar e ondas de calor.

Energia renovável - É aquela que é obtida de fontes naturais capazes de se regenerar, como o sol, vento, rios, mares e oceanos, matéria orgânica e o calor da Terra.

ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) - Instalação para o tratamento de águas residuais, que podem ter origem doméstica ou industrial, para que estas não prejudicar os ecossistemas quando descarregadas em meio receptor (ribeiros, rios, lagoas, mar).

Gás Natural - O Gás Natural é um recurso natural fóssil relativamente abundante e amplamente utilizado. O Gás Natural pode ser usado no estado gasoso - comprimido e na forma líquida. Este gás gera uma menor emissão de poluentes do que a gasolina. Pelo facto de gerar menor poluição o gás natural tem sido utilizado como combustível doméstico e ainda em transportes públicos em algumas cidades.

GEE (Gases com efeito de estufa) - Gases que criam uma espécie de estufa, permitindo a entrada de radiação solar mas absorvendo parte da radiação infravermelha (calor) irradiada pela superfície terrestre. Os GEE mais importantes são o CO₂ (dióxido de carbono), CH₄ (metano), o N₂O (óxido nitroso), o SF₆ (hexafluoreto de enxofre) e o ozono (troposférico). A queima de combustíveis fósseis, como o carvão e o petróleo (responsáveis por cerca de 75% das emissões antropogénicas de CO₂ para a atmosfera), fogos florestais, alterações no uso do solo, os transportes e a deposição em aterro são algumas das fontes antropogénicas de GEE.

Gestão integrada de resíduos - Gestão alicerçada numa hierarquia de opções que permitem de forma complementar a valorização e o tratamento de todas as fracções dos resíduos. A hierarquia adoptada internacionalmente passa pela Prevenção - Reutilização - Reciclagem (multimaterial e orgânica) - Valorização Energética - Confinamento Técnico.

GRI (Global Reporting Initiative) - É uma rede de múltiplos parceiros internacionais que desenvolveu um enquadramento de reporte da sustentabilidade, designadamente directrizes para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, suplementos sectoriais e protocolos para os Indicadores.

Inerte - Sem actividade química. Não reactivo.

Instalação de incineração - Unidade dedicada ao tratamento térmico de resíduos, com ou sem recuperação da energia térmica gerada pela combustão.

Lixiviado - Líquido recolhido do aterro, resultante da percolação das águas da chuva pelo aterro, assim como da água inicialmente contida nos resíduos depositados; A composição química dos lixiviados varia com a composição química dos resíduos depositados, pelo que devem ser sujeitos a tratamento numa ETAR para remoção de compostos tóxicos e diminuição da carga orgânica antes de poderem ser descarregados nas linhas de água.

Metais pesados - Elementos metálicos com elevado peso molecular: cádmio, chumbo, cobre, crómio, mercúrio, prata, zinco, etc. São normalmente tóxicos para plantas e animais. Nalguns casos não existem limites de segurança abaixo dos quais se possa garantir uma exposição isenta de consequências para a saúde.

Metano - Composto químico gasoso (CH_4) que contribui significativamente para o efeito de estufa e se forma por degradação da matéria orgânica em condições anaeróbias, dando origem a odores desagradáveis. É um gás com elevado potencial de efeito de estufa.

Monstros - Resíduos sólidos de grandes dimensões, como os electrodomésticos e mobiliário.

Partes Interessadas - Grupos que afectam e/ou podem ser afectado por actividades, produtos ou serviços de uma organização e pelo seu desempenho.

Prevenção - Base da pirâmide da Hierarquia das Opções de Gestão de Resíduos, em que se promove a diminuição da quantidade de resíduos ao nível da produção.

Princípio do Poluidor-Pagador - Princípio que prevê que as despesas de combate e redução da poluição (nomeadamente da Gestão de Resíduos) devem ser suportadas pelo seu produtor (poluidor).

Princípio da Precaução - Princípio em que são tomadas medidas sempre que haja motivos razoáveis de preocupação quanto a riscos para a saúde pública e ecossistemas, mesmo que não haja provas concludentes de uma relação de causalidade entre as substâncias introduzidas e os efeitos causados.

Protocolo de Quioto - Acordo internacional, complementar à Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, através do qual os países industrializados assumem o compromisso de reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa em 2% no período 2008 a 2012, relativamente ao ano de 1990.

Reciclagem – Processo de reaproveitamento de materiais em que estes são recuperados e transformados em novos produtos. A reciclagem permite poupar matéria-prima pois os resíduos são utilizados para o fabrico de novos produtos. A reciclagem pode ser artesanal ou industrial e normalmente o produto reciclado é diferente do produto inicial.

Recolha selectiva – Recolha de resíduos separados na fonte pelo produtor. Pode ser realizada recorrendo a diferentes estruturas como os Ecopontos, os Ecocentros, a Recolha porta-a-porta e o recurso a circuitos de recolha especiais.

Rede Natura 2000 – Rede ecologicamente coerente de áreas protegidas definida segundo critérios de protecção de fauna e flora, de acordo com o estabelecido nas directivas comunitárias conhecidas por “Directiva das Aves” e “Directiva Habitats”.

Resíduo Perigoso – Resíduo ou combinação de resíduos que apresenta um risco substancial presente ou potencial para o homem ou para outros organismos vivos. Resíduos que apresentam elevada toxicidade para a saúde e/ou ambiente.

Resíduos – Materiais e produtos que o seu detentor considera não terem valor suficiente para serem conservados e dos quais se pretende desfazer.

Resíduos orgânicos – Materiais de origem biológica que podem ser objecto de compostagem ou fermentação.

RSU (Resíduos Sólidos Urbanos) – Resíduos sólidos produzidos nas habitações, em estabelecimentos comerciais ou industriais e unidades prestadoras de cuidados de saúde, desde que, em qualquer dos casos, a produção diária não exceda os 1100 litros por produtor (Decreto-Lei n.º 178/2006 de 5 de Setembro).

Reutilização – Sempre que seja possível aproveitar componentes em utilizações análogas e sem alterações. Uma das estratégias de prevenção para diminuir a quantidade de resíduos.

Stakeholder – ver Partes Interessadas.

Tratamento biológico – Processo destinado a facilitar a valorização da matéria orgânica através de algum tipo de actividade biológica controlada.

Triagem – Separação rigorosa dos materiais nos seus diferentes fluxos, de modo a encaminhá-los para um destino final adequado (normalmente para reciclagem).

Valorização Energética – Produção de energia pelo aproveitamento do calor gerado (normalmente através da produção de vapor) pela combustão (a temperaturas na ordem dos 1100°C) de resíduos. A energia produzida pode ser térmica ou eléctrica.

EN1

Neste indicador foram utilizados, sempre que possível, os registos dos consumos reais.

Sempre que tal não foi possível foram utilizados os valores de materiais e matérias compradas.

EN2

Para o cálculo da percentagem de matérias utilizadas provenientes da reciclagem foi utilizada a fórmula:

$$\text{EN2 (\%)} = \text{materiais reciclados utilizados} / \text{total de materiais} \times 100$$

EN3

No cálculo deste indicador foi utilizada a tabela de conversão do Protocolo de Indicadores Ambientais do GRI, na sua 3ª versão.

Em relação à conversão de litros para galões, e por falta de indicação no GRI, optou-se por utilizar o factor de conversão dos Estados Unidos, designadamente:

$$1 \text{ galão US} = 3,78541178 \text{ litros}$$

EN4

Para o cálculo deste indicador foi utilizado o “mix” energético disponibilizado pelo fornecedor de electricidade, neste caso a EDP Serviço Universal, para o ano de 2009.

Notas Metodológicas

Optou-se por utilizar este mesmo “mix” para os anos de 2007 e 2008, uma vez que nem a EDP Serviço Universal, nem a ERSE disponibilizaram dados para estes anos.”

Para a conversão de Wh para J foi utilizado o factor de conversão:
1KWh=0,0036 GJ

Os valores utilizados foram retirados da página da internet da ERSE: <http://www.erse.pt/pt/desempenhoambiental/rotulagemenergetica/comparacao-entrecercializadores/Paginas/default.aspx>.

Mix energético 2009 - EDP Serviço Universal

Fonte	Média anual
Hídrica	16,44%
Eólica	13,75%
Cogeração e microprod. PRE	8,29%
Gás natural	34,39%
Fuelóleo	1,46%
Carvão	17,85%
Nuclear	5,95%
Geotermia*	0,00%
Diesel*	0,00%
Outras	1,86%

* apenas se aplicam nas Regiões Autónomas. Em Portugal Continental estão incluídas em Outras

EN6**Alteração do Sistema de Iluminação**

Para os cálculos totais foi considerado o início em pleno do projecto a 1 de Setembro de 2009 (a substituição iniciou-se a 15 de Julho).

Contabilizaram-se os dias úteis até ao final do ano, considerando os pressupostos do estudo realizado pela empresa responsável pela substituição.

Com a potência das lâmpadas retiradas e das novas lâmpadas consegue-se estimar as poupanças para o período considerado.

EN16

O cálculo destes valores de emissão foi realizado pela E.Value, no seguimento do trabalho realizado no cálculo da "Pegada Carbónica da Lipor".

Genericamente, e para a contabilização de emissões foi utilizada a metodologia geral do The Greenhouse Gas Protocol, elaborado pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) e pelo World Resources Institute (WRI).

Em viagens e deslocações são contabilizadas as emissões directas da combustão no veículo, durante o trajecto, excepto no caso de veículos com tracção eléctrica, em que são contabilizadas as emissões indirectas associadas à produção da electricidade consumida.

No consumo de combustíveis (excepto transportes) são consideradas: as emissões directas da combustão.

As emissões indirectas correspondem à produção da electricidade consumida.

Os resultados são apresentados em CO₂equivalente, utilizando os valores mais recentes, e utilizados para efeitos de inventário nacional, de Potencial de Aquecimento Global (PAG). Os factores de emissão são os recomendados pelo Intergovernmental Panel for Climate Change (IPCC), ajustados à realidade Portuguesa, sempre que relevante. Nessas situações são utilizados dados publicados pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Direcção Geral de Geologia e Energia (DGGE) e Instituto Nacional de Estatística (INE).

As metodologias de cálculo de emissões de GEE associados às actividades de gestão de resíduos constam do documento de referência publicado pelo Instituto do Ambiente (NIR – National Inventory Report).

Tratamento e deposição de resíduos no solo

Para a estimativa das emissões de metano (CH₄) foi empregue o método FOD (First Order Decay).

Neste caso do Confinamento Técnico consideram-se as emissões totais, i.e., associadas à deposição de resíduos no solo desde 1982.

Incineração de resíduos

As emissões de GEE relativas á incineração de resíduos foram estimadas por duas metodologias diferenciadas. As emissões de CO₂ foram estimadas por aplicação da metodologia de cálculo das fracções de carbono fóssil. As emissões de CH₄ e N₂O foram estimadas por aplicação directa de factores de emissão.

Tratamentos biológicos: compostagem

O inventário de emissões de GEE da Lipor baseia-se nas Guidelines do IPCC de 2000, actualmente vigente para efeitos do Inventário Nacional. As novas Guidelines publicadas incluem novas actividades e emissões directas associadas, em concreto as emissões directas de Metano (CH₄) e Óxido Nitroso (N₂O) associadas ao tratamento biológico de resíduos sólidos.

A Compostagem, enquanto tratamento biológico de resíduos, é um processo aeróbio em que uma fracção maioritária do carbono orgânico degradável (COD) dos resíduos é convertida em dióxido de Carbono (CO₂). O Metano (CH₄) é formado em zonas anaeróbias embora seja oxidado nas zonas aeróbias. As emissões de CH₄ para a atmosfera resultantes são reduzidas podendo variar desde 1% até 6% do "input" inicial de carbono. O processo de compostagem pode ainda produzir Óxido Nitroso (N₂O), cujas emissões podem variar desde valores abaixo de 0,5% até 5% do input inicial de azoto. Os factores de emissão utilizados foram os "default values" do IPCC.

Consumo de combustíveis (combustão fixa)

O cálculo de emissões directas associadas à utilização de combustíveis no local recorre à utilização de factores de emissão de referência (Metodologia CarbonoZero®) para os respectivos combustíveis (Gasóleo e Gás Natural) no âmbito do National Inventory Report (NIR) e do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE). GEE considerados: CO₂, CH₄ e N₂O.

Transportes e mobilidade

Transporte aéreo: Emissões directas da combustão, durante o trajecto: Factor de emissão para aeronave e taxa de ocupação média, em cada tipologia

de trajecto, incluindo consumos durante descolagem e aterragem, distâncias lineares sobre a superfície terrestre calculadas com base nas coordenadas geográficas (Metodologia CarbonoZero®). Não estando disponíveis valores de referência individuais para PAG em altitude, é utilizado o Índice de Força Radiactiva (RFI - Radiative Forcing Index) para o conjunto dos gases emitidos, por referência ao CO₂, GEE considerados: CO₂, CH₄ e N₂O.

Transporte rodoviário:

Emissões directas da combustão, durante o trajecto: Factor de emissão, por tipologia de veículo, a gasolina e a gasóleo, considerando a composição e taxa de ocupação médias do parque nacional automóvel, ponderando trajectos urbanos e em auto-estrada, GEE considerados: CO₂, CH₄ e N₂O.

Transporte ferroviário:

Emissões indirectas da produção de electricidade consumida na tracção: Factor de emissão para comboio eléctrico, ponderado para percursos suburbanos e inter-cidades, considerando taxa de ocupação média. Valores para energia de tracção em Portugal, GEE considerados: CO₂, CH₄ e N₂O.

Emissões indirectas (electricidade)

As emissões indirectas correspondem às emissões da Lipor enquanto consumidor de energia, determinadas com base nos seguintes pressupostos:

Factor de emissão da electricidade consumida em Portugal considerando a composição e utilização do parque electroprodutor (valor médio dos três anos mais recentes para os quais existem dados disponíveis: 2002-2004). Para a electricidade importada assumem-se emissões específicas iguais às da electricidade produzida em Portugal. Actualmente o FE empregue nos cálculos, de acordo com a metodologia CarbonoZero®, é o constante no Despacho DGEG nº 17313/2008. Factores de conversão para Sistema Gestão Consumos Intensivos Energia

GEE considerados: CO2, CH4 e N2O,

EN17

Relativamente aos consumos de combustíveis e transportes a metodologia utilizada é a empregue na Metodologia CarbonoZero®.

Foram utilizados dados médios de ocupação e consumos no caso em que apenas estavam disponíveis as distâncias percorridas. Nos casos em que existe informação sobre os consumos aplicamos directamente os Factores de Emissão aos consumos monitorizados.

Este indicador inclui as deslocações em serviço, nomeadamente carro de aluguer, avião, comboio ou autocarro, bem como o aluguer de autocarros em sistema "coach".

LA2

O cálculo da taxa de rotatividade foi alterado este ano, passando a contabilizar também as entradas durante o ano. Assim, foram utilizados os dados de saídas e de entradas no período e o número de colaboradores a 31 de Dezembro de 2008, de acordo com a fórmula:

$$LA2 (\%) = (\text{número de saídas} + \text{número de entradas}) / \text{total} \times 100$$

LA7

No cálculo dos índices de Gravidade e Frequência a contabilização dos dias perdidos de baixa foi realizada a partir do dia do acidente do colaborador. Além disso os dias perdidos correspondem a dias de trabalho efectivo. Em 2009 não houve registo de doenças profissionais.

Em 2009 foram apenas considerados para os cálculos colaboradores com vínculo efectivo à Lipor uma vez que os consultores não foram contemplados no seguro de trabalho da Lipor. Desta forma foram considerados apenas os 233 colaboradores directos.

Em relação aos temporários, a sua contabilização não contribui para estes valores, uma vez que a responsabilidade neste caso é da empresa prestadora do serviço. Uma vez que o GRI G3 não apresenta nenhuma fórmula de cálculo, os valores para 2009 foram calculados com base na Portaria 55/2010, apesar esta Portaria não se aplicar à Lipor, de acordo com a fórmula:

$$Tg = \text{n}^\circ \text{ de dias perdidos} / \text{n}^\circ \text{ horas trabalhadas} \times 1.000.000$$

Em relação ao cálculo da Taxa de Absentismo, os dias considerados não incluem as Licenças de Maternidade e Paternidade, falecimento, o estatuto de trabalhador estudante, doações de sangue, sindicatos e assistência à família. Não são consideradas também férias nem tolerâncias de ponto.

Em termos de horas trabalhadas, foram considerados apenas os dias trabalháveis, tendo-se retirado os dias de férias a que o colaborador tem direito.

No caso da taxa de absentismo e no caso dos índices de Gravidade e Frequência a este valor foram adicionadas as horas extra-ordinárias efectivamente trabalhadas.

S01

No âmbito do Inquérito realizado pela DOMP, e para melhor compreensão dos resultados, consideram-se as seguintes definições:

Satisfação com os Serviços da LIPOR - percepção da satisfação dos cidadãos com os serviços prestados pela LIPOR;

Notoriedade Efectiva da LIPOR - o conhecimento dirigido;

Imagem - a imagem percebida da LIPOR.

